

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA POLITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO  
GARIMPEIRA NA AGENDA BILATERAL BRASILEIRO-SURINAMESA  
(1992 – 2009)**

**TOMAS FREDERIK MOERMAN**

BRASÍLIA – DF  
2015

TOMAS FREDERIK MOERMAN

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA POLITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO  
GARIMPEIRA NA AGENDA BILATERAL BRASILEIRO-SURINAMESA  
(1992 – 2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação do Instituto das Relações  
Internacionais da Universidade de Brasília  
como requisito parcial para obtenção do  
título de mestre em Relações  
Internacionais

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Yumie  
Aoki Inoue

BRASÍLIA - DF

2015

TOMAS FREDERIK MOERMAN

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA POLITIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO  
GARIMPEIRA NA AGENDA BILATERAL BRASILEIRO-SURINAMESA  
(1992 – 2009)**

Comissão Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Yumie Aoki Inoue – Orientadora  
Universidade de Brasília – IREL/UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena de Castro Santos  
Universidade de Brasília – IREL/UnB

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Simone Rodrigues Pinto  
Universidade de Brasília – CEPPAC/UnB

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Yumie Aoki Inoue, pela ajuda imprescindível durante o todo o trajeto de pesquisa e pela confiança no meu trabalho.

Às professoras Maria Helena de Castro Santos e Simone Rodrigues Pinto, por aceitar participar na Comissão Examinador.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Em particular, gostaria de agradecer aos professores Pio Penna Filho, Vânia Carvalho Pinto, José Flávio Sombra Saraiva, Antônio Jorge Ramalho, Norma Breda dos Santos e Tânia Maria Pechir Gomes Manzur pelas aulas interessantíssimas.

Aos servidores do Instituto das Relações Internacionais. Especificamente gostaria de agradecer ao Anderson, pelas suas palavras de encorajamento.

A todos os colegas da Pós-Graduação, por fazer a minha estância na UnB uma experiência inesquecível. Em especial gostaria de agradecer aos meus colegas da turma: Jean, Maria Helena, José de Jesus, Aline, Sebastián, Átila, Gabriel, Natália, Sandra, Mariana, Saint-Clair, Gislene, Rodrigo, Rafael, Gustavo, Luciana, Felipe, Giordano e Márcio.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, que me ajudaram muito durante as minhas pesquisas no Itamaraty. Particularmente gostaria de agradecer ao Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, ao Clovis, e aos estagiários Antony, Marlem, Letícia, Thiago e Rodolfo.

À Dr.<sup>a</sup> Marjo de Theije e Dr.<sup>a</sup> Marieke Heemskerk, pelos *insights* valiosos que compartilharam comigo sobre o tema de garimpo no Suriname. Em adição, agradeço à Dr.<sup>a</sup> Judith Kolen por gentilmente permitir-me de incluir, neste trabalho, algumas das fotos que ela tirou nas zonas de garimpo na região amazônica.

Aos meus pais, Nicolaas e Marja, e os meus irmãos Hans, Joost, Max, Astrid e Victor pelo amor e pelo apoio incondicional.

Finalmente, mas não menos importante, à Hadassa, pelo amor, pelo carinho e por sempre acreditar em mim.

## RESUMO

Durante a década de 1990, milhares de garimpeiros brasileiros migraram para as áreas de garimpo no interior amazônico do Suriname. Desde o ano de 1998, estima-se que há pelo menos quinze mil migrantes brasileiros vivendo e trabalhando nesse país vizinho. Esse movimento migratório provocou grandes mudanças demográficas, econômicas, sociais, ecológicas e políticas no interior surinamês que, por sua vez, influenciaram o relacionamento político-diplomático entre o Suriname e o Brasil. O presente trabalho descreve as principais causas e consequências da migração dos garimpeiros brasileiros para o interior do Suriname.

**Palavras-chaves:** Suriname, Relações Brasileiro-Surinamesas, Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem, Amazônia, Migrações Internacionais

## **ABSTRACT**

In the 1990s, a large number of Brazilian wildcat miners crossed the northern borders of Brazil in order to work in the jungle-covered interior of Suriname. Since 1998, there are at least fifteen thousand Brazilian migrants living and working in this relatively small, South American nation. This migratory wave has provoked large demographic, economic, social, ecological and political changes in the Surinamese interior. Inevitably, this situation has had an important impact on the bilateral relations between Brazil and Suriname in the last two decades. This master's thesis describes the primary causes and consequences of this migratory phenomenon.

**Keywords:** Suriname, bilateral relations Brazil-Suriname, Gold mining, Wildcat miner, Amazonia, International migration

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b> – Os territórios dos principais grupos indígenas e <i>maroons</i> no Suriname	22
<b>MAPA 2</b> – A localização da principal zona aurífera no Suriname.....	36
<b>MAPA 3</b> – Tensões fronteiriças na Amazônia Brasileira devido à migração garimpeira (1984 – 1992).....	49
<b>MAPA 4</b> – Origem dos garimpeiros que trabalham no Suriname.....	62

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Estimativa do número de garimpeiros no Norte do Brasil no período 1980 – 1989.....	43
<b>FIGURA 2</b> – Número de telegramas (ostensivos e confidencias) da Embaixada em Paramaribo ao MRE fazendo referência explícita à questão dos garimpeiros brasileiros no Suriname (1990 – 1998).....	57
<b>FIGURA 3</b> – A técnica de <i>bico-jato</i> .....	63

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> – Território e população do Brasil e do Suriname.....	20
<b>TABELA 2</b> – Número de telegramas recebidos da Embaixada brasileira em Paramaribo classificados CASC (Assistência Consular) no período 1990 – 2000.....	60

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – A produção histórica de ouro no Suriname (1875 – 1985).....	37
<b>GRÁFICO 2</b> – Preço internacional do ouro 1968 – 1988 (USD /onça Troy).....	40
<b>GRÁFICO 3</b> – Preço internacional do ouro 1990 – 2009 (USD /onça Troy).....	68



## LISTA DE FOTOS

...

<b>FOTO 1</b> – Draga no rio Crepurí, no Tapajós (2012).....	52
<b>FOTO 2</b> - Desmatamento em um garimpo no interior do Suriname.....	65

## LISTA DE ABREVIACÕES

ABS	<i>Algemeen Bureau voor de Statistiek</i> - Departamento Geral de Estatística (Suriname)
AHMRE	Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores
CASC	Assistência Consular (Abreviação usada na correspondência diplomática do Ministério das Relações Exteriores)
CBS	<i>Centraal Bureau voor de Statistiek</i> - Departamento Central de Estatística (Países Baixos)
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
GMD	<i>Geologische en Mijnbouwkundige Dienst</i> – Serviço de Geologia e Mineração (Suriname)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NPD	<i>Nationale Democratische Partij</i> – Partido Nacional Democrático
OAS	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RAISG	<i>Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada</i>
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
USD	Dólar americano

*“Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigada a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado.” – Joaquim Felício dos Santos (1868, p. 68)*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I:</b> Um Estado-Ilha no Continente Sul-Americano: Um breve panorama histórico do Suriname e das relações brasileiro-surinamesas.....	19
<b>1.1</b> Uma breve história do Suriname Colonial (1667 – 1975).....	20
<b>1.2</b> As relações brasileiro-surinamesas nos primeiros anos do pós-independência surinamesa (1975 – 1986).....	24
<b>1.3</b> A guerra civil surinamesa e a redemocratização do Suriname (1986 – 1992).....	27
<b>1.4</b> Conclusões parciais.....	32
<b>CAPÍTULO II:</b> O “ <i>Novo El Dorado</i> ” além da Fronteira Norte: As causas da migração dos garimpeiros brasileiros para o Suriname nos anos 1990.....	34
<b>2.1</b> Uma breve história da mineração aurífera no Suriname antes da guerra civil....	35
<b>2.2</b> O novo ciclo de ouro na Amazônia brasileira.....	39
<b>2.3</b> O auge e o declínio da garimpagem de ouro na Amazônia brasileira.....	43
<b>2.4</b> O êxodo garimpeiro e o começo do movimento migratório dos garimpeiros brasileiros para o Suriname.....	47
<b>2.5</b> Conclusões parciais.....	52
<b>CAPÍTULO III:</b> A <i>Espada de Dâmocles</i> : o impacto político-diplomático da migração garimpeira nas relações Brasil-Suriname.....	54
<b>3.1</b> Crescentes tensões sociais na Amazônia surinamesa (1992 – 1994).....	55
<b>3.2</b> A expansão da presença brasileiras e os tentativos da regularização da presença dos garimpeiros brasileiros na selva surinamesa (1994 – 2005).....	59
<b>3.3</b> Turbulência nas relações brasileiro-surinamesas (2005 – 2009).....	68
<b>3.4</b> Conclusões parciais.....	72

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>89</b>

# Introdução

---

Em abril de 1994, um barco chamado *o Novo Brasil* chegou da Venezuela ao Suriname. A bordo do navio havia quinze homens brasileiros e uma grande quantidade de equipamentos para a mineração em grande escala. A destinação dos passageiros e da carga foi a área de garimpo localizada na densa floresta amazônica no interior leste do Suriname, na fronteira com a Guiana Francesa.<sup>1</sup> Desde o final da guerra civil surinamesa (1986 – 1992), havia um *boom* da garimpagem de ouro nessa região. Os quinze passageiros de *o Novo Brasil* fizeram parte de um crescente fluxo de garimpeiros brasileiros que desbravaram a selva surinamesa para trabalhar na extração de ouro nessa nova fronteira aurífera.

Em retrospecto, o nome do navio que transportou os quinze migrantes brasileiros parece um prenúncio para a grande transformação demográfica que começou a ocorrer no interior surinamês naquela época. Nos anos posteriores à chegada de *o Novo Brasil*, mais milhares de trabalhadores brasileiros se deslocaram para os campos de ouro no país vizinho amazônico. Segundo as estimativas do serviço consular da Embaixada brasileira em Paramaribo, o número de migrantes brasileiros trabalhando nos garimpos surinameses cresceu de umas centenas de pessoas em 1994,<sup>2</sup> até mais que quinze mil pessoas em

---

<sup>1</sup> Telegrama nº 254, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 13 de abril de 1994, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (doravante AHMRE) – Política Exterior. Ostensivo.

<sup>2</sup> Telegrama nº 200, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 22 de março de 1994, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo-Urgente.

1998.<sup>3</sup> Em algumas regiões no interior surinamês surgiram verdadeiros vilarejos brasileiros, onde os habitantes falavam português, os restaurantes serviam comida nordestina e os bares tocavam ritmos brasileiros como forró e brega (OLIVEIRA, 2013; THEIJE 2007).

A partir de 1997, a crescente presença dos garimpeiros brasileiros no Suriname se tornou visível também em Paramaribo, a capital do país. Em Tourtonne, um bairro no norte da cidade, empreendedores brasileiros criaram casas de compra e venda de ouro, lojas de aluguel de equipamentos de mineração, e outras empresas voltadas para oferecer serviços de apoio à indústria aurífera no interior do Suriname. Em adição, surgiram números hotéis, pensões, bares, restaurantes, igrejas, cabarés e casas noturnas brasileiros nessa zona, para acomodar os garimpeiros brasileiros em trânsito entre o Brasil e os garimpos surinameses. Graças ao grande número de migrantes paraenses morando e trabalhando nesse bairro, ele ficou popularmente conhecido como *Klein Belém* (Pequeno Belém, em holandês, o idioma oficial do país) ou *Belenzinho* (THEIJE, 2007; HÖFS, 2006).

A migração de grandes números de garimpeiros brasileiros para o Suriname teve um impacto considerável no país vizinho amazônico. Devido à mão de obra brasileira, a mineração aurífera se tornou o maior setor econômico no interior do país, beneficiando também as comunidades locais: estima-se que a garimpagem de ouro sustenta aproximadamente 12% da população surinamesa (CASM 2009, *apud*. CREMERS & THEIJE, 2013, p. 2). No entanto, a mineração informal de ouro também causa numerosos problemas sociais e ecológicos na selva surinamesa, variando do alcoolismo e da prostituição forçada nas áreas de garimpo até a emissão de grandes quantidades de mercúrio e outros poluentes no meio ambiente. Por este motivo, os migrantes brasileiros são malvistas por uma parte substancial da população surinamesa. Essa situação é ainda piorada pelo fato que a grande maioria dos migrantes brasileiros permanece no Suriname de modo irregular, ou seja, sem possuir os documentos exigidos para poder viver e trabalhar legalmente no país (OLIVEIRA, 2013; FIRMEZA, 2007).

Inevitavelmente, o tema da imigração irregular brasileira se manifesta também no relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname. No decorrer das décadas de 1990 e 2000, havia diversos momentos de graves tensões diplomáticas entre os dois países vizinhos amazônicos por causa da chamada *questão garimpeira*. O senhor Ricardo

---

<sup>3</sup> Telegrama n° 243, de Jorge Saltarelli Junior, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 30 de abril de 1998, AHMRE – Assistência Consular. Reservado-Urgente.

Carvalho de Nascimento Borges, o embaixador do Brasil em Paramaribo entre 2005 e 2007, poeticamente descreveu esse tópico como “(uma) verdadeira espada de Dâmocles sobre o relacionamento bilateral”: ou seja, uma fonte de inquietação perpétua.<sup>4</sup> No entanto, na literatura acadêmica sobre as relações exteriores do Brasil, esse tema é ainda pouco explorado. De fato, ao longo do projeto de pesquisa que resultou na presente dissertação, não conseguimos levantar nenhum trabalho acadêmico que trata explicitamente sobre o impacto da questão migratória no relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname.<sup>5</sup>

Com a finalidade de preencher parte desta lacuna na literatura acadêmica sobre as relações exteriores do Brasil, apresentamos nesta dissertação de mestrado um estudo exploratório sobre a origem e a evolução da questão garimpeira na história das relações diplomáticas brasileiro-surinamesas. Este trabalho tem dois objetivos específicos. Primeiro, explicamos, com base em numerosos estudos antropológicos, sociológicos e geográficos sobre a garimpagem de ouro na Amazônia, porque milhares de garimpeiros brasileiros, como os quinze homens a bordo de *o Novo Brasil*, decidiram deslocar-se para a selva surinamesa durante a década de 1990. Em seguida, descrevemos, com base em documentos históricos resgatados no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE) em Brasília, como esse movimento migratório afetou o relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname no decorrer dos anos de 1990 e 2000.

Para cumprir essas duas tarefas, a presente dissertação de mestrado é dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta um breve panorama da história do Suriname, país relativamente pouco estudado no âmbito de pós-graduação no Brasil, inclusive no campo de estudo das Relações Internacionais. Em adição, este capítulo oferece um *overview* das relações brasileiro-surinamesas, antes de 1992. Em seguida, o segundo capítulo esboça a história da garimpagem de ouro na região amazônica e identifica os

---

<sup>4</sup> Telegrama nº 1230, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 19 de setembro de 2006, AHMRE – Assistência Consular. Reservado-Urgentíssimo. Essa caracterização faz referência a uma anedota moral, oriunda da antiguidade clássica, sobre Dâmocles, cortesão na corte do tirano Dionísio I de Siracusa. Há diversas versões da anedota, mas o elemento comum é a proposta de Dionísio a Dâmocles depois de ouvir o cortesão manifestando imensa admiração pela sua riqueza: Dionísio ofereceu-lhe trocar de lugar com ele por um dia. Porém, ele secretamente mandou suspender uma espada acima do trono, suspenso por apenas um fio de rabo de cavalo. Quando Dâmocles, sentado no assento de Dionísio, percebeu a espada acima da sua cabeça, imediatamente devolveu o trono para o tirano. A lição da anedota é a preocupação constante dos líderes políticos. Contudo, hoje em dia, a expressão “*espada de Dâmocles*” é frequentemente usada para descrever uma situação marcada pela presença de uma fonte de preocupação constante.

<sup>5</sup> A questão garimpeira é tratada brevemente em alguns trabalhos acadêmicos que apresentam um panorama geral da história das relações brasileiro-surinamesas. Vide, por exemplo, Kruijt (2007).



principais motivos para o surgimento do movimento migratório de garimpeiros brasileiros para o interior surinamês nos anos 1990. Finalmente, o terceiro e último capítulo observa o impacto desse fenômeno migratório nas relações diplomáticas brasileiro-surinamesas.

Ao concluirmos esta introdução importa-nos fazer algumas observações sobre as fontes utilizadas na presente dissertação. Os dados históricos foram colhidos na literatura antropológica, sociológica e geográfica sobre a mineração de ouro na Amazônia, nos arquivos eletrônicos de jornais e revistas brasileiros e internacionais e no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE). A pesquisa no AHMRE se focou na análise da correspondência diplomática entre a embaixada brasileira em Paramaribo e o Ministério de Relações Exteriores (MRE) em Brasília. A grande maioria dos documentos históricos citados na presente dissertação são telegramas mandados da embaixada brasileira no Suriname para o Itamaraty.<sup>6</sup> Os diplomatas brasileiros em Paramaribo usavam esses telegramas para informar aos seus superiores sobre o rumo da questão garimpeira nas relações brasileiro-surinamesas e para pedir instruções durante os momentos de crise diplomática.

Enfatizamos que esta dissertação restringe o seu escopo ao período entre 1992 e 2009. O trabalho não trata sobre a evolução da questão garimpeira nos anos mais recentes porque a documentação pós-2009 ainda não foi liberada no AHMRE, assim limitando substancialmente as fontes disponíveis. Para o período entre 1990 e 2000, toda a correspondência diplomática era acessível. Todavia, para o período entre 2001 e 2009, só foi possível consultar os documentos classificados como *ostensivos*: documentos classificados como *confidenciais* ou *secretos* não podiam ser consultados.<sup>7</sup> Por esta razão, é inevitável que alguns documentos históricos de grande importância para o caso apresentado nesta dissertação não foram consultados durante a pesquisa.

---

<sup>6</sup> Em linhas gerais, é possível distinguir dois tipos de documentos na correspondência diplomática entre o MRE e a embaixada brasileira em Paramaribo: telegramas e despachos telegráficos. Telegramas são mensagens mandadas das embaixadas brasileiras no exterior para o ministério em Brasília. Geralmente, os telegramas servem para informar o Itamaraty sobre a situação política e econômica em algum país, neste caso o Suriname. Despachos telegráficos são mensagens mandadas do MRE para as embaixadas brasileiras no exterior. Frequentemente servem para passar instruções para embaixadores e diplomatas brasileiros. No caso do Suriname, o número de telegramas que o MRE recebe anualmente da embaixada em Paramaribo é muito maior do que o número de despachos mandados para a representação brasileira na capital surinamês. Por isso, a grande maioria dos documentos históricos citados neste trabalho consiste de telegramas mandados da embaixada brasileira no Suriname para o MRE.

<sup>7</sup> Para mais informação sobre o sistema de classificação de documentos no AHMRE, consulte o website: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5354:servicos&catid=2&Itemid=443&lang=pt-BR#pesquisaarq](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5354:servicos&catid=2&Itemid=443&lang=pt-BR#pesquisaarq)> (acesso em 12 de junho de 2015). Em adição, vide PENNA FILHO, 1990.

Por fim, é preciso enfatizar a ausência fontes primárias surinamesas neste trabalho. Infelizmente, não foi possível incluir um período de pesquisa de campo no Suriname durante o projeto de dissertação. Por isso, não houve possibilidade de visitar as áreas de garimpo, nem de fazer pesquisa nos arquivos do Estado surinamês ou da imprensa local. Ademais, existem pouquíssimos jornais e revistas surinameses que mantêm um arquivo eletrônico.<sup>8</sup> Em consequência, o presente trabalho é construído quase exclusivamente sobre fontes primárias brasileiras. Sem medidas para consertar essa deficiência na dissertação, esperamos que ela possa ser corrigida em estudos futuros sobre a questão garimpeira nas relações bilaterais entre o Suriname e o Brasil.

---

<sup>8</sup> O único grande jornal surinamês que mantém um arquivo eletrônico é *De Ware Tijd*. Contudo, ao longo de todo o projeto de pesquisa, este arquivo estava inacessível por causa de manutenção. A maioria dos artigos da imprensa surinamesa consultados neste trabalho são fotocópias anexados à correspondência diplomática entre a embaixada brasileira em Paramaribo e o MRE em Brasília.

# Capítulo I

---

*Um Estado-Ilha no Continente Sul-Americano:*

*Um breve panorama histórico do Suriname e das relações brasileiro-surinamesas*

“Uma linha bem pequenininha no fim do mundo”. Assim a migrante brasileira Luísa, dona de um bar em Paramaribo, descreve a sua imagem mental do Suriname antes de chegar ao país vizinho amazônico. Essa anedota, que ela compartilhou com a antropóloga brasileira Carolina Carret Höfs (2009), exemplifica o fato que a grande maioria dos migrantes brasileiros no Suriname sabia muito pouco sobre o seu país de destino antes de pisar em terras surinamesas. De fato, a ex-colônia holandesa no norte do continente sul-americano é, nas palavras do geógrafo brasileiro Rafael da Silva Oliveira, “*uma ‘terra incógnita’ para grande parte dos brasileiros*”, inclusive no mundo acadêmico (2013, p. 42).<sup>9</sup> Por este motivo, a presente dissertação de mestrado em Relações Internacionais começa com uma breve exploração da história do Suriname e das relações brasileiro-surinamesas.

Este capítulo histórico é dividido em três seções. A primeira seção apresenta um pequeno *overview* da história do Suriname, do início da colonização holandesa no século XVII até a independência do país em 1975. A segunda seção trata sobre a história das relações diplomáticas entre o Brasil e o Suriname a partir da independência surinamesa até o início da guerra civil surinamesa. A terceira seção descreve o início e o fim da guerra civil surinamesa, um evento que deixou uma marca importante na história contemporânea

---

<sup>9</sup> Para ilustrar o fato que o Suriname ainda é um país muito desconhecido no Brasil, Oliveira observa que, antes de 2013, só havia nove teses e dissertações defendidas no âmbito da pós-graduação brasileira que trataram, de alguma forma, sobre esse país fronteiriço amazônico (2013, p. 84).

do país. Ademais, a história da migração brasileira para o Suriname, o tema principal da presente dissertação, é fortemente ligada a esse conflito armado interno. Por fim, fechamos o capítulo com uma pequena conclusão.

### 1.1. Uma breve história do Suriname Colonial (1666 – 1975)

A República do Suriname é localizado no litoral norte da América do Sul, limitado a leste pela Guiana Francesa, a leste pela Guiana e a sul pelo Brasil. A ex-colônia holandesa é o menor país sul-americano, tanto na dimensão territorial quanto na dimensão populacional. Com uma extensão territorial de aproximadamente 163 mil quilômetros quadrados, o Suriname é um pouco menor que o estado do Acre (aproximadamente 164 mil quilômetros quadrados). Segundo o último censo realizado no Suriname, em 2012, a população surinamesa consiste de aproximadamente 542 mil indivíduos, mais ou menos igual à população da cidade de Londrina no estado do Paraná.<sup>10</sup> A tabela 1 mostra claramente a disparidade territorial e populacional entre o Suriname e o Brasil.

**TABELA 1** - Território e população do Brasil e do Suriname

País	Brasil	Suriname
Superfície total (km <sup>2</sup> )	8.514.876	163.820
Superfície amazônica (km <sup>2</sup> )	5.006.316	163.820
População	190.732.694	541.638
Ano do censo	2010	2012

Fonte:

Elaboração própria, a partir de dados da *Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada* (RAISG): <http://www.raisg.socioambiental.org/> (acesso em 24 de novembro, 2014); do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE): <http://www.ibge.gov.br/> (acesso em 24 de novembro, 2014); e da *Algemeen Bureau voor de Statistiek* (ABS – Secretaria Geral da Estatística no Suriname): <http://www.statistics-suriname.org/> (acesso em 24 de novembro, 2014).

O Suriname é um país culturalmente e linguisticamente muito distinto dos outros países sul-americanos. No âmbito das relações exteriores, essas características dificultaram o desenvolvimento de laços estreitos de cooperação política e econômica com os países vizinhos, inclusive o Brasil. Por este motivo, o cientista social holandês

---

<sup>10</sup> Os dados apresentados neste parágrafo sobre o território nacional do Brasil e do Suriname provem da RAISG e estão disponíveis no website <http://www.raisg.socioambiental.org/> (acesso em 24 de novembro, 2014). Os dados sobre o tamanho territorial dos estados brasileiros e da população brasileira provem do IBGE e estão disponíveis no website <http://www.ibge.gov.br/> (acesso em 24 de novembro, 2014). Finalmente, os dados sobre a população surinamesa provem da ABS e estão disponíveis no website <http://www.statistics-suriname.org/> (acesso em 24 de novembro, 2014).

Dirk Kruijt descreve o país como “*um estado-ilha, rodeado pela selva tropical e o oceano Atlântico*” (2007, p. 332). O referido pesquisador identifica três fatores que contribuíam ao isolamento do Suriname na região sul-americana: o seu passado como colônia holandesa, a sua complexa composição étnica-religiosa, e a grande comunidade surinamesa nos Países Baixos (IBID). Todos esses fatores são heranças da colonização holandesa do país.

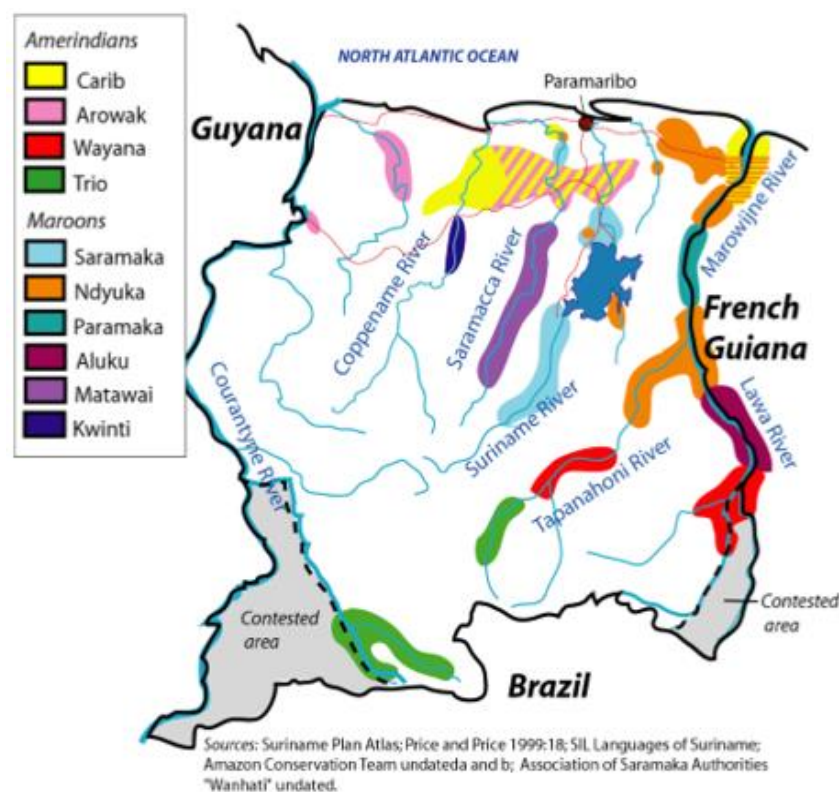
Por quase três séculos, a atual República do Suriname foi uma colônia dos Países Baixos. A colonização holandesa do Suriname começou em 1667, durante a Segunda Guerra Anglo-Holandesa (1666 – 1668), quando uma esquadra naval da província holandesa da Zelândia conquistou um pequeno assentamento britânico na foz do rio Suriname. Esse assentamento tinha sido criado só dezoito anos antes, em 1850. No final de julho de 1668, a Grã-Bretanha e a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos assinaram um acordo de paz na cidade holandesa de Breda. Como parte desse acordo, a Grã-Bretanha oficialmente cedeu a sua colônia surinamesa aos Países Baixos. Em contrapartida, os britânicos receberam a colônia holandesa de Nova Amsterdã, localizada na ilha de Manhattan (VAN LIER, 2006).

O processo da colonização se concentrou, acima de tudo, nas terras férteis na zona costeira surinamesa, onde os colonos holandeses construíram plantações de cana de açúcar, algodão e café. Para trabalhar nas plantações, os holandeses importaram mão de obra escrava da África ocidental. Assim, o Suriname se converteu em uma colônia escravocrata (IBID). No entanto, ao longo dos séculos, um número substancial dos escravos africanos conseguiu fugir das plantações e refugiar-se na selva surinamesa. Fora do domínio colonial, essas pessoas organizaram-se em clãs e adotaram um estilo de vida baseada na caça, pesca e agricultura familiar. Devido ao seu isolamento, essas comunidades quilombolas podiam conservar muitos elementos das culturas originárias africanas que os escravos na zona costeira perderam ao longo do tempo (HEEMSKERK, 2003). Hoje em dia, os descendentes dos escravos fugitivos são chamados de *maroons*. Há seis distintas culturas *maroons* no interior surinamês (vide mapa 1, na página seguinte) (IBID). O mapa 1, na página seguinte, mostra os territórios tradicionalmente ocupados pelos diversos grupos quilombolas (e pelos grupos ameríndios).

Em 1863, o governo holandês aboliu a escravidão nas suas possessões coloniais, inclusive o Suriname, baixo forte pressão da Grã-Bretanha. Em seguida, muitos escravos liberados abandonaram as plantações para dedicar-se à agricultura de subsistência ou para trabalhar em outros setores da economia colonial (EGGER, 2009). Para substituí-los, os

donos das plantações contrataram um grande número de trabalhadores semi-escravos na Índia Britânica, Indonésia Holandesa e China. A chegada desses migrantes transformou a composição étnica-religiosa do país. Hoje em dia, os descendentes dos migrantes indianos, chamados de *hindustanos*, são o maior grupo étnico na sociedade surinamesa.<sup>11</sup> Os *javaneses*, os descendentes dos trabalhadores rurais mulçumanos contratados na Indonésia Holandesa, também constituem um segmento notável do mosaico étnico-religioso do Suriname.<sup>12</sup>

**MAPA 1** – Os territórios dos principais grupos indígenas e *maroons* no Suriname



Fonte: Healy & Heemskerk (2005, p. 26).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o relacionamento entre os Países Baixos e a sua colônia sul-americana entrou em uma nova fase. Em 1954, o Estatuto para o Reino dos Países Baixos converteu o Suriname em uma democracia parlamentar com autonomia política sobre assuntos internos. Duas décadas depois, em 1973, o governo surinamês, liderado pelo Primeiro-Ministro Henck Arron, abriu as negociações com os Países Baixos

<sup>11</sup> No último censo, conduzido em 2012, os hindustanos formavam em torno de 27,4% da população surinamesa (ABS, 2012).

<sup>12</sup> Os javaneses formavam por volta de 13,7% da população surinamesa (ABS, 2012)

sobre a independência do Suriname. Na Haia, o governo socialdemocrata do Primeiro-Ministro Joop den Uyl estava a favor da descolonização do Suriname, tanto por motivos ideológicos quanto por preocupações práticas. Por um lado, os membros do governo Den Uyl acreditavam que um país civilizado não deveria ter colônias. Por outro lado, as autoridades holandesas estavam preocupadas com o crescente fluxo de surinameses pobres para os Países Baixos e esperavam que a independência surinamesa poderia travar esse movimento migratório (KRUIJT 2007). Depois de dois anos de negociações, a República do Suriname se tornou, no dia 25 de novembro de 1975, o mais novo país independente no continente sul-americano. A ex-metrópole ainda se comprometeu a transferir 3,5 bilhões de florins (mais ou menos 1,6 bilhões de dólares) para os cofres surinameses nos primeiros quinze anos da pós-independência (IBID)

Contudo, a descolonização súbita do país também causou uma forte ansiedade entre um segmento substancial da população surinamesa. Entre 1973 e 1980, dezenas de milhares de surinameses migraram para os Países Baixos, onde eles ainda podiam pedir a nacionalidade holandesa.<sup>13</sup> Estima-se que hoje em dia haja em torno de 348 mil pessoas de descendência surinamesa nos Países Baixos.<sup>14</sup> Um dos grupos mais insatisfeitos com a independência surinamesa foram os *maroons* no interior do país. Por vários séculos, as comunidades quilombolas na selva surinamesa mantinham relações relativamente boas com as autoridades coloniais em Paramaribo.<sup>15</sup> Todavia, desde 1954, elas se sentiam marginalizadas politicamente e economicamente pelas novas elites políticas de origem crioulo e hindustano (KRUIJT & HOOGBERGEN, 2005). Esse sentimento foi intensificado pelo fato que os líderes *maroons* foram excluídos de participar nas negociações sobre a descolonização do país. Especula-se que a grande maioria dos *maroons* não apoiou a independência do Suriname em 1975 (IBID).

Com a independência, a época colonial oficialmente chegou ao fim. Porém, o legado de quase três séculos de domínio colonial holandês foi muito forte no Suriname. Nos anos posteriores à independência, o novo país sul-americano manteve intensos laços

---

<sup>13</sup> Um acordo bilateral sobre nacionalidade, assinado entre o Suriname e os Países Baixos em 1975 permitiu migrantes surinameses residentes nos Países Baixos para optar para a nacionalidade holandesa (KRUIJT, 2007).

<sup>14</sup> CBS (*Centraal Bureau voor de Statistiek* – Departamento Central da Estatística dos Países Baixos). Link: <http://statline.cbs.nl/StatWeb/publication/?DM=SLNL&PA=37325&D1=0&D2=a&D3=0&D4=0&D5=a&D6=1&HDR=G2,G3&STB=G1,G5,T,G4&VW=T> (acesso em 26 de março, 2015)

<sup>15</sup> Até meados do século XVII, os *maroons* lutaram contra o governo colonial em uma guerra de guerrilha. No entanto, entre os anos 1749 e 1769, os principais líderes quilombolas assinaram tratados de paz com as autoridades coloniais. Esses acordos formalizaram a independência e a autonomia das comunidades *maroons* (VAN LIER,2006).

econômicos, sociais e culturais com o ex-metrôpole, por causa dos grandes fluxos financeiros da Holanda para os cofres surinameses e da grande comunidade surinamesa nos Países Baixos. Esses fatores dificultaram o estabelecimento de relações políticas e econômicas com os países vizinhos, como o Brasil. O historiador Roger Janssen conclui que, nos primeiros anos da independência surinamesa, o país foi independente “*apenas no nome*” (2011, p. 25).

### **1.2.A história do Suriname e das relações brasileiro-surinamesas nos primeiros anos do pós-independência surinamesa (1975 – 1986)**

O Brasil foi um dos primeiros países para estabelecer relações diplomáticas com a República do Suriname depois da independência surinamesa em novembro de 1975. Em junho de 1976, durante uma visita do Primeiro-Ministro Arron ao Brasil, os primeiros acordos bilaterais nas áreas de comércio e de intercâmbio cultural foram assinadas. Ademais, foi criada uma Comissão Mista Brasil-Suriname para estimular a cooperação econômica, científica e tecnológica entre ambos os países. Dois anos depois, em 1978, o Suriname estava entre as oito nações amazônicas que assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em Brasília. O Itamaraty esperava que essas iniciativas diplomáticas poderiam resultar em um fortalecimento dos laços diplomáticos e econômicos entre o Suriname e o Brasil (URT, 2010). Contudo, apesar da assinatura dos acordos de cooperação, Paramaribo estava hesitante para aproximar-se politicamente ou economicamente ao vizinho do sul: a diplomacia surinamesa temia que o crescimento da influência brasileira no Suriname poderia converter o país em um estado satélite da maior potência sul-americana (JANSSEN, 2011).

No início do ano 1980, o cenário político no Suriname mudou radicalmente. No dia 28 de fevereiro desse ano, um levante militar, liderado por dezesseis sargentos do Exército surinamês, derrubou o governo Arron. Esse episódio, que ficou conhecido como o *Golpe dos Sargentos*, foi provocado por um conflito trabalhista entre o governo e a escalão dos suboficiais nas Forças Armadas. Os golpistas não tinham uma agenda política ou ideológica claramente definida (URT, 2010). No entanto, um grande segmento da população surinamesa apoiou a rebelião dos sargentos. Desde o final da década de 1970, o governo Arron tinha sido muito impopular, devido a numerosos escândalos de corrupção envolvendo membros do seu gabinete e à estagnação geral da economia surinamesa (JANSSEN, 2011).



O Golpe dos Sargentos marcou o começo de uma fase de grande tumulto político no Suriname. Entre 1980 e 1982, havia vários golpes e contragolpes no país (MASCHHAUPT, 2013). Durante esse período caótico, um dos líderes da rebelião de fevereiro de 1980, o sargento-maior Désiré "Desi" Delano Bouterse, subiu à posição de chefe do exército. Homem pragmático com um formidável instinto de sobrevivência política, Bouterse, autopromovido à patente de coronel, se tornou o *de facto* dirigente político do país. Com uma mistura de políticas populistas e personalistas, ele tentou ganhar o apoio do povo surinamês para o seu regime (AVILA, 2011). Porém, Bouterse também estava disposto a usar violência para consolidar o seu poder. Isso ficou claro na noite de 7 de dezembro de 1982, quando ele mandou torturar e matar quinze opositores proeminentes do seu regime. Esse episódio ficou conhecido como o *massacre de dezembro*. Vários testemunhos alegam que algumas das vítimas foram executadas pessoalmente pelo caudilho surinamês (MASCHHAUPT, 2013).

O massacre de dezembro provocou uma onda de protesto no âmbito internacional. Numerosos países europeus, sul-americanos e caribenhos e várias organizações internacionais condenaram a violência política no Suriname (JANSSEN, 2011). Em adição, o governo dos Países Baixos decidiu suspender a transferência de ajuda financeira para a sua ex-colônia. Essa decisão teve um grande impacto na economia surinamesa, porque os fundos holandeses tinham um valor de aproximadamente 9% do PIB surinamês e constituíram quase 90% de todo o capital líquido entrando no país anualmente: depois da suspensão da ajuda financeira holandesa, o governo surinamês não tinha suficientes recursos para financiar as suas despesas básicas (IBID). Isolado diplomaticamente e com uma grande falta de capital, o coronel Bouterse se virou para os regimes de Fidel Castro em Cuba e Muammar al-Gadaffi na Líbia em busca de apoio político e financeiro externo.<sup>16</sup>

No começo de 1983, a aproximação diplomática entre Paramaribo, Havana e Trípoli colocou o regime militar surinamês em curso de colisão com os Estados Unidos. Rumores sobre a presença de tropas cubanas e armamentos líbios no território surinamês criaram um ambiente de crise na região amazônica (KRUIJT, 2007). Em Brasília, o governo militar do presidente João Batista Oliveira de Figueiredo considerava a

---

<sup>16</sup> É importante mencionar que o regime militar surinamês já estabeleceu relações diplomáticas com Cuba antes do massacre em dezembro de 1982. De fato, a proximidade de Bouterse ao regime cubano e ao governo de Maurice Bishop em Granada foi um dos temas fortemente criticados pelos opositores mortos na noite de 7 de dezembro. Contudo, depois do massacre e o subsequente isolamento diplomático do país, o regime militar surinamês se aproximou ainda mais ao regime cubano de Fidel Castro (JANSSEN, 2011).

influência cubana no Suriname como uma ameaça à segurança na região amazônica. Por um lado, o governo Figueiredo temia que a chamada “*cubanização*” do Suriname converteria o país em uma “*cabeça de ponte*” da Cuba na América do Sul (URT, 2010, p. 73). Por outro lado, as autoridades militares brasileiras receavam que os Estados Unidos poderiam fazer uma intervenção militar no Suriname, criando um conflito armado na sensível fronteira norte do Brasil (AVILA 2011; URT 2010).

Em abril de 1983, o presidente brasileiro enviou uma missão diplomática, encabeçada pelo General Danilo Venturini, à capital surinamesa, com o objetivo de persuadir o coronel Bouterse a afastar-se do regime cubano. Em contrapartida, o governo militar brasileiro ofereceu-lhe um pacote de diversos programas de assistência civil e militar, e uma linha de crédito no valor de 70 milhões de dólares para compra de material bélico de fabricação brasileira (AVILA, 2011; URT, 2010). O historiador Carlos Federico Domínguez Avila ressalta que a disposição do governo Figueiredo a assumir “*ônus financeiros em uma época de crise econômica no próprio Brasil*” mostra a importância que o Planalto atribuiu à resolução da questão surinamesa (AVILA, 2011, p. 17)

A chamada *missão Venturini* deu início a uma fase de cooperação estreita entre o governo militar brasileiro e a sua contraparte no Suriname. Em agosto de 1983, depois de vários meses de negociações, os dois países assinaram um convênio em Brasília para formalizar os programas de cooperação bilateral. A partir desse momento, o regime militar surinamês começou a distanciar-se do regime cubano (AVILA, 2011; URT, 2010). Todavia, foi só depois da invasão norte-americana em Granada, no dia 25 de outubro de 1983, que o coronel Bouterse verdadeiramente rompeu os laços com Havana. Essas circunstâncias parecem indicar que fosse a ameaça de uma intervenção militar estadunidense (ou holandesa) que realmente convenceu o caudilho surinamês a abandonar a sua aliança com Cuba. Por este motivo, Avila conclui que a aproximação de Paramaribo com Brasília depois da missão Venturini “*foi importante – ainda que não necessariamente decisiva – para lograr o afastamento dos cubanos do Suriname*” (2011, p. 25).

A ruptura das relações cubano-surinamesas apaziguou, por um breve período, as tensões diplomáticas na Amazônia setentrional. No entanto, o final da aliança política entre Paramaribo e Havana não marcou o fim da política externa radical do regime militar surinamês. O coronel Bouterse ainda mantinha fortes laços com o regime do ditador Muammar al-Gadaffi na Líbia. Em maio de 1985, o Suriname e a Líbia assinaram um acordo de cooperação financeira e militar a valor de cem milhões de dólares, provocando fortes protestos dos Estados Unidos, os Países Baixos e França (JANSSEN, 2011). Em

adição, o regime militar estabeleceu contatos clandestinos com vários carteis de drogas colombianas. Devido a esses vínculos, o Suriname se tornou, ao longo da década de 1980, em um dos maiores centros de distribuição para o tráfico de drogas sul-americanas para os Estados Unidos e Europa Ocidental (IBID).

### **1.3.A guerra civil surinamesa e a redemocratização do Suriname (1986 – 1992)**

Enquanto os contatos do regime de Bouterse com a ditadura líbio e os narcotraficantes colombianos geravam novas tensões diplomáticas entre o Suriname e os países ocidentais, a situação econômica no país continuava piorando. No interior do Suriname, a grave crise econômica alimentou o sentimento de marginalização política e econômica das comunidades *maroons* (HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004). Em meados da década de 1980, um jovem quilombola chamado Ronnie Brunswijk, ex-integrante das Forças Armadas surinamesas, começou a organizar um movimento guerrilheiro no leste do país, com a finalidade de derrubar o regime militar.<sup>17</sup> Até 1984, ele tinha sido um membro do serviço privado de segurança do coronel Bouterse. No entanto, depois de uma disputa pessoal com o caudilho surinamês, supostamente sobre assuntos salariais, Brunswijk rapidamente se converteu em um dos principais adversários do regime militar surinamês.<sup>18</sup>

Em meados de 1986, os guerrilheiros de Ronnie Brunswijk começaram a atacar postos militares no Suriname oriental, roubando armas e suprimentos e detendo soldados surinameses como prisioneiros da guerra (OLIVEIRA, 2013). Os insurgentes, popularmente conhecidos como o *Comando da Selva (Jungle Commando)*, rapidamente ganharam o apoio das comunidades *maroons* no interior do país (IBID). Em agosto de 1986, depois de assaltar um banco na cidade de Moengo, Brunswijk compartilhou os despojos com a população local empobrecida, assim ganhando a fama de ser um *Robin Hood contemporâneo* (HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004, p. 14). Em poucos meses, centenas de homens quilombolas se juntaram ao movimento guerrilheiro: estima-se que,

---

<sup>17</sup> Brunswijk fez parte de um grande número de jovens *maroons* que ingressaram no exército surinamês depois do golpe dos sargentos em 1980. Depois de participar em uma unidade de treinamento militar especial em Cuba, ele foi recrutado para o serviço pessoal de segurança do coronel Bouterse (HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004).

<sup>18</sup> Há vários diferentes relatos sobre a origem do disputa pessoal entre Ronnie Brunswijk e Desi Bouterse. Por exemplo, existem teorias que o verdadeiro motivo pela animosidade entre os dois homens foi ligado ao controle sobre o tráfico de drogas. No entanto, na historiografia sobre a história surinamesa contemporânea, a explicação mais comum é o de um conflito salarial. Vide, por exemplo, Maschhaupt (2013).

no final de 1986, o Comanda da Selva tinha em torno de seiscentos militantes nas suas fileiras (OLIVEIRA, 2013, p. 223).

Em retribuição às ações guerrilheiras, o exército surinamês lançou uma campanha de terror contra as comunidades quilombolas no interior surinamês. Várias aldeias *maroons* foram saqueadas e queimadas, e dezenas de civis foram mortos a tiros. O episódio mais horrendo da campanha militar foi o ataque à vila de Moiwana em novembro de 1986, onde as Forças Armadas massacraram cinquenta pessoas, inclusive idosos, crianças e bebês (IBID). Por causa da violência, milhares de pessoas no Suriname oriental foram forçadas a fugir de suas aldeias e buscar refúgio na Guiana Francesa. No auge da guerra civil, havia em torno de dez mil refugiados surinameses no departamento ultramar francês (OAS *apud.* HOOGBERGEN & KRUIJT, 2014, p. 17). No entanto, a estratégia violenta do Exército surinamês apenas reforçou o apoio populacional para o Comando da Selva no leste do Suriname (OLIVEIRA, 2013; HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004).

No final de 1986, o Comando da Selva começou a direcionar os seus ataques para alvos de importância econômica. Os guerrilheiros quilombolas atacaram as minas de bauxita no nordeste do país e as empresas madeireiras operando na floresta surinamesa. Em novembro de 1986, as forças insurgentes até conseguiram paralisar a infraestrutura elétrica da cidade de Paramaribo (OLIVEIRA, 2013). Enfraquecido pelos sucessos militares do Comando da Selva, o coronel Bouterse se viu obrigado, baixo forte pressão interna e externa, a iniciar um processo de redemocratização.<sup>19</sup> Em novembro de 1987 havia eleições livres no Suriname e em janeiro de 1988, o governo democrático do presidente Ramsewak Shankar tomou posse. Porém, o coronel Bouterse continuava na Chefia das Forças Armadas e assim mantinha um alto grau de poder na política surinamesa (MASCHHAUPT, 2013).

Logo depois da sua inauguração, o governo Shankar entrou em negociações com o Comando da Selva para terminar o conflito armado no interior do Suriname. Depois de várias rodadas de negociações, ambas as partes assinaram um acordo de paz na cidade de Kourou, na Guiana Francesa, no dia 21 de julho de 1989 (JANSSEN, 2011). No entanto,

---

<sup>19</sup> É mister observar que o comandante Bouterse já negociava com os principais líderes da oposição política sobre a redemocratização do país desde meados de 1984. Porém, devido à deterioração da situação política e econômica no Suriname por causa do conflito armado interno, o poder de negociação do coronel Bouterse diminuiu substancialmente, forçando-o a implementar o processo de restauração democrática (JANSSEN, 2011).

o coronel Bouterse se opôs veemente ao chamado "Acordo de Kourou".<sup>20</sup> Para reacender o conflito, o chefe do exército surinamês silenciosamente encorajou membros do povo indígena Tukayana, adversários históricos das comunidades *maroons* no interior do país, a entrar em guerra contra o Comando da Selva. Em outono de 1989, os combatentes Tukayanas, apoiados pelas Forças Armadas surinamesas, lançaram uma onda de ataques ferozes às posições dos guerrilheiros quilombolas no Suriname oriental, assim provocando uma nova escalada da guerra civil surinamesa (IBID).

A animosidade aberta entre o governo civil e o estamento militar em Paramaribo criou uma situação delicada para a diplomacia brasileira. Por um lado, o governo civil do presidente José Sarney apoiava o processo de redemocratização no país vizinho, lançando diversos novos programas de cooperação técnica, econômica e financeira depois da inauguração do governo Shankar (AVILA, 2008).<sup>21</sup> Por outro lado, os acordos de cooperação militar assinados na época dos regimes militares ainda estavam em vigor, e as autoridades brasileiras ainda mantinham contatos cordiais com a liderança do exército surinamês, inclusive com o coronel Bouterse (IBID). Por este motivo, a política brasileira para o Suriname tentava balançar o objetivo de estimular o processo de consolidação democrática no país vizinho com o desejo de preservar o "patrimônio político-diplomático" que foi construído pelos governos militares nos anos anteriores (IBID).

No final de 1990, a relação entre o presidente Shankar e o coronel Bouterse chegou ao ponto de ruptura. A véspera de Natal, a liderança das Forças Armadas surinamesas exigiu a resignação do governo civil e alguns dias depois um governo interino foi instalado em Paramaribo, com o objetivo de organizar novas eleições parlamentares (IBID). Esse episódio, que ficou conhecido como o *golpe natalino*, provocou uma nova onda de protestos no âmbito internacional.<sup>22</sup> Os governos dos Países Baixos, dos Estados Unidos e da França categoricamente condenaram o golpe, e o governo venezuelano corou as relações diplomáticas com Paramaribo. Em adição, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou, por unanimidade, uma resolução denunciando o novo golpe

---

<sup>20</sup> Segundo Maschhaupt (2013), o coronel Bouterse considerava as negociações do governo Shankar com o Comando da Selva como um ataque direta à sua autoridade como Comandante do Exército, e, portanto, a sua honra.

<sup>21</sup> Merece destacar que a democracia foi restaurada no Brasil em 1985, marcando o fim do governo militar brasileiro.

<sup>22</sup> O golpe natalino é conhecido também como o *golpe do telefone*, porque foi um telefonema do Comandante Iwan Graanoogst para o presidente Shankar que provocou a queda do governo civil. Durante o telefonema, na noite de 24 de dezembro, Graanoogst "notificou" o presidente que o Exército tinha tomado o controle do Suriname e avisou-o de "voltar para casa sem causar problemas" (BUDDINGH, *apud* MASCHHAUPT, 2013, p 43).

militar e exigindo a restauração da ordem constitucional democrática no Suriname (JANSSEN 2011).

A forte reação internacional ao golpe natalino marcou o início de uma nova fase de isolamento diplomático para o menor país sul-americano. Em busca de um aliado externo, o coronel Bouterse decidiu apostar no Brasil. Propositadamente, diversos cargos-chaves dentro do governo interino foram ocupados por pessoas com fortes vínculos pessoais e profissionais com as autoridades brasileiras (AVILA, 2008). Por exemplo, o novo chanceler, Robby Ramlakhan, foi ex-aluno do Instituto Rio Branco em Brasília, e o novo ministro de defesa, o comandante Rupert Christopher, foi treinado nas “instituições de ensino e aperfeiçoamento de oficiais” das Forças Armadas brasileiras (IBID).

Contudo, a jogada de Bouterse não produziu o efeito desejado. O golpe natalino tinha distorcido a balança delicada na política externa brasileira entre a estimulação do processo de democratização no Suriname e a preservação dos laços estreitos com o estamento militar surinamês. Forçada a fazer uma escolha entre esses dois objetivos, a diplomacia brasileira determinou que a restauração da ordem democrática no país vizinho era mais importante para os interesses brasileiros na região amazônica do que a manutenção das relações de confiança com os militares surinameses. Consequentemente, Brasília decidiu manter-se distante do governo interino em Paramaribo, apesar do seu caráter explicitamente pró-brasileiro (IBID).<sup>23</sup> Em adição, a diplomacia brasileira informou ao coronel Bouterse que o Brasil não toleraria novas interferências políticas das Forças Armadas na ordem democrática surinamesa depois das eleições parlamentares planejadas para o dia 25 de maio de 1991 (IBID).

Em retrospecto, o golpe natalino parece apontar o início do fim do papel dominante do Exército na política surinamesa. Nos meses posteriores ao golpe, ficou evidente que os militares tinham poucos aliados internos e ainda menos aliados externos (MASCHHAUPT, 2013; JANSSEN, 2011).<sup>24</sup> Em setembro de 1991, quatro meses depois das novas eleições parlamentares, o político crioulo Ronald Venetiaan foi

---

<sup>23</sup> É importante observar que, contrário aos outros países com grandes interesses na redemocratização do Suriname, como os Estados Unidos, os Países Baixos e a França, a diplomacia brasileira não fechou os seus canais de comunicação com o estamento militar surinamês depois do golpe natalino. De fato, no final de janeiro de 1991, apenas um mês depois do golpe natalino, uma missão diplomática brasileira visitou Paramaribo, quebrando assim o isolamento diplomático do governo interino surinamês. Porém, a missão diplomática não mostrou apoio para o golpe e enfatizou diversas vezes a preferência das autoridades brasileiras para a rápida restauração da ordem democrática no país vizinho (AVILA, 2008).

<sup>24</sup> Tanto Maschhaupt (2013) quanto Janssen (2011) ressaltam que o envolvimento do coronel Bouterse e do estamento militar surinamês no tráfico internacional de drogas foi um dos fatores principais para explicar porque os militares surinameses eram muito mal vistos no âmbito internacional no começo da década de 1990.

inaugurado como presidente do Suriname. Contrário ao ex-presidente Shankar, o presidente Venetiaan conseguiu implementar diversas reformas políticas que diminuíram significativamente a influência das Forças Armadas na vida política surinamesa. Em novembro de 1992, depois de um conflito com o governo Venetiaan, o coronel Bouterse se viu obrigado a oferecer a sua resignação como Comandante do Exército, assim encerrando o período do domínio militar sobre a política surinamesa. No entanto, merece destacar que Bouterse rapidamente reapareceu no palco político como líder do Partido Nacional Democrático (NDP) na Assembleia Nacional. Em 2010, trinta anos depois do golpe dos sargentos, ele foi eleito democraticamente como presidente do Suriname (MASCHHAUPT, 2013).

Em agosto de 1992, baixo arbitragem da OAS, o governo surinamês, o Comando da Selva e os militantes Tukayanas assinaram um acordo de paz na cidade de Lelydorp, assim terminando a guerra civil surinamesa.<sup>25</sup> Estima-se que, durante o conflito, mais de duzentas pessoas foram mortas: a grande maioria dessas pessoas foram civis (OAS *apud*. HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004, p. 17). Ademais, dezenas de milhares de pessoas, sobretudo de etnia *maroon*, fugiram para a Guiana Francesa durante a guerra, como já mencionamos acima. Depois do Acordo de Lelydorp, essas pessoas começaram a voltar para o Suriname, apoiadas pelas autoridades francesas e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). No entanto, eles voltaram para uma terra devastada: durante o conflito, numerosas aldeias foram queimadas e quase toda a infraestrutura na região leste do país foi arrasada. Serviços básicos nas áreas de educação e saúde não estavam disponíveis no interior do Suriname e o fornecimento de água e luz ficou muito precário (KRUIJT & HOOGBERGEN, 2005).

Porém, no caos pós-guerra, havia um setor econômico que floresceu: a mineração aurífera. Ainda durante o conflito armado interno, observa-se o início do boom da extração de ouro no interior leste do Suriname. Depois do Acordo de Lelydorp, a garimpagem de ouro entrou em uma fase de rápida expansão, atraindo milhares de pessoas para os campos de ouro na selva surinamesa, inclusive grandes números de migrantes brasileiros. A conexão entre a guerra civil, a mineração de ouro e a migração brasileira será tratada detalhadamente no terceiro capítulo da presente dissertação.

---

<sup>25</sup> Para ser completo, é preciso mencionar que ao longo do conflito armado diversas fracções dissidentes quilombolas se separaram do Comando da Selva. Ademais, formaram-se alguns pequenos movimentos contra insurgentes. Todos esses atores estavam envolvidos na Paz de Lelydorp em 1992 (JANSSEN, 2011).

#### 1.4. Conclusões parciais

O objetivo do presente capítulo foi apresentar um breve panorama da história do Suriname e das relações brasileiro-surinamesas. Para o tema da presente dissertação, ou seja, a migração dos garimpeiros brasileiros para o Suriname na década de 1990, vale ressaltar dois elementos específicos. Em primeiro lugar, é preciso destacar que, historicamente, os contatos diplomáticos entre o Brasília e o Paramaribo são relativamente rasos. As tentativas do Itamaraty para construir relações políticas e econômicas estreitas com o país vizinho depois da independência do Suriname em 1975 tinham pouco sucesso, por causa da hesitação por parte da diplomacia surinamesa.

A grande exceção a essa regra foi a aproximação diplomática entre Brasília e Paramaribo nos anos oitenta, depois da visita do General Venturini à capital surinamesa em 1983. No entanto, esse momento de alinhamento entre o Brasil e o Suriname se limitou quase exclusivamente na área militar. Ademais, o subsequente período de cooperação brasileiro-surinamesa estava construído quase exclusivamente sobre os vínculos pessoais entre as autoridades políticas brasileiras e o estamento militar surinamês. Ao longo da década de 1980, essa aliança tácita entre a diplomacia brasileira e as forças armadas surinamesas se dissolveu gradualmente. Depois do golpe natalino, em dezembro de 1990, o Brasil se mostrou inequivocamente a favor da restauração democrática no Suriname, indicando, nas palavras do historiador Carlos Avila, “*o virtual esgotamento dos entendimentos alcançados desde a missão Venturini, em 1983*” (2008, p. 65).

O segundo elemento que queremos destacar nesta seção antes de fechar o capítulo é o isolamento da região leste ao longo da história surinamesa. Já desde o início da época colonial, o Suriname oriental é economicamente e socialmente distante do resto do país. As comunidades *maroons* que se formavam nessa região permaneciam fora do domínio das autoridades coloniais em Paramaribo por vários séculos. O temor de perder a sua autonomia, em combinação com a frustração dos quilombolas com as duras circunstâncias econômicas no interior surinamês nos anos oitenta, formava o pano de fundo da guerra civil surinamesa, que eclodiu em 1986. Esse conflito, que durou até meados de 1992, acrescentou ainda mais o isolamento da região: a infraestrutura no leste do país foi destruída e os serviços básicos de educação e saúde não estavam mais disponíveis para a população local. Por este motivo, os *surinamistas* Dirk Kruijt e Wim Hoogbergen descreveram o Suriname oriental pós-guerra como um “*região sem estado*”



(*stateless region*). É nessa área remota e isolada que, a partir de 1992, observa-se a chegada de numerosos garimpeiros brasileiros. A origem deste fluxo migratório será explorada detalhadamente nos próximos dois capítulos.

## Capítulo II

---

*O “Novo El Dorado” além da Fronteira Norte:  
As causas da migração dos garimpeiros brasileiros para o Suriname nos anos 1990*

Não se sabe exatamente quando os primeiros garimpeiros brasileiros chegaram ao Suriname. Pelo menos desde a década de 1970, há um pequeno número de migrantes brasileiros operando nas áreas de garimpos no interior surinamês.<sup>26</sup> No entanto, devido à caráter informal da mineração de ouro em pequena escala, não há muita informação disponível sobre esses primeiros garimpeiros brasileiros. Porém, assume-se geralmente que o número de garimpeiros brasileiros no país foi muito limitado antes do final da guerra civil surinamesa em 1992 (e.g. OLIVEIRA, 2013; THEIJE & HEEMSKERK, 2009). A partir desse ano, o contingente de migrantes brasileiros nos garimpos surinameses começou a crescer notavelmente, rapidamente convertendo-se em um tema de importância na agenda política bilateral entre ambos os países (KRUIJT, 2007).

Com base na literatura acadêmica sobre a mineração aurífera na região amazônica, este capítulo argumenta que a migração brasileira para o Suriname na década de 1990 foi o resultado de um conjunto de dois fatores: o declínio da garimpagem de ouro na Amazônia brasileira, depois de uma década de rápida expansão, e o início de um boom da extração de ouro no leste do Suriname depois da guerra civil surinamesa. Para explicar a ação recíproca entre esses dois fatores, o capítulo é dividido em quatro seções. A primeira seção oferece um breve panorama histórico da mineração aurífera no Suriname antes do

---

<sup>26</sup> Durante diversos períodos de pesquisa no campo nas áreas de garimpo no Suriname na década de 2000, o geógrafo brasileiro Rafael da Silva Oliveira encontrou vários migrantes brasileiros com mais de quarenta anos de experiência na garimpagem de ouro na selva surinamesa (2013, p. 284).

começo do conflito armado interno. A segunda seção trata sobre a expansão da garimpagem de ouro na Amazônia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, que incentivou milhares de homens do Norte e do Nordeste do país a tentar à sorte nos garimpos amazônicos. A terceira seção relata o declínio súbito da garimpagem de ouro no início da década de 1990, por causa de uma nova postura do estado brasileira frente à extração aurífera na floresta amazônica. Finalmente, a quarta e última seção explica porque muitos garimpeiros, confrontados com a deterioração das oportunidades de trabalho na selva brasileira, se deslocaram para o interior do Suriname.

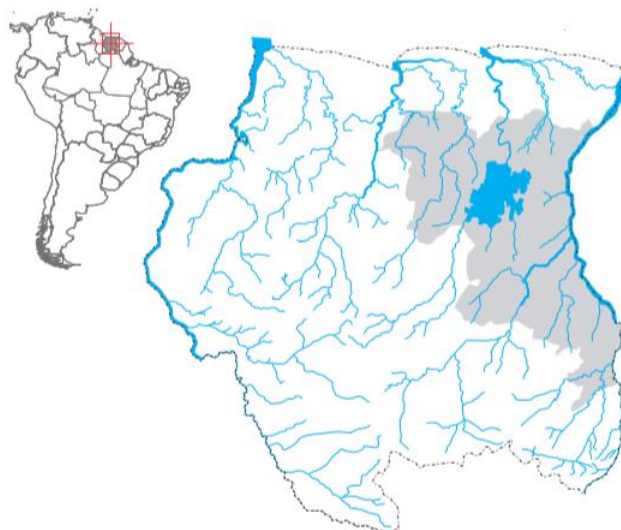
## **2.1. Uma breve história da mineração aurífera no Suriname antes da guerra civil**

Em português brasileiro, a palavra *garimpeiro* faz referência a uma pessoa que trabalha na mineração informal de metais ou pedras preciosas, geralmente em pequena escala. Essa modalidade de extração mineral é chamada de *garimpagem*, e os lugares onde é praticada são conhecidos como *garimpos* (CLEARY, 1990, p. 1). O vocábulo *garimpeiro* se originou durante a corrida do diamante em Minas Gerais, no século XVIII. Nesse período, o acesso às minas diamantíferas foi restrito por decreto real, com a finalidade de combater o contrabando das pedras preciosas. Não obstante, um grande contingente de pessoas continuava trabalhando clandestinamente na extração de diamantes. Para evitar ser presas, elas viviam escondidas nas “grimpas” (altos) das montanhas em torno das áreas de mineração (SALOMÃO, 1984, p. 42). Devido a esse hábito, eram chamados de “grimpeiros”, palavra que se converteu, no decorrer dos séculos, em *garimpeiro* (IBID).

No Suriname, os garimpos de ouro encontram-se majoritariamente na beira de rios, igarapés e cursos de água no interior leste do país (vide mapa 2). Geologicamente, essa região faz parte do Platô das Guianas, um cinturão de rochas verdes (*greenstone belt*) que também abrange grandes áreas da Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Roraima e Amapá (HEEMSKERK, 2009, p. 10). Os processos vulcânicos que criaram essa formação geológica deixaram grandes quantidades de ouro incorporadas nas rochas. Porém, por milhões de anos, os rios guianenses cortaram o platô, levando partículas de ouro nas suas correntezas. Nas curvas dos rios, onde a velocidade da água era baixa, essas partículas relativamente pesadas desceram para o fundo, formando jazidas de ouro. Devido a esse processo de erosão e sedimentação, hoje em dia encontram-se inúmeros

depósitos de ouro nos leitos dos rios e cursos de água por todo o planalto das Guianas, inclusive no Suriname oriental (OLIVEIRA, 2013; HEALY & HEEMSKERK, 2005).

**MAPA 2** – A localização da principal zona aurífera no Suriname



Fonte: Adaptação de um mapa elaborado por Rafael da Silva Oliveira (2013, p. 295).

O leste do Suriname é escassamente povoado. Os principais habitantes da região são três grupos *maroons*: os Ndyuka, os Paramaka e os Aluku (vide mapa 1, na página 22). Em adição, há algumas pequenas comunidades indígenas vivendo na região. No entanto, em diversos momentos históricos, a mineração de ouro atraiu grandes números de migrantes para o Suriname oriental. Por exemplo, no final do século XIX, uma corrida do ouro na bacia do rio Lawa, no sudeste do país, trouxe numerosos migrantes crioulos (descendentes dos escravos africanos) da zona costeira surinamesa e das colônias britânica caribenhas para a Amazônia surinamesa. E nos anos posteriores à guerra civil surinamesa, milhares de migrantes brasileiros chegaram à região para trabalhar na garimpagem de ouro.

A história da mineração de ouro na selva surinamesa começa na segunda metade do século XIX, quando o Suriname ainda era uma colônia holandesa. Na década de 1850, grandes depósitos de ouro foram descobertos no interior amazônico da Guiana Francesa. Um garimpeiro brasileiro chamado Paolino, veterano dos campos de ouro em Minas Gerais, desempenhou um papel instrumental nessas descobertas: ele foi o guia da expedição que descobriu a primeira grande jazida de ouro na beira do rio Approuague, em agosto de 1855 (ELY, 1999). Inspiradas pelas descobertas de ouro na colônia francesa, as autoridades holandesas em Paramaribo organizaram várias expedições para

o interior surinamês, em busca de ouro. Em 1874, uma dessas expedições encontrou depósitos de ouro na bacia do rio Maroni (Marowijne), na fronteira com a Guiana Francesa (HEEMSKERK & DUIJVES, 2013).

Os primeiros garimpeiros que chegaram aos campos de ouro no leste do Suriname foram migrantes crioulos do litoral surinamês e das colônias britânicas no Caribe. Devido ao grande número de migrantes da Guiana Britânica trabalhando nas áreas de garimpo, os garimpeiros eram apelidados de *porkknockers*, uma palavra que veio originalmente da colônia vizinha britânica.<sup>27</sup> Para viajar para as áreas de mineração, localizadas em zonas remotas no interior surinamês, os *porkknockers* precisavam da ajuda da população ameríndia e *maroon* local. Em pequenas canoas de madeira, barqueiros indígenas e quilombolas transportavam os garimpeiros e os seus equipamentos para as áreas de mineração, escondidas na densa selva amazônica (HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004).

Em 1885, garimpeiros franceses encontraram grandes jazidas de ouro na área entre o rio Tapanahoni e o rio Lawa, no sudeste do Suriname.<sup>28</sup> Essa descoberta marcou o início de uma nova fase na história da mineração de ouro na selva surinamesa. Na década de 1890, a riqueza aurífera na região do Lawa atraiu as primeiras companhias de mineração aurífera para o Suriname oriental. Essas empresas usavam máquinas com motores a vapor e outras técnicas industriais para produzir ouro em grande escala. Conseqüentemente, a produção de ouro no Suriname aumentou marcadamente no início do século XX, como mostra o gráfico 1 (na página seguinte). No auge do *boom*, em 1910, mais que mil duzentos quilos de ouro foram produzidos na região leste da colônia holandesa (HEEMSKERK & DUIJVES, 2013, p. 87). Estima-se que mais de cinco mil pessoas trabalhavam na mineração aurífera nessa época (IBID).

Todavia, apesar do seu sucesso inicial, as empresas mineradoras não podiam manter os altos níveis de produção por muito tempo. As operações de mineração em grande escala na selva surinamesa eram marcadas por grandes dificuldades logísticas e altos custos de produção (HEALY & HEEMSKERK, 2005). Um dos maiores problemas foi o transporte dos trabalhadores, máquinas e abastecimento para as áreas de mineração. Como os *porkknockers* nas décadas anteriores, as empresas mineradoras dependiam

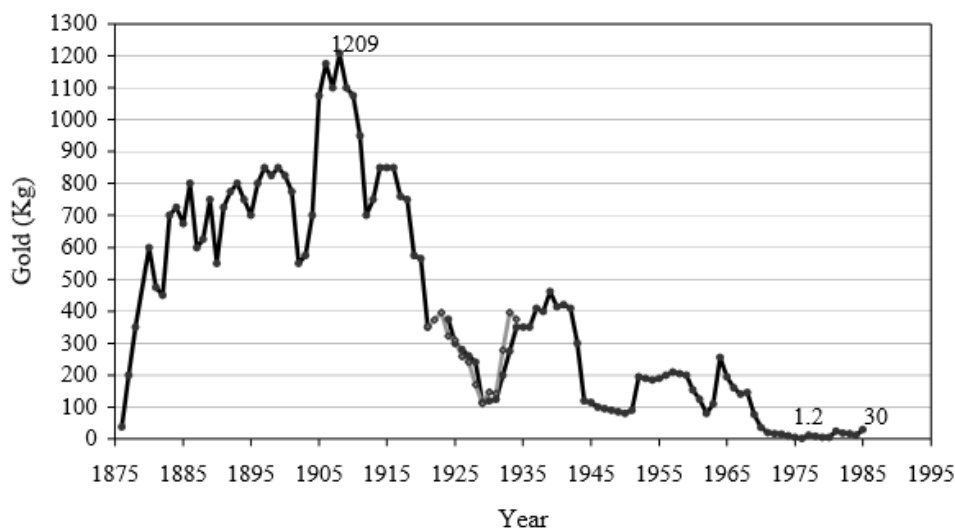
---

<sup>27</sup> Segundo o *Dictionary of Caribbean English Usage*, a palavra *porkknocker* originou por causa do hábito dos garimpeiros guianenses de comer carne de porco (*pork*) no fim do dia (1996, p. 450).

<sup>28</sup> Na época, a França disputava a soberania holandesa sobre essa região. A descoberta de ouro intensificou esse conflito. Em 1888, os dois países decidiram submeter a questão à arbitragem do Czar Alexandre II da Rússia. O monarca russo definiu o rio Lawa como o limite fluvial entre as duas colônias, assim cedendo a soberania sobre a região disputada aos Países Baixos (HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004).

completamente de barqueiros indígenas e quilombolas para o transporte dos materiais e mão de obra até os pontos de extração do ouro. Durante o auge do boom aurífero, no final da década de 1900, não havia suficiente barqueiros experientes para facilitar todas as operações mineradoras na selva, resultando em um grande aumento dos preços de transporte (HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004).

**GRAFICO 1** – A produção histórica de ouro no Suriname (1875 – 1985)



Fonte: HEEMSKERK, 2000, p. 28.

No entanto, a principal causa pelo fim rápido do boom aurífero foi a falta de investimento de tempo e dinheiro na prospecção, ou seja, na busca de novos depósitos de ouro. Em vez disso, as empresas mineradoras focaram quase todos os seus recursos na exploração dos depósitos conhecidos. Em meados dos anos 1910, esses depósitos começaram a ficar esgotados, marcando o fim do boom aurífero (HEALY & HEEMSKERK, 2005). Na década de 1920, a produção de ouro no Suriname caiu rapidamente, forçando as grandes empresas mineradoras a terminarem as suas atividades na selva surinamesa. Os seus trabalhadores, agora desempregados, se deslocaram para as minas de bauxita na zona costeira da colônia. Algumas empresas de porte menor ainda podiam continuar as suas operações de extração de ouro por algumas décadas, mas não podiam reverter o declínio geral do setor aurífero. Nos anos 1940 e 1950, as últimas companhias de mineração aurífera no Suriname falharam (HOOGBERGEN & KRUIJT, 2004). A partir desse momento, só um pequeno contingente de *porkknockers* continuava trabalhando nos garimpos de ouro no interior surinamês (HEEMSKERK & DUIJVES, 2013).

## 2.2. O novo ciclo de ouro na Amazônia brasileira

Em 1958, enquanto a produção de ouro no Suriname continuava em declínio, as primeiras jazidas de ouro foram descobertas na região do Tapajós, no sudoeste do Estado do Pará, no Brasil. Na literatura acadêmica sobre a mineração de ouro na região amazônica, essa descoberta é geralmente considerada o início de um novo ciclo de ouro (e.g. MATHIS, *et al.*, 1997). Já havia garimpos de ouro em outras regiões na Amazônia brasileira naquela época, mas o Tapajós destacava-se por dois motivos. Primeiro, os depósitos de ouro no Tapajós eram muito ricos, rapidamente transformando a região na maior província aurífera do país (KOLEN, *et al.*, 2013). Porém, ainda mais importante, o Tapajós se tornou o berço de algumas inovações muito importantes na prática da garimpagem de ouro na região amazônica. Subsequentemente, essas inovações se espalharam nas outras áreas de garimpo, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos amazônicos (IBID).

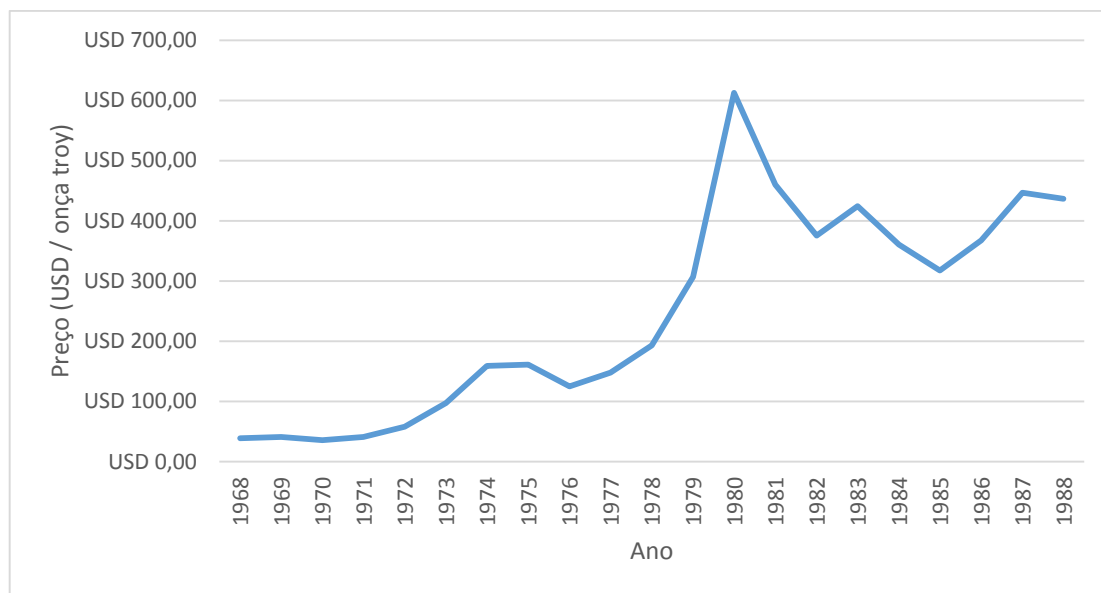
A primeira dessas inovações foi o uso de pequenos aviões para transportar trabalhadores e abastecimento para as áreas de garimpo. Em contraste com os garimpos tradicionais na região Norte do Brasil, os garimpos do Tapajós foram localizados em uma área muito remota, de difícil acesso por vias terrestres ou fluviais. Os garimpeiros na região rapidamente perceberam que o avião oferecia uma opção mais prática e econômica para o transporte de mão-de-obra e suprimentos para as zonas de mineração. No princípio dos anos sessenta, poucos anos depois da descoberta de ouro na região, já foram construídas dezenas de pistas de pouso na densa floresta do Tapajós (SCHMINK & WOOD, 1992). O geólogo José Armando Pinto (1993) enfatiza que os garimpeiros no Tapajós foram as primeiras pessoas que realmente exploravam a possibilidade de usar aviões como uma maneira para deslocar-se rapidamente dentro da selva amazônica.

Outra novidade desenvolvida no Tapajós foi a introdução da *diária*, um salário fixo para os garimpeiros, pago em ouro. Nos garimpos tradicionais, os garimpeiros só ganhavam uma parte da produção, dividida entre a turma inteira. Nos períodos de baixa produção, os garimpeiros eram dependentes de empréstimos do dono do garimpo para poder pagar o seu alojamento e alimentação. Consequentemente, muitos trabalhadores nos garimpos ficaram presos na “*armadilha da dívida*”, forçando-os a permanecer no serviço do dono do garimpo sem aproveitar financeiramente do seu labor (SCHMINK & WOOD, 1992, 53). O sistema da diária melhorava a situação para os garimpeiros (IBID). Além disso, era comum no Tapajós que o dono pagasse pelo transporte dos trabalhadores

para as áreas de mineração. Graças a essa mudança, os garimpeiros agora podiam viajar mais facilmente e rapidamente entre as diferentes zonas de garimpo na floresta amazônica (e.g. MATHIS, *et al.*, 1997).

A terceira grande inovação oriunda do Tapajós foi a adoção de tecnologias e ferramentas de mineração em grande escala para aumentar a produção de ouro nos garimpos. Até meados da década de 1970, os garimpeiros na Amazônia ainda trabalhavam com equipamentos muito básicos, como bateias e outras simples ferramentas de mão. Grande parte do ouro nos depósitos amazônicos não podia ser extraída com aquela tecnologia rudimentar. Por isso, já no final da década anterior, a produção de ouro no Tapajós e nas outras áreas de garimpo começou a cair (KOLEN, *et al.*, 2013). Havia, no entanto, dois fatores no início dos anos 1970 que impulsionaram o desenvolvimento de novas técnicas de mineração nos garimpos do Tapajós. Primeiro, havia um aumento considerável do preço do ouro no mercado internacional, devido à turbulência no sistema internacional financeiro.<sup>29</sup> Como mostra o gráfico 1, esse novo preço manteve-se relativamente estável até o ano 1978, quando, de repente, começou a subir novamente.

**GRÁFICO 1** – Preço internacional do ouro no período 1968 – 1988 (USD / onça Troy)



Fonte: Adaptação de um gráfico elaborado por Rafael da Silva Oliveira (2013, p. 163).

O segundo fator que estimulou a mecanização da garimpagem de ouro nos anos 1970 foi a chegada de um grande número de pequenos empresários e comerciantes na

<sup>29</sup> Entre as causas dessa turbulência destacam-se a suspensão da convertibilidade dólar-ouro pelo governo dos Estados Unidos em 1971 e a crise de petróleo em 1973 (MATHIS, BRITO & BRÜSEKE, 1997).



região norte do país. Eles se aproveitaram das novas rodovias que haviam sido construídas pelo regime militar brasileiro no estímulo da colonização da Amazônia.<sup>30</sup> Em busca de novas oportunidades de investimento, muitos deles decidiram investir na garimpagem de ouro, especialmente quando o preço do ouro estava em alta no final da década de 1970. Esse novo fluxo de capital criou as condições para a introdução de balsas, desmontes hidráulicos, mangueiras de sucção, britadores mecânicos, escavadeiras e outras máquinas nas áreas de garimpo, primeiramente no Tapajós e depois nas outras regiões auríferas (KOLEN *et al.*, 2013; MATHIS *et al.*, 1997).

O processo de mecanização abriu novas oportunidades para os garimpeiros na floresta amazônica. Em primeiro lugar, a sofisticação tecnológica aumentou a produção de ouro nos garimpos existentes. Além disso, a nova maquinaria possibilitou a exploração de depósitos que não eram acessíveis anteriormente. Em consequência, a produção de ouro nos garimpos amazônicos aumentou substancialmente no final dos anos 1970. No mesmo momento, o preço do ouro no mercado internacional subiu até níveis sem precedentes, por causa da turbulência na economia mundial (vide gráfico 2, na página anterior). Esse aumento simultâneo do lucro e da produtividade da garimpagem de ouro atraiu novos investimentos e mão-de-obra para as áreas de mineração. Assim, a garimpagem de ouro na Amazônia brasileira entrou em um período de forte expansão no final da década de 1970 (KOLEN *et al.*, 2013; MATHIS *et al.*, 1997; SCHMINK & WOOD, 1992; CLEARY, 1990).

Em dezembro de 1979, enquanto a mineração aurífera na Amazônia já estava em crescimento, uma enorme jazida de ouro foi descoberta no sudeste do Estado do Pará, noventa quilômetros ao sul da cidade de Marabá. Essa descoberta marcou o início de uma verdadeira corrida do ouro na floresta amazônica brasileira (CLEARY, 1990). Na época, o Brasil estava mergulhado em uma grave crise econômica e para milhares de pessoas, especificamente nas zonas rurais no Norte e Nordeste do país, trabalhar nesse enorme garimpo sul paraense parecia uma oportunidade para escapar do desemprego e da pobreza. Entre 1980 e 1983, mais que oitenta mil trabalhadores se juntaram nesse lugar, apelidado a *Serra Pelada* (IBID). As imagens de milhares de homens subindo escadas

---

<sup>30</sup> Para o regime militar brasileiro, que estava no poder entre 1964 e 1985, a colonização da Amazônia tinha uma grande importância geopolítica. Na sua visão, a baixa densidade populacional da região, especificamente nas faixas de fronteira, representava uma ameaça à integridade territorial do Brasil. A construção de rodovias nos anos 1970 objetivou estimular a ocupação demográfica da Amazônia brasileira e promover à integração da região Norte com o resto do país (SCHMINK & WOOD, 1992).

trêmulas carregando sacos de minério do fundo de uma cratera colossal viraram famosas no mundo inteiro.<sup>31</sup>

Contudo, a Serra Pelada era, nas palavras do antropólogo britânico David Cleary, um garimpo “*excepcionalmente atípico*” no âmbito amazônico (1990, p. 164). A enorme concentração de trabalhadores nessa mina de ouro, usando ferramentas pouco mais modernas que pás e pacatas, diferenciou-a dos outros garimpos amazônicos, onde os garimpeiros trabalhavam em pequenos grupos e utilizavam máquinas cada vez mais sofisticadas para a extração do ouro (IBID). Em adição, outra grande diferença entre a Serra Pelada e os outros garimpos amazônicos foi o papel do Estado. Em 1980, a Polícia Federal fez uma intervenção na Serra Pelada, tomando controle sobre esse garimpo gigante. O carismático major Sebastião Rodrigues de Moura, apelidado o major Curió, foi indicado para organizar as atividades garimpeiras na Serra Pelada, com ordens para prevenir tensões sociais e para garantir o controle governamental sobre a produção de ouro (SCHMINK & WOOD, 1992; CLEARY, 1990).<sup>32</sup> O sucesso inicial da intervenção na Serra Pelada inspirou o governo militar a tentar a implementar esse “modelo” em diversas outras áreas de garimpo na região Norte. No entanto, os tentativos da Polícia Federal para tomar controle de diversas outras províncias auríferas no Pará rapidamente fracassaram por causa da localização remota e da grande extensão geográfica das áreas de garimpo (SCHMINK & WOOD, 1992).

No final de 1983, a produção de ouro na Serra Pelada entrou em declínio. Nessa época, a cratera já tinha uma profundidade de mais de quarenta metros, tornando a extração de ouro cada vez mais complicada e perigosa (CLEARY, 1990, p. 226). Para revitalizar a produção de ouro na Serra Pelada, o governo do presidente Figueiredo quis expulsar os garimpeiros da mina e entregá-la à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Contudo, essa decisão gerou resistência feroz dos trabalhadores. Em março de 1984, grupos de garimpeiros armados bloquearam as principais rodovias transamazônicas, inclusive a Rodovia Belém-Brasília. Simultaneamente, os aliados políticos dos garimpeiros em Brasília organizaram uma campanha política e jurídica em defesa desses

---

<sup>31</sup> O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado tirou algumas das imagens mais icônicas da Serra Pelada. Para ver as suas fotos, vide o seu livro *La mine d'or de Serra Pelada* (1994).

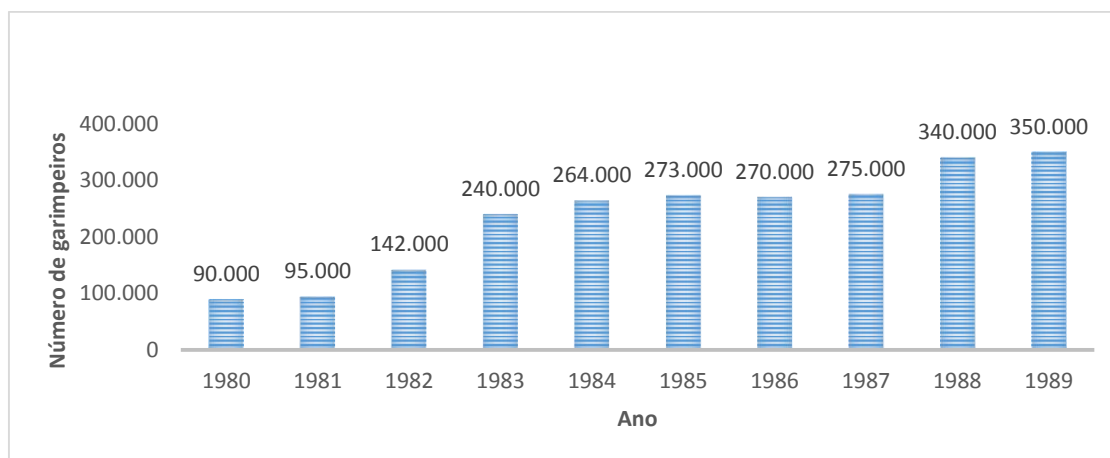
<sup>32</sup> É mister observar que a Serra Pelada era localizada na beira do projeto Carajás, um enorme projeto de mineração de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O governo considerava a grande concentração de garimpeiros na Serra Pelada como uma ameaça à segurança desse grande projeto desenvolvimentista. Assim, a intervenção na Serra Pelada não foi motivada apenas para garantir o controle estatal sobre a produção de ouro nesse garimpo gigante, mas também para prevenir incursões garimpeiras no terreno do projeto Carajás (SCHMINK & WOOD, 1992; CLEARY, 1990).

trabalhadores. Baixo forte pressão, o governo Figueiredo se viu forçada a revisar a sua decisão (SCHMINK & WOOD, 1992; CLEARY, 1990). No entanto, milhares de garimpeiros já tinham abandonado a Serra Pelada em busca de melhores condições de trabalho em outras áreas de garimpo no Norte do Brasil. Assim, a corrida de ouro começou a espalhar-se para outras regiões da Amazônia brasileira (MATHIS, *et al.*, 1997).

### 2.3. O auge e o declínio da garimpagem de ouro na Amazônia brasileira

Ao longo da década de 1980, a garimpagem de ouro no Norte do Brasil continuou em expansão. Durante esse decênio, o número de garimpeiros na Amazônia brasileira quase quadruplicou, crescendo de noventa mil indivíduos em 1980 até aproximadamente trezentos cinquenta mil indivíduos em 1989 (RODRIGUES *et al.*, 1994) (vide a figura 1, na página seguinte). A grande maioria dessas pessoas eram indivíduos do Nordeste do Brasil que chegaram à Amazônia brasileira durante a década de 1970 para trabalhar nas colônias agrícolas criadas pelo regime militar brasileiro. Assim, o boom da garimpagem de ouro no Norte do Brasil nos anos oitenta é diretamente ligado à expansão da fronteira agrícola nessa região durante a década de 1970 (SCHMINK & WOOD, 1992). Destaca-se o grande número de pessoas do interior do Estado de Maranhão que trabalhavam nos garimpos amazônicos: no Estado do Pará, quase a metade de todos os garimpeiros eram homens maranhenses (DNPM, 1993, p. 25).

**FIGURA 1** – Estimativa do número de garimpeiros no Norte do Brasil no período 1980 – 1989



Fonte: Adaptação de uma tabela elaborada por Rita Maria Rodrigues *et al.*, com base em dados do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). As estimativas só incluem garimpeiros: outros trabalhadores nas áreas de garimpo, por exemplo, comerciantes, pilotos, donos de bares e prostitutas, não são incluídos (RODRIGUES *et al.*, 1994, p. 62 – 63).

No auge do boom aurífera, em 1988, os garimpeiros tiraram em torno de 93,5 mil quilos de ouro da selva (RODRIGUES, *et al.*, 1994, p. 61). Essa quantidade é quase duas vezes maior do que a produção total durante a famosa corrida do ouro em Klondike, no noroeste da Canadá, no século XIX. De fato, apenas a legendária corrida do ouro em Witwatersrand, na África do Sul, nas décadas de 1880 e 1890, produziu mais ouro anualmente do que os garimpos no Norte do Brasil no final da década de 1980 (CLEARY, 1990). A garimpagem de ouro deu um forte impulso à economia da região Norte do país, sobretudo nas cidades perto das áreas de mineração. Estima-se que, em 1988, em torno de 2,7 milhão de pessoas no Brasil aproveitaram, de alguma forma, da produção de ouro na Amazônia Brasileira (RODRIGUES, *et al.*, 1994, p. 63).

Contudo, no início da década de 1990, a produção de ouro nos garimpos amazônicos caiu substancialmente, marcando o fim da corrida do ouro. Há vários fatores que contribuíram ao final abrupto do boom aurífero. Em primeiro lugar, os garimpos no Tapajós, a província aurífera mais produtiva do país, começaram a mostrar sinais de esgotamento (KOLEN, *et al.*, 2013). Ademais, o preço do ouro no mercado interno caiu substancialmente por causa da política econômica do governo do presidente Fernando Collor de Melo, assim desestimulando a extração aurífera (MATHIS, *et al.*, 1997). Porém, o fator geralmente considerado o mais importante foram as medidas tomadas pelo governo Collor para combater a garimpagem de ouro em terras indígenas (e.g. KOLEN, *et al.*, 2013; OLIVEIRA, 2013). A expansão rápida da garimpagem de ouro nos anos 1980 tinha provocado numerosos conflitos entre garimpeiros e grupos indígenas na Amazônia Brasileira. No final da década de 1980, o governo brasileiro estava sob forte pressão nacional e internacional para resolver tais conflitos, devido, sobretudo, à situação precária do povo ianomâmi no oeste do Estado de Roraima (e.g. OLIVEIRA, 2013; LEONARDI, 2000).

Em 1987, grandes depósitos de ouro foram descobertos no território tradicionalmente ocupado pelos ianomâmis, na fronteira com a Venezuela. Essa descoberta deu início à fase mais dramática da corrida do ouro amazônica desde o auge da Serra Pelada. Nos primeiros meses de 1988, milhares de garimpeiros se deslocaram do Tapajós e das outras áreas de garimpo na selva amazônica brasileira para a nova fronteira aurífera no extremo norte do país (OLIVEIRA, 2013, HEMMING, 1990). Em adição, milhares de trabalhadores das fazendas e colônias agrícolas roraimenses migraram para o oeste do estado para tentar a sorte na garimpagem de ouro (HEMMING, 1990). Por causa

desses fatores, a população garimpeira em Roraima cresceu astronômicamente em 1988. Estima-se que, em menos de um ano, mais de 33 mil trabalhadores chegaram às áreas de garimpo na região oeste de Roraima (IBID, p. 35).

Para os ianomâmis, essa corrida do ouro tinha consequências catastróficas. Antes de 1987, os dez mil membros desse povo indígena viviam quase completamente isolados da sociedade brasileira. Por este motivo, não estavam preparados para as grandes mudanças socioambientais provocadas pela súbita chegada de milhares de garimpeiros nas suas terras (LEONARDI, 2000). Os garimpeiros usavam violência, inclusive com armas de fogo, para afastar os indígenas das áreas de garimpo: entre 1988 e 1990, havia numerosos confrontos violentos entre garimpeiros e indígenas em Roraima, com mortos em ambos os lados (IBID). Pior ainda, a chegada dos garimpeiros introduziu doenças desconhecidas nas comunidades ianomâmis, como febre amarela, tuberculose, sarampo, leishmaniose, hepatite b e, sobretudo, malária (LEONARDI, 2000). Em adição, as atividades dos garimpeiros poluíram os rios e cursos de água da região com mercúrio, assim contaminando a principal fonte de água e proteína dos ianomâmis (IBID). A combinação desses fatores resultou na morte de pelo menos 1,5 mil indígenas: estima-se que por volta de 12,5% da população ianomâmi morreu entre 1988 e 1990 (RAMOS, 2010, p. 126).

A crise humanitária no noroeste de Roraima provocou uma grande controvérsia nacional e internacional no final da década de 1980. Em junho de 1989, uma organização não governamental (ONG) chamada *Ação pela Cidadania* publicou um relatório detalhado sobre a situação no oeste de Roraima, enfatizando as violações sistemáticas dos direitos humanos dos ianomâmis e dos outros povos indígenas na região. Simultaneamente, os ianomâmis se mobilizaram para protestar contra as atividades garimpeiras nas suas terras natais. Em abril de 1989, um dos líderes ianomâmis, Davi Kopenawa, visitou o Palácio de Planalto e o Congresso Nacional em Brasília para conversar sobre a situação em Roraima. Em agosto do mesmo ano, sessenta grupos indígenas organizaram uma grande marcha de protesto na capital da República. Os protestos indígenas receberam o apoio de uma grande coalisão de ONGs e organizações internacionais, inclusive as Nações Unidas (ONU) e a Igreja Católica, que acusaram os garimpeiros de cometer genocídio (LEONARDI, 2000; SCHMINK & WOOD, 1992).

No entanto, nos níveis local e regional, havia vários atores políticos importantes que defendiam as incursões garimpeiras nas terras ianomâmis. Em Roraima, tanto o governo estatal em Boa Vista quanto a população local apoiavam abertamente os

garimpeiros. Na imprensa roraimense, os ianomâmis foram sistematicamente retratados como um povo retrogrado que atrapalhava o avanço econômico de Roraima (SCHMINK & WOOD, 1992). Em Brasília, representantes das cooperativas garimpeiras e das empresas mineradoras defendiam a mineração aurífera nas terras indígenas como um elemento chave para o desenvolvimento econômico da Amazônia Brasileira.<sup>33</sup> E o comando do exército brasileiro, ator influente em assuntos amazônicos, também apoiava às atividades garimpeiras no noroeste de Roraima: na visão dos militares, a presença dos garimpeiros nessa região fazia uma contribuição importante à ocupação permanente dessa zona fronteira vulnerável (IBID).

Em março de 1990, o embate político e jurídico entre os críticos e os defensores das atividades garimpeiras nas terras ianomâmis entrou em uma nova fase, quando o senhor Fernando Collor de Melo assumiu a Presidência da República. Em contraste com o seu antecessor, o novo presidente imediatamente tomou uma posição clara na questão ianomâmi: poucos dias depois da sua inauguração, o presidente Collor viajou para o noroeste de Roraima para visitar as comunidades ianomâmis, acompanhado pelo Secretário do Meio Ambiente, o celebre ambientalista José Lutzemberger. Durante essa visita, ele anunciou o começo da Operação Selva Livre, uma série de ações da Polícia Federal para retirar os garimpeiros das terras ianomâmis e dismantelar a infraestrutura garimpeira na região, alvejando especificamente as pistas de pouso e os equipamentos de mineração (OLIVEIRA, 2013; PROCÓPIO, 2011). Nos meses posteriores, o governo lançou operações policiais semelhantes em outras áreas indígenas na região Norte do Brasil (OLIVEIRA, 2013).

Inicialmente, as ações da Polícia Federal tiveram pouco efeito. Os garimpeiros retirados rapidamente voltaram para as áreas de mineração e as pistas de pouso dinamitadas foram subitamente reconstruídas (IBID). Com forte pressão internacional para tomar medidas mais eficazes, o presidente Collor e o Secretário Lutzemberger se comprometeram também à demarcação oficial das terras indígenas na Amazônia Brasileira, inclusive as do povo ianomâmi.<sup>34</sup> Em outubro de 1991, o governo regularizou

---

<sup>33</sup> Oliveira (2013) explica que as empresas mineradoras apoiaram as incursões garimpeiras nas terras ianomâmis porque os garimpeiros criaram uma básica infraestrutura mineradora na região que podia facilitar, no futuro, a organização de operações de mineração em grande escala dos grandes depósitos de cassiterita e estanho na região oeste de Roraima.

<sup>34</sup> É importante observar que diversos ONGs internacionais anunciaram que boicotariam a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em junho de 1992 se o governo Collor não demarcasse oficialmente o território do povo ianomâmi no noroeste de Roraima (OLIVEIRA, 2013).

os territórios tradicionais de setenta povos indígenas em dezesseis estados brasileiros (IBID). Meio ano depois, em maio de 1992, o governo criou a Reserva Indígena Ianomâmi, demarcando mais de nove milhões de quilômetros do território tradicionalmente ocupado por esse povo indígena (IBID). Simultaneamente, o governo intensificou as operações de retirada dos garimpeiros das terras indígenas (IBID).

As medidas do governo Collor não resolveram completamente a crise humanitária no oeste de Roraima. De fato, nos anos posteriores à criação da Reserva Indígena Ianomâmi, houve numerosos confrontos sangrentos entre os garimpeiros e a população indígena local. Um exemplo triste desses conflitos foi o massacre de setenta pessoas em uma aldeia ianomâmi perto da fronteira com a Venezuela em agosto de 1993.<sup>35</sup> No entanto, devido à demarcação das terras indígenas e às operações de retirada dos garimpeiros de tais reservas, a garimpagem de ouro no Brasil entrou em forte declínio. Depois de 1992, o número de pessoas trabalhando na mineração informal de ouro, tanto em Roraima quanto nas outras províncias auríferas amazônicas, diminuiu rapidamente. Parcialmente, essa redução foi o resultado da “saída” de milhares de pessoas da profissão garimpeira: eles abandonaram a mineração informal de ouro para dedicar-se a outras atividades econômicas, frequentemente nas zonas urbanas (RODRIGUES, 1994). Porém, uma parte substancial da diminuição da população garimpeira no Norte do Brasil, sobretudo nas zonas fronteiriças, foi o resultado da emigração de garimpeiros brasileiros para áreas de mineração nos países fronteiriços amazônicos, inclusive o Suriname. Argemiro Procópio (2011), Professor em Relações Internacionais na Universidade de Brasília, poeticamente chama esse fenômeno *a diáspora garimpeira*.

#### **2.4. A *diáspora garimpeira* e início do movimento migratório dos garimpeiros brasileiros para o Suriname**

A migração irregular de garimpeiros brasileiros para os países vizinhos amazônicos não foi um fenômeno novo na década de 1990. Ao longo da segunda metade do século XX, garimpeiros operando nas zonas fronteiriças frequentemente atravessaram as fronteiras nacionais para trabalhar nas nações vizinhas. Por exemplo, a mineração

---

<sup>35</sup> NRC Handelsblad (jornal holandês). “*Brazilië: Beschermd en vogelvrij*” (*Brasil: protegido e sem defesa*). Por Hans Steketee. Publicado em 24 de agosto de 1993. Acessível: <http://www.nrc.nl/handelsblad/van/1993/augustus/24/brazilie-beschermd-en-vogelvrij-7193476> (acesso em 25 de fevereiro de 2015).

informal de diamantes na Venezuela e Guiana tradicionalmente atraiu grupos de garimpeiros brasileiros de Roraima (OLIVEIRA, 2013). No entanto, na segunda metade da década de 1980, a mobilidade além-fronteiras dos garimpeiros brasileiros aumentou substancialmente, devido à rápida expansão da garimpagem de ouro no norte dos estados do Pará, Amapá e Roraima e no oeste dos estados de Amazonas e Rondônia. Em busca de novos depósitos de ouro, numerosos trabalhadores brasileiros atravessaram clandestinamente as porosas fronteiras amazônicas do Brasil, chegando a países vizinhos como a Bolívia, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana e a Guiana Francesa (IBID).

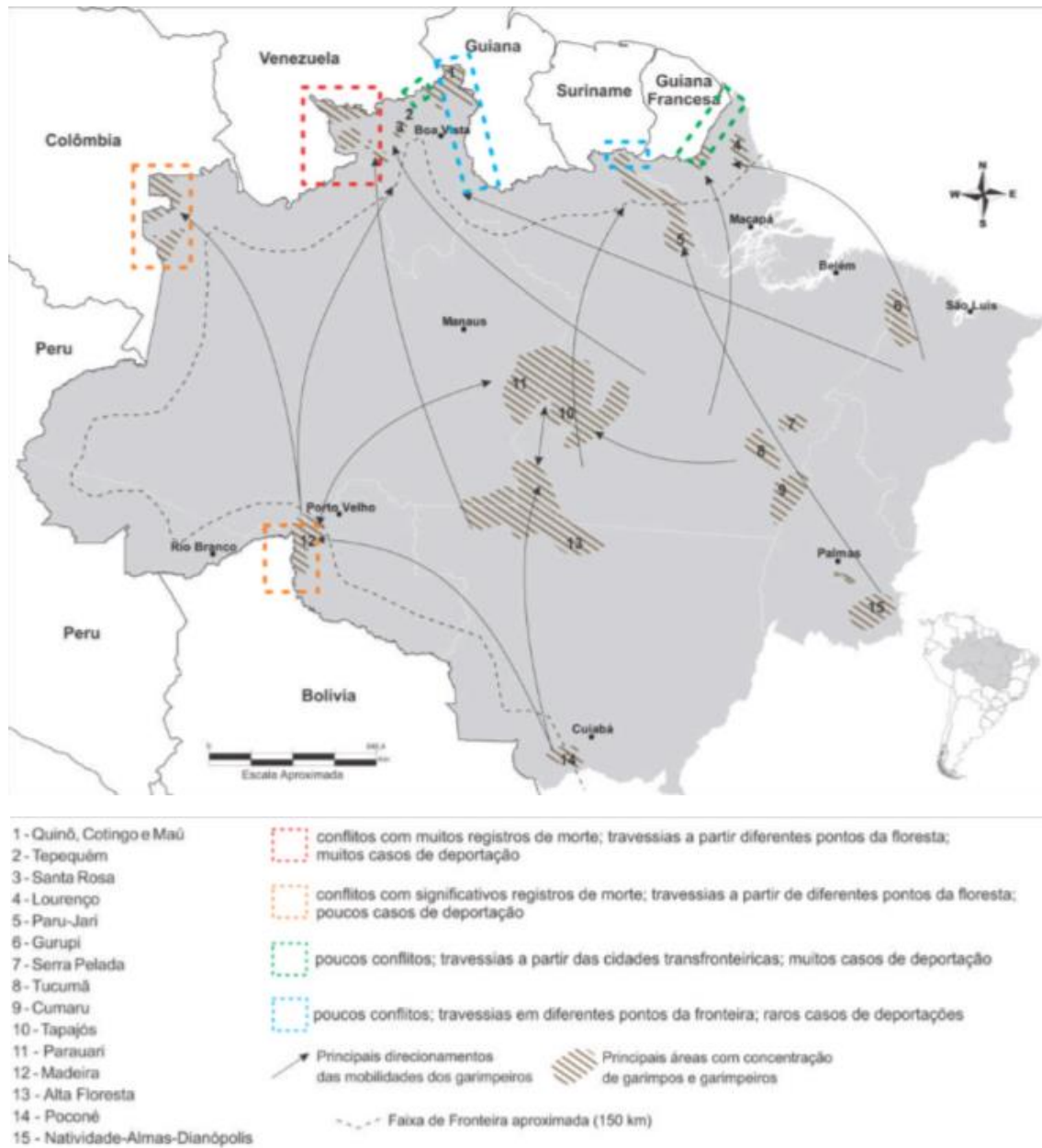
No fim da década de 1980, a presença irregular de numerosos garimpeiros brasileiros nos países fronteiriços começou a gerar conflitos diplomáticos na região amazônica (vide mapa 3, na página seguinte). Em diversos países, o exército prendeu e deportou dezenas de garimpeiros brasileiros irregulares (e.g. OLIVEIRA, 2013; MAIA, 2009; MENDIBLE, 1993). O caso mais extremo foi a situação na região fronteira entre Roraima e o estado venezuelano de Amazonas. A partir de 1987, a chegada súbita de dezenas de milhares de garimpeiros no oeste de Roraima, descrita na seção anterior, resultou em uma intensificação considerável do fluxo de homens brasileiros atravessando clandestinamente a fronteira norte para trabalhar na extração de ouro nos garimpos venezuelanos. Em meados de 1989, uma série de reportagens na mídia venezuelana e internacional sobre a crescente presença de garimpeiros brasileiros no interior do Estado de Amazonas provocou uma forte crise nas relações bilaterais brasileiro-venezuelanas. Em resposta às incursões garimpeiras, o Congresso Nacional da Venezuela passou diversas novas leis ambientais e as Forças Armadas Venezuelanas lançaram uma grande campanha para vigiar a fronteira e expulsar os migrantes brasileiros do território nacional venezuelano (MENDIBLE, 1993).

O começo da Operação Selva Livre, em março de 1991, acalmou temporariamente as tensões no relacionamento diplomático entre a Venezuela e o Brasil. Em Caracas, as ações da Polícia Federal brasileira no noroeste de Roraima foram interpretadas como um sinal que o governo do presidente Collor estava verdadeiramente dedicado a resolver os problemas sociais e ambientais causados pela expansão descontrolada da garimpagem de ouro na região amazônica (IBID). Contudo, as medidas tomadas pelas autoridades brasileiras para combater à garimpagem de ouro não tinham o efeito que o governo venezuelano tinha esperado. De fato, em resposta às ações policiais nas áreas de garimpo no Brasil, as travessias de garimpeiros brasileiros para a Venezuela e os outros países



vizinhos amazônicos se intensificaram substancialmente a partir de 1990, dando início à chamada *diáspora garimpeira* (PROCÓPIO, 2011).

MAPA 3 – Tensões fronteiriças na Amazônia Brasileira devido à migração garimpeira (1984 – 1992)



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p. 190.

Para entender porque as políticas de combate à garimpagem de ouro nas terras indígenas na Amazônia brasileira provocaram um grande movimento emigratório, é preciso ressaltar que as condições sociais e econômicas que levaram milhares de pessoas a trabalhar na mineração informal aurífera não mudaram no início da década de 1990:

para esses indivíduos, a garimpagem de ouro continuava sendo uma das poucas atividades econômicas que oferecia uma oportunidade real para escapar da pobreza. Além disso, muitas dessas pessoas já trabalhavam na extração aurífera por muitos anos, acumulando experiência de trabalho e acostumando-se ao estilo de vida do garimpeiro. Contudo, as restrições impostas à garimpagem de ouro na Amazônia Brasileira a partir de 1990 limitaram substancialmente as possibilidades para praticar atividades garimpeiras no Norte do Brasil. Por este motivo, milhares de garimpeiros brasileiros decidiram atravessar as fronteiras amazônicas do país, para poder continuar as suas atividades nos países vizinhos amazônicos (e.g. KOLEN, *et al.* 2013; OLIVEIRA, 2013; PROCÓPIO, 2011).

Inicialmente, a diáspora garimpeira se concentrou sobretudo na Venezuela e na Guiana, os dois países que fazem fronteira com Roraima. Porém, ambos esses países responderam à intensificação do influxo de garimpeiros com o lançamento de ações militares para combater à imigração irregular brasileira. Nos anos posteriores, ocorreram “*inúmeros conflitos seguidos de mortes, prisões e deportações*” de migrantes brasileiros, sobretudo no caso da Venezuela (OLIVEIRA, 2013, p. 192). O exemplo mais notório da dureza da resposta venezuelana à migração brasileira foi a destruição de um pequeno avião carregando garimpeiros brasileiros pela Força Aérea Venezuelana em janeiro de 1992, matando todos os passageiros (LEONARDI, 2000). Os grandes riscos relacionados à migração irregular para a Venezuela e a Guiana inspiraram muitos garimpeiros brasileiros a buscar um destino mais tranquilo e seguro. E, com o fim da guerra civil surinamesa em 1992, os campos de ouro no interior leste do Suriname surgiram como uma alternativa interessante para os garimpos venezuelanos e guianenses (OLIVEIRA, 2013; VEIGA 1997).

No final do primeiro capítulo da presente dissertação, mencionamos brevemente que o conflito armado interno no Suriname tinha provocado um boom da mineração de ouro na selva surinamesa. Devido à guerra entre o Exército surinamês e os guerrilheiros quilombolas do Comando da Selva, todos os laços econômicos e comerciais entre o Suriname oriental e o resto do país foram cortados. Para obter suprimentos básicos, como comida, combustível e medicamentos, a população *maroon* na região leste do país dependia do contrabando com a Guiana Francesa. Para pagar esses itens, os quilombolas usavam ouro. Por causa dessa prática, o ouro se converteu, no decorrer do conflito, na moeda corrente para pagar bens e serviços na porção oriental do país. Subsequentemente, a produção de ouro se tornou uma atividade de grande importância para as comunidades

*maroons*, levando numerosos jovens quilombolas para participar na mineração aurífera (THEIJE & HEEMSKERK, 2009; KRUIJT & HOOGBERGEN, 2005; VEIGA, 1998).

Ainda durante a guerra civil surinamesa, grupos de garimpeiros brasileiros começaram a deslocar-se para o país vizinho amazônico. Viajando a pé do Amapá, através da densa floresta tropical no interior da Guiana Francesa, dezenas de garimpeiros brasileiros chegaram às áreas de mineração aurífera nas bacias do rio Maroni e do rio Lawa (OLIVEIRA, 2013). Suspeita-se que esses migrantes brasileiros foram convidados pelo Comando da Selva para vir para o Suriname. Durante a guerra civil, os guerrilheiros quilombolas capturaram diversas dragas operadas pelo *Geologische en Mijnbouwkundige Dienst* (GMD - Serviço de Geologia e Mineração).<sup>36</sup> Dragas são embarcações equipadas com mangueiras de sucção, desenhadas para “chupar” ouro de depósitos submersos no leito dos rios (vide foto 1, na página seguinte). As mangueiras são operadas por mergulhadores, que trabalham no fundo do rio, respirando através de um compressor de ar (IBID). Os *porkknockers* no Suriname oriental não tinham experiência com essa técnica de mineração aurífera. Porém, na Amazônia brasileira, o uso de dragas era uma prática comum na época, sobretudo na região do Tapajós. Por este motivo, especula-se no interior do Suriname que o Comando da Selva tinha contratado dezenas de garimpeiros na Amazônia brasileira especificamente para trabalhar nas dragas roubadas (OLIVEIRA, 2013; THEIJE & HEEMSKERK, 2009).

O final do conflito armado interno, em 1992, marcou o início de uma nova fase no boom da garimpagem de ouro no Suriname oriental. A partir desse momento, a mineração aurífera começou a atrair investimentos da elite urbana em Paramaribo. Nos primeiros anos do pós-guerra civil, empreendedores surinameses compraram numerosas *concessões* (o direito para explorar os recursos minerais, como o ouro, em uma parcela demarcada) no interior surinamês e recrutaram *porkknockers* e garimpeiros brasileiros para trabalhar nelas (OLIVEIRA, 2013). Os migrantes brasileiros rapidamente ganharam fama por causa da sua experiência com técnicas de garimpagem ainda pouco conhecidos no Suriname. De fato, nos primeiros anos do pós-guerra civil, a grande maioria dos garimpeiros brasileiros operando no Suriname foi contratada por concessionários surinameses, geralmente de forma informal.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> O GMD começou a operar dragas na região leste do Suriname no final da década de 1970, quando o preço do ouro no mercado internacional estava em alta (HEEMSKERK, 2009).

<sup>37</sup> Telegrama nº 79, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 1 de fevereiro de 1994, AHMRE – Política de Defesa. Confidencial.

**FOTO 1 – Draga no rio Crepurí, no Tapajós (2012)**



Fonte: Fotografia tirada por Judith Kolen. Vide Kolen et al (2013, p. 40).

Em meados dos anos 1990, a região leste do Suriname começou a ganhar fama entre os trabalhadores nas províncias auríferas do Pará e Roraima como “o novo *El Dorado*” na região amazônica (VEIGA, 1997, p. 5). A partir desse momento, milhares de garimpeiros começaram a deslocar-se para os garimpos surinameses, como observamos na introdução da presente dissertação. No próximo capítulo, esta dissertação descreve as consequências político-diplomáticas desse fenômeno migratório nas relações bilaterais entre o Brasil e o Suriname.

## **2.5. Conclusões parciais**

O presente capítulo argumentou, com base na literatura acadêmica sobre a garimpagem de ouro na região amazônica, que o surgimento de um fluxo migratório de garimpeiros brasileiros para o interior do Suriname na década de 1990 foi o resultado de vários fatores. Em primeiro lugar, a demarcação oficial das terras indígenas na Amazônia brasileira, em combinação com as operações da Polícia Federal para retirar os garimpeiros ainda operando nas tais reservas. Essa política, lançada pelo governo do presidente Fernando Collor em resposta à crise humanitária no território tradicionalmente ocupado pelo povo ianomâmi no noroeste de Roraima, significou o fim de um decênio de expansão

continua da garimpagem de ouro na Amazônia Brasileira. De repente, o grande contingente de garimpeiros operando na região Norte do Brasil tinha que enfrentar uma rápida deterioração das possibilidades para ganhar a vida nos garimpos amazônicos. Muitos garimpeiros optaram para sair da profissão garimpeira. Todavia, havia também milhares de pessoas que decidiram a atravessar a fronteira norte do país para tentar a sorte nas áreas de garimpo nos países vizinhos amazônicos.

Enquanto a garimpagem de ouro no Brasil entrou em declínio, a mineração aurífera no Suriname passou por uma fase de rápida expansão. Devido ao comércio clandestino entre a Guiana Francesa e o Suriname oriental durante a guerra civil surinamesa, o ouro se tornou a moeda corrente nas comunidades *maroons* na região leste da ex-colônia holandesa, dando um forte estímulo à extração aurífera. O Comando da Selva também encorajou a produção de ouro, para financiar a sua insurgência contra o regime militar surinamês. O conjunto dessas circunstâncias deu início a um novo boom aurífero no leste do Suriname, depois de setenta anos de declínio contínuo da produção de ouro nessa região.

Já durante o conflito armado interno no Suriname, a revitalização da fronteira aurífera no interior leste do país começou a atrair garimpeiros brasileiros. No entanto, depois da guerra civil surinamesa, esse fluxo se intensificou substancialmente. A pacificação do interior surinamês, em combinação com a ausência do Estado nas áreas de garimpo, tornou a ex-colônia holandesa uma destinação atrativa para os garimpeiros brasileiros frustrados com as operações de apreensão e deportação no Brasil e em países vizinhos amazônicos como a Venezuela e a Guiana. Em adição, os depósitos de ouro no Suriname ainda eram pouco explorados, dando ao país a reputação de ser o “*novo El Dorado*” na região amazônica (VEIGA, 1997, p. 5). Em meados da década de 1990, a combinação desses fatores começou a atrair grandes números de trabalhadores para os garimpos surinameses. No próximo capítulo, retratamos o impacto desse fluxo migratório na sociedade surinamesa, e as consequências político-diplomáticas desse fenômeno na história recente das relações brasileiro-surinamesas.

## Capítulo III

---

*A Espada de Dâmocles:*

*O impacto político-diplomático da migração garimpeira nas relações Brasil-Suriname  
(1992 – 2009)*

No dia 19 de setembro de 2006, o senhor Ricardo Carvalho de Nascimento Borges, o então embaixador do Brasil em Paramaribo, mandou um telegrama longo para os seus superiores no MRE em Brasília.<sup>38</sup> Em cinco páginas, o diplomata brasileiro resumiu as suas experiências com a temática polêmica dos garimpeiros brasileiros indocumentados operando na selva surinamesa. Na sua avaliação, essa questão contaminava todo o relacionamento diplomático entre o Brasil e o Suriname, afeitando todos os temas na agenda de cooperação bilateral. Por este motivo, o embaixador Borges caracterizou-a como “*(uma) verdadeira espada de Dâmocles sobre o relacionamento bilateral*”: ou seja, uma fonte de inquietação constante.<sup>39</sup>

Com base em documentos históricos resgatados do AHMRE, o presente capítulo descreve o início e a evolução da questão garimpeira nas relações brasileiro-surinamesas no período entre 1992 e 2009. Especificamente, este capítulo retrata o impacto social e ambiental da migração de milhares de garimpeiros brasileiros para o interior do Suriname e descreve como esta temática influenciou o relacionamento diplomático entre o maior e o menor país da América do Sul ao longo das décadas de 1990 e 2000. Em adição, o

---

<sup>38</sup> Telegrama nº 1230, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 19 de setembro de 2006, AHMRE – Assistência Consular. Reservado-Urgentíssimo.

<sup>39</sup> *Ibid.*

capítulo observa a atuação da diplomacia brasileira em relação à questão garimpeira, tanto no nível consular, quanto no nível político-diplomático.

O capítulo é dividido em três seções. A primeira seção retrata o impacto do influxo dos migrantes brasileiros na Amazônia surinamesa nos primeiros anos da pós-guerra civil. Durante esse período, crescentes tensões sociais no interior surinamês eventualmente provocaram uma grave crise diplomática em junho e julho de 1994, quando as autoridades surinamesas repentinamente prenderam dezenas de garimpeiros brasileiros na floresta tropical. Esse conflito estabeleceu a questão migratória como um tema de peso no relacionamento bilateral entre os dois países amazônicos. A segunda seção se dedica ao período entre 1995 e 2004. Durante essa fase, as tensões diplomáticas diminuíram substancialmente, a pesar do crescimento contínuo da presença brasileira no interior surinamês. Essa situação permitiu o lançamento de uma campanha bilateral para legalizar os migrantes brasileiros no Suriname, resultando, em dezembro de 2004, na assinatura de um Tratado de Regularização Migratória. Finalmente, a terceira e última seção descreve a questão garimpeira nas relações brasileiro-surinameses entre os anos de 2005 e 2009. Durante esse período, houve uma sucessão de diversos momentos de fortes tensões bilaterais relacionados à questão garimpeira, provocando grandes retrocessos nas tentativas do Itamaraty para regularizar os migrantes brasileiros indocumentados na selva surinamesa.

### **3.1. Crescentes tensões sociais na Amazônia surinamesa (1992 – 1994)**

No dia 25 de setembro de 1992, o tema da migração de garimpeiros brasileiros para o interior do Suriname foi mencionado pela primeira vez na correspondência diplomática entre a Embaixada brasileira em Paramaribo e o MRE em Brasília. Nesse dia, o embaixador Sérgio da Veiga Watson informou os seus superiores que a seção consular da embaixada observou um aumento substancial do número de brasileiros entrando irregularmente no Suriname.<sup>40</sup> O diplomata explicou que esse fluxo migratório consistia sobretudo de *“garimpeiros e barqueiros, ou pessoal trazido nas embarcações que trafegam entre este país (o Suriname) e o Brasil, muitas vezes sem os devidos registros”*.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Telegrama nº 531, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 25 de setembro de 1992, AHMRE – Passaportes. Ostensivo.

<sup>41</sup> *Ibid.*

Nos meses posteriores, manifestaram-se as primeiras tensões sociais no interior surinamês provocados pelo influxo de migrantes brasileiros. Por exemplo, em novembro de 1992, os habitantes de Ampoma, um lugarejo *maroon* perto da fronteira com a Guiana Francesa, culpam um grupo de migrantes brasileiros pela morte de um ex-integrante do Comando da Selva, resultando em um confronto violento.<sup>42</sup> No entanto, antes de 1994, a temática dos garimpeiros aparece apenas escassamente na correspondência diplomática entre o MRE e a embaixada brasileira em Paramaribo. Outros temas espinhosos, como o tráfico de drogas e a prostituição forçada de mulheres brasileiras em Paramaribo ocuparam a atenção do serviço consular.<sup>43</sup> Essa situação mudou radicalmente em 1994, como ilustra a figura 2 (na página seguinte).

Em fevereiro de 1994, o embaixador Watson mandou um relatório ao Itamaraty informando sobre diversas matérias publicadas na imprensa surinamesa sobre o tema dos garimpeiros brasileiros no interior surinamês. As notícias trataram sobre os danos ecológicos causados pelas atividades garimpeiros, enfatizando a emissão descontrolada de grandes quantidades de mercúrio nos rios surinameses.<sup>44</sup> A partir desse momento, observa-se um aumento rápido das tensões na Amazônia surinamesa. Em abril de 1994, surgiu um conflito entre a empresa mineradora *Golden Star* e um grupo de garimpeiros brasileiros operando no distrito de Brokopondo, no centro do país. Essa companhia canadense foi contratada pelo governo surinamês para fazer explorações geológicas na região, mas os garimpeiros impediram-no o aceso, dando início a uma séria de conflitos.<sup>45</sup> No mesmo mês, notícias sobre a chegada de diversos barcos carregando migrantes brasileiros, causaram uma grande polêmica na mídia e na política surinamesa.<sup>46</sup> Especificamente o caso do navio *o Novo Brasil*, mencionado na introdução da presente dissertação, causou uma grande polêmica na ex-colônia holandesa.<sup>47</sup> No dia 31 de maio,

---

<sup>42</sup> Telegrama nº 649, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 28 de novembro de 1992, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo.

<sup>43</sup> Vide, por exemplo, Telegrama nº 452, de Sérgio de Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 18 de agosto de 1992, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo.

<sup>44</sup> Telegrama nº 111, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 10 de fevereiro de 1994, AHMRE – Ostensivo.

<sup>45</sup> Telegrama nº 282, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 25 de abril de 1994, AHMRE – Política Exterior. Ostensivo. Merece mencionar que também houve diversos conflitos entre *Golden Star* e diversos grupos de *porkknockers* operando no interior surinamês ao longo da década de 1990 (HEEMSKERK & DUIJVES, 2013; OLIVEIRA, 2013).

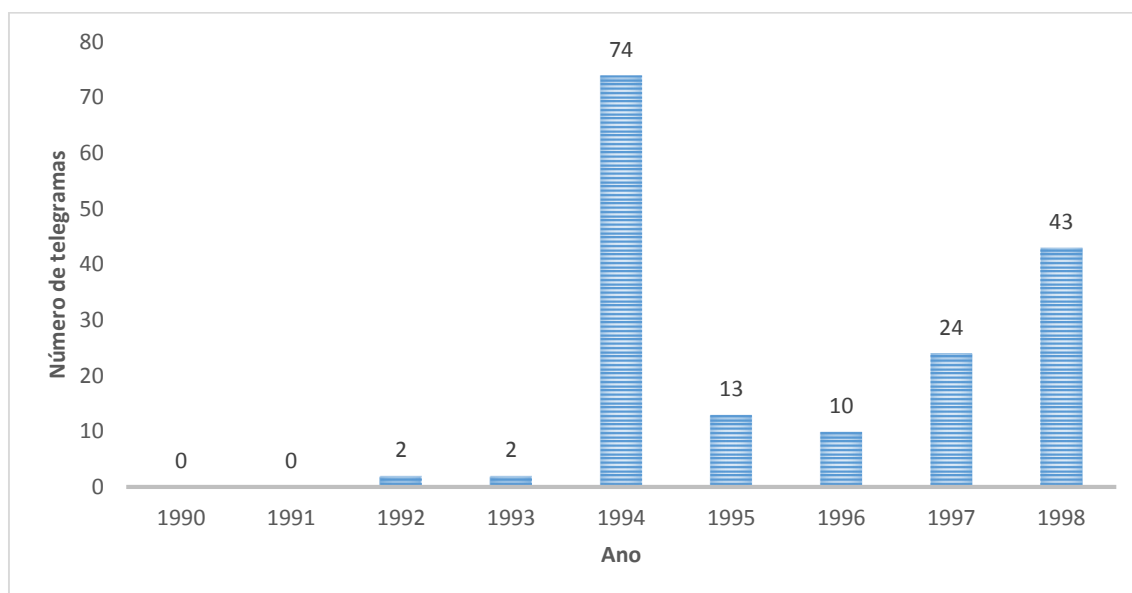
<sup>46</sup> NRC Handelsblad (jornal holandês) “*Surinaamse politie gaat hard optreden tegen goudzoekers*” (A polícia surinamesa vai atuar fortemente contra os garimpeiros). Publicado em 15 de junho de 1994. Acessível: <http://www.nrc.nl/handelsblad/van/1994/juni/15/surinaamse-politie-gaat-hard-optreden-tegen-goudzoekers-7228366> (acesso em 25 de fevereiro de 2015).

<sup>47</sup> Telegrama nº 254, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 13 de abril de 1994, AHMRE – Política Externa. Ostensivo-Urgente.



o embaixador Watson informou o MRE que os Ministérios da Justiça e Defesa estavam examinando a opção de organizar uma expedição militar para “*expulsar os invasores*” da selva surinamesa.<sup>48</sup>

**FIGURA 2** – Número de telegramas (ostensivos e confidenciais) da embaixada em Paramaribo ao MRE fazendo referência explícita à questão dos garimpeiros brasileiros no Suriname (1990 – 1998)



Fonte: Elaboração própria, a partir de documentos levantados no AHMRE.

No 1º de junho de 1994, as crescentes tensões na Amazônia surinamesa provocaram um incidente diplomático com grandes ramificações para o relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname. Nesse dia, um grupo de ex-integrantes do Comando da Selva prendeu dezessete migrantes brasileiros indocumentados trabalhando em um garimpo no centro do país e entregou-os à polícia em Paramaribo. Os garimpeiros foram subsequentemente encarcerados na capital surinamesa.<sup>49</sup>

Não se sabe exatamente porque o bando de ex-guerrilheiros empreendeu ação contra o grupo de garimpeiros brasileiros. Na televisão surinamesa, o ex-comandante dos insurgentes quilombolas, Ronnie Brunswijk, explicou que ele pessoalmente ordenou a apreensão dos migrantes brasileiros, mas não esclareceu os seus motivos para expedir essa ordem.<sup>50</sup> É mister observar que, apesar de ser formalmente desmobilizado depois da

<sup>48</sup> Telegrama nº 369, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 31 de maio de 1994, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo.

<sup>49</sup> Telegrama nº 375, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 01 de junho de 1994, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

<sup>50</sup> Telegrama nº 380 de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 04 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo.

assinatura do Acordo de Lelydorp em 1992, o Comando da Selva, na prática, ainda controlava uma grande porção do interior leste do país. Nessa região, todos os *porkknockers* e garimpeiros brasileiros entregaram 10% da sua produção a Brunswijk.<sup>51</sup>

No dia 8 de junho, uma semana depois da ação dos ex-guerrilheiros, mais quatorze garimpeiros brasileiros foram presos no interior surinamês. Tratou-se de um grupo de migrantes brasileiros que trabalhava em um garimpo ao sudoeste de Paramaribo. Desta vez, foi uma patrulha das Forças Armadas surinamesas que apreendeu os migrantes indocumentados. No entanto, os soldados foram transportados para o garimpo por um grupo de *maroons*, possivelmente ex-integrantes do Comando da Selva.<sup>52</sup> No seu relatório sobre esse evento, o embaixador Watson assinalou que “*esta (foi) a primeira vez (...) que as Forças Armadas surinamesas empreenderam uma ação contra garimpeiros brasileiros.*”<sup>53</sup>

A apreensão dos dois grupos de migrantes no início de junho de 1994 marcou o início de uma fase muito turbulenta na história das relações diplomáticas entre o Brasil e o Suriname. Nas semanas posteriores, mais dezenas de garimpeiros foram detidos pela polícia surinamesa: no dia 18 de junho já havia cinquenta e três migrantes brasileiros presos nas cadeias de Paramaribo.<sup>54</sup> A imprensa surinamesa e alguns membros da Assembleia Nacional pressionavam o Governo a adotar uma postura ainda mais forte contra a crescente presença brasileira na Amazônia surinamesa. O Ministro da Justiça surinamês, membro desta linha dura, declarou durante uma reunião com o embaixador Watson que a sua solução preferida para a questão garimpeira seria “*enviar aviões militares para sobrevoar os garimpos, com ordens para abrir fogo de metralhadora contra os garimpeiros avistados no solo.*”<sup>55</sup>

Entretanto, a representação diplomática brasileira em Paramaribo estava indignada sobre o tratamento dos migrantes brasileiros detidos pelas autoridades surinamesas. Por exemplo, o embaixador Watson queixou-se com o governo surinamês sobre a “*alimentação insuficiente e as instalações sanitárias inadequadas*” nas prisões

---

<sup>51</sup> Folha de S. Paulo. “Garimpeiros serão deportados do Suriname”. Por Abnor Gondim. Publicado no dia 26 de julho, 1994. Acessível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/26/brasil/18.html> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

<sup>52</sup> Telegrama nº 387 de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 08 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

<sup>53</sup> *Ibid.*

<sup>54</sup> Telegrama nº 417, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 01 de junho de 1994, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

<sup>55</sup> Telegrama nº 392, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 10 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Confidencial-Urgente

onde os garimpeiros detidos foram confinados.<sup>56</sup> Em adição, ele se indignou com o fato que vários garimpeiros que sofriam de malária não receberam nenhum tratamento.<sup>57</sup> No final de junho, a crise diplomática ainda piorou, quando a polícia surinamesa invadiu as casas de diversos brasileiros residentes em Paramaribo, a procura de migrantes indocumentados.<sup>58</sup> Em resposta às ações da polícia surinamesa, dezenas de cidadãos brasileiros organizaram manifestações em frente à Embaixada.<sup>59</sup>

No dia 27 de julho de 1994, a crise foi finalmente resolvida, com a deportação de todos os garimpeiros presos. Depois de quase dois meses de negociação, o Brasil ao final decidiu pagar toda esta operação, além de todas as multas dos garimpeiros.<sup>60</sup> Durante todo este período, o Itamaraty já pagava a alimentação dos garimpeiros na prisão.<sup>61</sup> Em suas reflexões sobre a crise, o embaixador Watson informa aos seus superiores que vários dos garimpeiros deportados expressaram o desejo de voltar para o Suriname imediatamente para continuar o trabalho nos garimpos.<sup>62</sup> De fato, menos de dois meses depois, alguns dos garimpeiros deportados já estavam de volta no Suriname.<sup>63</sup> Em um telegrama de tom depressivo, o embaixador Watson conclui que “*o drama dos garimpeiros poderá ressurgir a qualquer momento.*”<sup>64</sup>

### **3.2. A expansão da presença brasileiras e os tentativos da regularização da presença dos garimpeiros brasileiros na selva surinamesa (1994 – 2005)**

Contudo, apesar da predição medonha do embaixador Watson, não houve novos incidentes bilaterais nos anos posteriores à crise diplomática de 1994. De fato, entre agosto de 1994 e agosto de 2005, não observamos nenhum momento de turbulência diplomática semelhante à crise de junho e julho de 1994. Essa ausência de fricções

---

<sup>56</sup> Telegrama nº 383, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 07 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

<sup>57</sup> Telegrama nº 405, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 15 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo.

<sup>58</sup> Telegrama nº 449, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 10 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

<sup>59</sup> *Ibid.*

<sup>60</sup> Folha de S. Paulo. “Garimpeiros serão deportados do Suriname”. Por Abnor Gondim. Publicado no dia 26 de julho, 1994. Acessível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/26/brasil/18.html> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

<sup>61</sup> Telegrama nº 503, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 27 de julho de 1994, AHMRE: Assistência Consular. Confidencial-Urgente.

<sup>62</sup> *Ibid.*

<sup>63</sup> Telegrama nº 580, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 3 de setembro de 1994, AHMRE: Assistência Consular. Ostensivo-Urgente.

<sup>64</sup> *Ibid.*

diplomáticas é marcante se considerarmos que o número de garimpeiros brasileiros trabalhando no interior surinamês cresceu enormemente durante esse decênio, sobretudo na segunda metade dos anos 1990.

Por causa da natureza irregular desse movimento migratório, não existem dados confiáveis sobre o número de garimpeiros que chegou ao interior surinamês entre 1990 e 2000. Contudo, o crescimento da assistência consular prestada pela Embaixada brasileira em Paramaribo a cidadãos brasileiros no Suriname, ilustrado na tabela 2, oferece uma ilustração dessa dinâmica migratória. Os telegramas contados na tabela 2 relatam sobre ações consulares, como a expedição de novos passaportes ou a repatriação de cidadãos brasileiros doentes ou falecidos. O aumento deste tipo de telegramas entre 1992 e 1998 parece indicar que o número de migrantes brasileiros no Suriname cresceu rapidamente durante esse período.

**TABELA 2** – Número de telegramas recebidos da Embaixada brasileira em Paramaribo classificados CASC (Assuntos Consulares) no período 1990 – 2000

Ano	Telegramas CASC	Telegramas total	Porcentagem CASC
1990	3	388	0,77%
1991	7	648	1,08%
1992	8	707	1,13%
1993	22	748	2,94%
1994	27	761	3,55%
1995	20	577	3,47%
1996	28	777	3,60%
1997	77	709	10,86%
1998	72	694	10,37%
1999	45	524	8,59%
2000	57	525	10,86%

Fonte: Elaboração própria, com base em pesquisa no AHMRE. O anexo 1 contém uma tabela sobre o número de telegramas CASC para o período inteiro de 1990 a 2009.

Observa-se um grande aumento do número de telegramas consulares mandados para o MRE em 1997, sugerindo que o número de migrantes brasileiros no Suriname cresceu rapidamente neste ano. Nesse mesmo ano, apresentou-se evidência ainda mais visível da crescente presença brasileira no Suriname: a formação de um bairro brasileiro na zona norte da cidade de Paramaribo, popularmente conhecido como *Belenzinho*, ou, em holandês, *Klein Belém* (Pequeno Belém). O surgimento de Belenzinho é intimamente relacionado à participação brasileira na garimpagem de ouro no interior do país: o bairro

foi formado por comerciantes brasileiros que atendem às necessidades e aos desejos dos garimpeiros que visitam à cidade para vender o seu ouro ou em trânsito para uma nova área de garimpo. Muitos dos comerciantes são ex-garimpeiros que investiram o dinheiro que ganharam no garimpo na compra de máquinas e equipamentos, que eles alugam para os novos garimpeiros que chegam no Suriname. Em adição, empreendedores brasileiros abriram uma grande quantidade de bares, restaurantes, hotéis, boates e casas noturnas em Belenzinho (e.g. THEIJE 2007, 2006; HÖFS, 2007, 2006).

Em 1997, o senhor Jorge Saltarelli Junior, o então embaixador do Brasil em Paramaribo, estimou que havia entre dez e trinta mil brasileiros morando no Suriname, enquanto a população total do país consistia de apenas quatrocentos mil pessoas.<sup>65</sup> O diplomata calculou que isso significa que entre 2,5% e 7,5% de todas as pessoas no Suriname naquela época eram migrantes brasileiros.<sup>66</sup> Em adição, o embaixador Saltarelli ressaltou que a grande maioria desses brasileiros eram garimpeiros, trabalhando em áreas esparsamente povoadas no interior do país.<sup>67</sup> Como resultado, a presença brasileira se tornou um fenômeno altamente visível no interior surinamês. Pesquisas realizadas na década de 2000 mostram que em algumas áreas de garimpo na floresta tropical do Suriname, mais que 95% dos trabalhadores são migrantes brasileiros.<sup>68</sup>

É importante observar a que grande maioria dos brasileiros que migraram para a selva surinamesa eram indivíduos das zonas rurais dos estados do Pará e Maranhão, como mostra o mapa 4. A maior parte dos migrantes brasileiros nos garimpos surinameses consiste de homens jovens, geralmente de baixa-escolaridade (e.g. OLIVEIRA, 2013; SCHMINK & WOOD, 2009; VEIGA, 1998).<sup>69</sup> Entre as mulheres brasileiras que vivem e trabalham nas zonas de garimpo no interior surinamês, destaca-se o grande número de pessoas oriundas das áreas periféricas da cidade de Belém, no Pará. Desde a década de 1980, existe uma rede de tráfico de mulheres que alicia pessoas da periferia de Belém para migrar para Paramaribo, supostamente para trabalhar em bares e casas noturnas. Após chegar na capital surinamês, elas são forçadas a trabalhar na prostituição, tanto em Paramaribo quanto nas zonas de garimpo no interior surinamês (HAZEU 2014;

---

<sup>65</sup> Telegrama nº 122, de Jorge Saltarelli Junior, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 5 de março de 1998, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo-Urgentíssimo.

<sup>66</sup> *Ibid.*

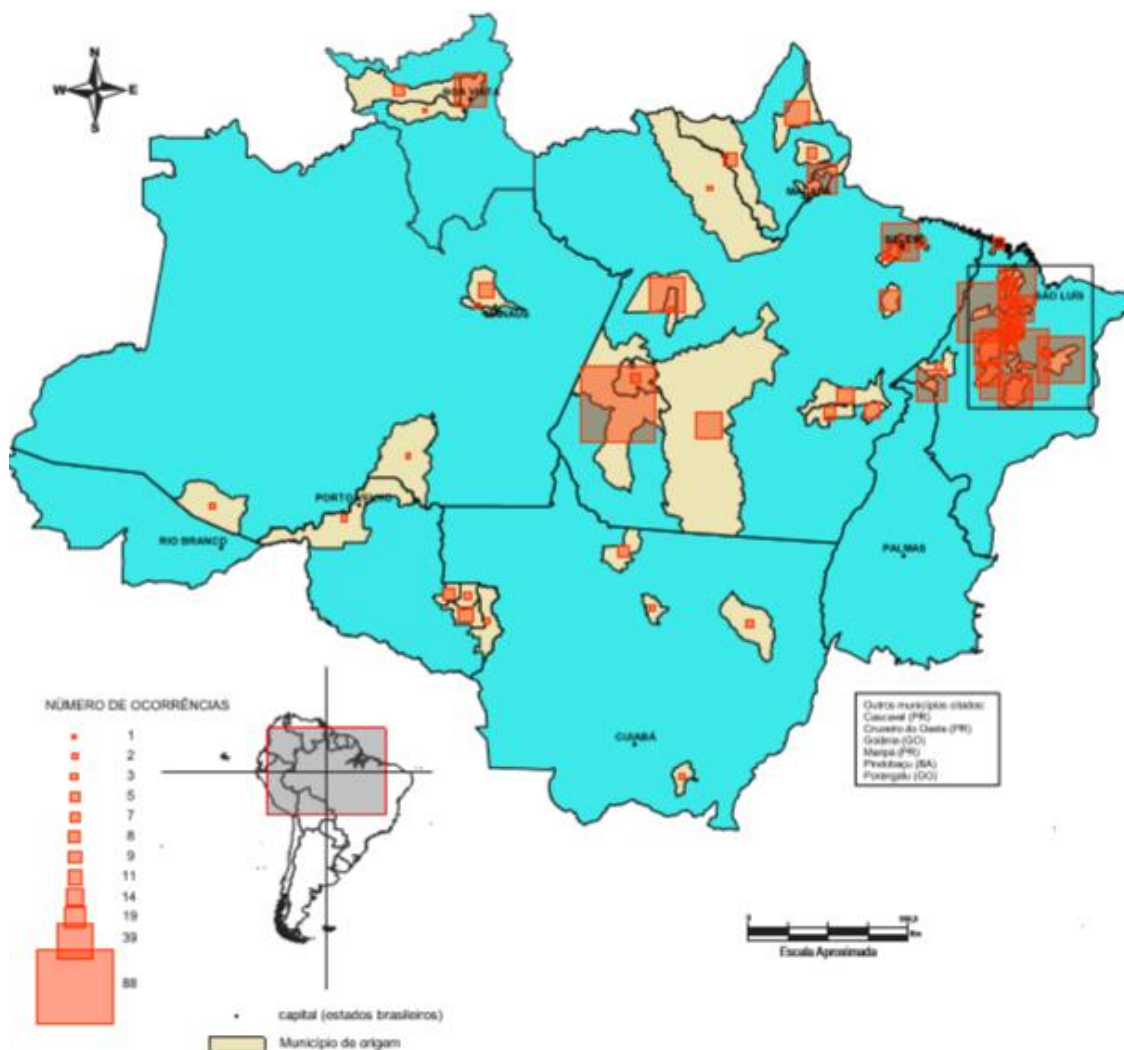
<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> Telegrama nº 274, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 27 de março de 2009, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo.

<sup>69</sup> De fato, grande número de garimpeiros brasileiros no Suriname tem dificuldades de ler e escrever. Vide: Telegrama nº 722, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 23 de setembro de 2005, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo-Urgente.

OLIVEIRA, 2012a). No entanto, há também numerosas mulheres brasileiras nos garimpos surinameses que trabalham como garimpeiras, cozinheiras, comerciantes ou donas de bares e lojas (THEIJE, 2014; OLIVEIRA, 2012a)

MAPA 4 – Origem dos garimpeiros que trabalham no Suriname



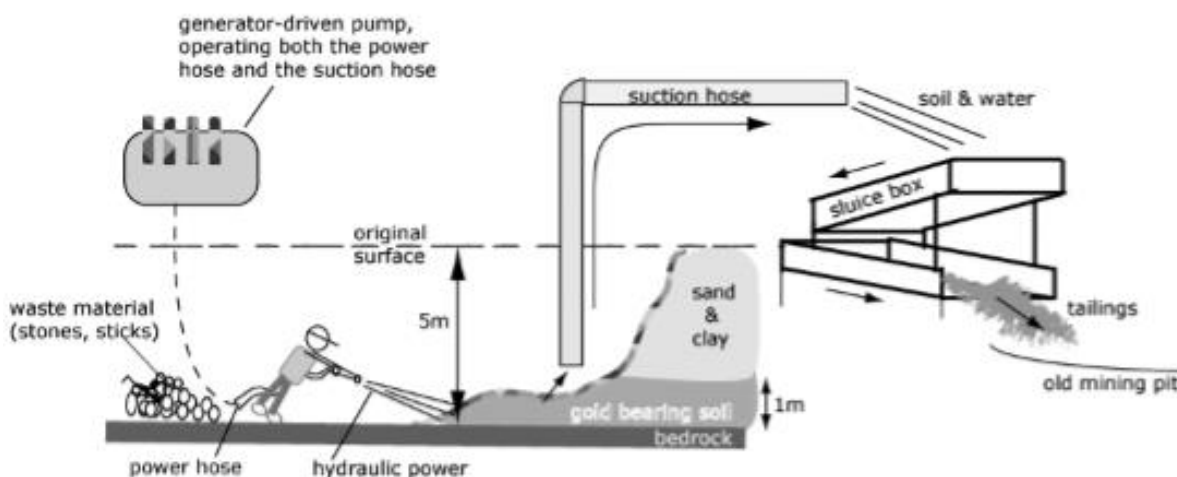
Fonte: Mapa elaborado por Rafael da Silva Oliveira (2013, p. 280). Oliveira desenhou o mapa com base em dados coletados durante uma pesquisa *survey* que ele realizou nas áreas de garimpo no Suriname entre 2009 e 2011. Os municípios de Cascavel (PR), Cruzeiro do Oeste (PR), Goiânia (GO), Maripá (PR), Pindobaçu (BA) e Porangatu (GO) foram citados também, mas não são incluídos no mapa (OLIVEIRA, 2013, p. 280).

Pesquisas etnográficas nas áreas de mineração mostram que a grande maioria dos migrantes brasileiros trabalhava na garimpagem de ouro na Amazônia brasileira antes de deslocar-se para o Suriname (OLIVEIRA, 2013; THEIJE & HEEMSKERK, 2009; VEIGA, 2007). Inicialmente, a fronteira aurífera surinamesa atraiu, quase exclusivamente, garimpeiros brasileiros especializados na técnica da dragagem: em 1994,

a grande maioria dos migrantes brasileiros no interior surinamês trabalhava como mergulhador.<sup>70</sup> No entanto, no decorrer da década de 1990, a dragagem foi gradualmente substituída por uma técnica de garimpagem mais barata e mais fácil de implementar, chamada o *bico-jato* (OLIVEIRA, 2013).<sup>71</sup>

O bico-jato consiste do uso de mangueiras de alta-pressão para extrair ouro de depósitos modestos localizados na terra, geralmente em aluviões nas margens dos rios. As mangueiras, conectadas com motores potentes, são usadas para destruir o solo superficial que cobre o depósito, criando uma mistura de água, barro e pó de ouro. Em seguida, uma mangueira de sucção é usada para capturar essa mistura e bombeá-la para um caixa concentradora, chamada o *sluice box*. Nessa caixa, o ouro e outras substâncias pesadas são filtradas do lodo por um forro de estopa. Os garimpeiros subsequentemente “lavam” a caixa com uma mistura de água e mercúrio. O mercúrio forma ligações químicas com o ouro, assim criando uma amalgama que pode ser retirada da caixa. Finalmente, essa amalgama é aquecida até o ponto que o mercúrio evapore, assim destilando as partículas de ouro (vide figura 3) (e.g. OLIVEIRA, 2013; HEEMSKERK & KOOIJE, 2003).

**FIGURA 3 – A técnica de bico-jato**



Fonte: Heemskerk & Kooye (2003, p. 635)

<sup>70</sup> Telegrama nº 79, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 1 de fevereiro de 1994, AHMRE – Política de Defesa. Confidencial.

<sup>71</sup> Na segunda metade da década de 1990, muitas das dragas operando nos rios surinameses foram deslocadas para o interior da Guiana. Até os dias de hoje, essa técnica de garimpagem aurífera é prevalente no interior da ex-colônia britânica (OLIVEIRA, 2013).

Na segunda metade da década de 1990, o bico-jato se tornou o método de garimpagem de ouro mais empregado na selva surinamesa. Inicialmente, essa técnica era usada exclusivamente pelos garimpeiros brasileiros. No entanto, no decorrer dos anos 1990 e 2000, muitos *porkknockers* também aprenderam a usar esse método (vide foto 3) (HEEMSKERK, 2009). Uma das características mais importantes do bico-jato é que essa técnica exige relativamente poucos trabalhadores. Geralmente, uma turma de garimpeiros usando esse método de mineração consiste de apenas seis a oito pessoas (IBID). Esses grupos de *bico-jateiros* são altamente móveis e conseguem operar autonomamente em áreas isoladas na selva amazônica por vários meses em seguida sem precisar de uma extensa infraestrutura de apoio (IBID).

Devido, em grande parte, à introdução da técnica de bico-jato, a garimpagem de ouro se converteu no maior setor econômico no interior do Suriname durante a década de 1990 (e.g. HEEMSKERK & DUIJVES, 2013; OLIVEIRA, 2013). Em 1997, estima-se que havia entre quinze e vinte mil pessoas trabalhando nos garimpos surinameses, produzindo aproximadamente dez mil quilos de ouro (VEIGA, 1997, p. 6). Uma década depois, em 2009, havia entre vinte e trinta mil trabalhadores no interior do Suriname, produzindo em torno de dezesseis mil quilos de ouro (CREMERS & THEIJE, 2013, p. 2).<sup>72</sup> Essa expansão contínua da mineração aurífera também resultou na formação de uma grande indústria de apoio às atividades garimpeiras. Milhares de pessoas trabalham nas áreas de garimpo no interior surinamês em profissões tão diversas como pilotos, barqueiros, seguranças privados, missionários, prostitutas e donos de bares. Recentemente, pesquisadores do Banco Mundial calcularam que aproximadamente 12% da população surinamesa é envolvida, de alguma forma, na produção informal de ouro na Amazônia surinamesa (CASM 2009, *apud.* CREMERS & THEIJE, 2013, p. 2).

Dentro dessa economia de garimpo, migrantes brasileiros ocupam um papel de destaque. Desde meados da década de 1990, em torno de 70% dos garimpeiros operando no Suriname são migrantes brasileiros (THEIJE & HEEMSKERK, 2009, p. 8). Em algumas áreas de garimpo no interior surinamês, como a zona em torno do lugarejo de Benzdorp, no sudeste do país, mais que 95% dos habitantes são migrantes brasileiros.<sup>73</sup> No entanto, por causa da grande participação brasileira no setor aurífero, os garimpeiros

---

<sup>72</sup> Esta estimativa não inclui o ouro produzido pelas empresas formais de mineração operando no interior do Suriname (CREMERS & THEIJE, 2013, p. 2).

<sup>73</sup> Telegrama nº 274, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 27 de março de 2009, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo.



brasileiros também recebem uma grande parte da culpa pela degradação social e ambiental nas áreas de garimpo. Muitos elementos dentro da sociedade surinamesa, inclusive boa parte da imprensa e do *establishment* político, não veem os garimpeiros brasileiros com bons olhos, associando à imigração brasileira com problemas sociais como alcoolismo, tráfico de drogas, prostituição, tráfico de mulheres, e violência (e.g. OLIVEIRA, 2013, 2012b; PROCÓPIO, 2011a, 2011b; FIRMEZA, 2007).

Ademais, a garimpagem de ouro faz uma contribuição importante aos problemas ambientais na floresta amazônica, como o desmatamento e a perda de biodiversidade (vide foto 2) (e.g. OLIVEIRA, 2013; HEALY & HEEMSKERK, 2005). Especificamente a emissão de grandes quantidades de mercúrio no meio ambiente durante o processo de extração aurífera é uma prática muito destrutiva. Esse metal altamente tóxico acumula-se nos rios e lagos, contaminando assim os peixes e os outros seres aquáticos. Através das cadeias alimentares, o mercúrio afeta a saúde todos a todos os seres vivos na floresta amazônica, inclusive os seres humanos (e.g. ALY, *et. al.*, 2014; HEEMSKERK, 2009). Em adição, as atividades garimpeiras contaminam os rios e cursos de água na selva surinamesa com outros poluentes, como petróleo e lixo, assim degradando a qualidade dos ecossistemas aquáticos (HEEMSKERK, 2009).

**FOTO 2 – Desmatamento em um garimpo no interior do Suriname**



Fonte: Fotografia tirada por Marieke Heemskerk. Vide Heemskerk & Duijves (2013, p. 90)

Finalmente, a mineração aurífera é diretamente ligada à propagação de numerosas doenças perigosas na Amazônia surinamesa. A migração dos garimpeiros entre diferentes áreas de mineração na floresta tropical, em combinação com as péssimas condições de higiene nos garimpos, contribui à proliferação de numerosas enfermidades infecciosas, como a febre amarela e tuberculose (e.g. LEONARDI, 2000). Em adição, doenças sexualmente transmissíveis, como hepatite, sífilis e HIV/AIDS, são abundantes nas áreas de garimpo (IBID). Todavia, a doença mais perigosa nas áreas de mineração é a malária. Por causa das técnicas de garimpagem empregadas na selva amazônica, inclusive no Suriname, formam-se grandes poços de água parada nas zonas de garimpo, criando as circunstâncias perfeitas para os mosquitos que propagam essa doença (BREEVELD *et al*, 2012; HEEMSKERK & DUIJVES, 2012). Mais que 75% dos trabalhadores nas áreas de mineração sofreu pelo menos um episódio de malária durante a sua vida no garimpo (HEEMSKERK & DUIJVES, 2012, p. 40).

A degradação social e ambiental causada pela garimpagem de ouro afeta a qualidade da vida de todos os habitantes da floresta amazônica, inclusive dos grupos indígenas e *maroons* que não participam na mineração aurífera (HEEMSKERK, 2009). No entanto, é importante observar que os próprios garimpeiros também sofrem por causa dos problemas sociais e ambientais nas áreas de garimpo.<sup>74</sup> Na visão do Itamaraty, a combinação das péssimas condições de saúde e segurança nos garimpos, os fortes preconceitos sociais contra os garimpeiros, e a situação migratória irregular de quase todos os membros deste grupo, faz os garimpeiros brasileiros no Suriname um grupo altamente vulnerável (e.g. MAIA, 2009; FIRMEZA 2007).

Por este motivo, a proteção dos garimpeiros brasileiros se converteu em um assunto importante na agenda política brasileiro-surinamesa em meados dos anos 1990. No fim de 1996, depois de dois anos de negociações, a Embaixada brasileira e o governo surinamês lançaram uma campanha conjunta para convencer os migrantes brasileiros indocumentados no interior surinamês a entrarem em contato com o Ministério de Trabalho e legalizarem a sua estância no país.<sup>75</sup> A campanha resultou na legalização de

---

<sup>74</sup> Para ilustrar o fato que os garimpeiros brasileiros estão entre as principais vítimas dos problemas socioambientais causados pela garimpagem de ouro, mencionamos uma pesquisa do setor consular da Embaixada brasileira em Paramaribo que conclui que quase 75% de todas as vítimas de malária no Suriname são migrantes brasileiros. Vide Telegrama nº 562, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 15 de outubro de 2009, AHMRE – ETEC. Ostensivo.

<sup>75</sup> Telegrama nº 53, de Flávio Cardone, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 22 de janeiro de 1997, AHMRE – Assistência Consular. Confidencial-Urgentíssimo.

oitocentos garimpeiros em janeiro 1997, e o processo foi considerado, pela Embaixada, um sucesso modesto.<sup>76</sup> Entretanto, baseada nessa experiência, a Embaixada expressou a necessidade de um acordo bilateral de regularização migratória.<sup>77</sup>

Para avançar as negociações para um acordo bilateral de regularização migratória, o Secretário-Geral do MRE visitou Paramaribo em abril de 2002, o que resultou em um acordo, por troca de notas, de reduzir os impactos negativos da mineração de ouro no Suriname. Dois anos depois, no dia 21 de dezembro 2004, durante uma visita do Celso Amorim, ministro de relações exteriores do Governo Lula (2003 – 2011), a Paramaribo, foi assinado um *Acordo de Regularização Migratória*. Dois meses mais tarde, em fevereiro 2005, um acordo adicional, chamado o *Ajuste Complementar ao Acordo sobre Regularização Migratória* foi assinado em Paramaribo durante uma visita de estado do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, ao Suriname.

Em meados de 2005, o diplomata brasileiro Ricardo Carvalho do Nascimento Borges foi indicado para o posto de embaixador do Brasil no Suriname. Homem com grande experiência com a temática da migração irregular, sobretudo no caso do Paraguai, essa nomeação mostra a importância atribuída pelo MRE à questão migratória nas relações brasileiro-surinamesas.<sup>78</sup> O objetivo principal do novo embaixador foi assegurar a rápida ratificação dos dois tratados, tanto no Brasil quanto no Suriname.<sup>79</sup> Contudo, nos dias de hoje, nenhum dos acordos ainda entrou em vigor: o Congresso Nacional do Brasil aprovou o Acordo de Regularização Migratório no dia 5 de outubro de 2007, mas a Assembleia Nacional do Suriname ainda não o ratificou.<sup>80</sup>

Não conseguimos determinar exatamente por que o tratado ainda não foi ratificado pelo Suriname: a escassa literatura acadêmica e a documentação histórica do MRE oferecem poucas pistas para especular sobre este tema. No entanto, é possível que os diversos momentos de tensões diplomáticas que ocorreram entre 2005 e 2009, fizeram uma contribuição à ausência da ratificação dos acordos migratórios por parte da Assembleia Nacional do Suriname.

---

<sup>76</sup> Telegrama nº 69, de Flávio Cardone, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 28 de janeiro de 1997, AHMRE – Assistência Consular. Confidencial-Urgentíssimo.

<sup>77</sup> *Ibid.*

<sup>78</sup> Telegrama nº 864, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 24 de outubro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Ostensivo.

<sup>79</sup> *Ibid.*

<sup>80</sup> Essa informação foi confirmada por um diplomata brasileiro durante uma conversa informal no MRE no dia 10 de fevereiro de 2015. O diplomata pediu ficar anônimo.

### 3.3. Turbulência nas relações brasileiro-surinamesas (2005 – 2009)

No período entre 2005 e 2009, observamos diversos momentos de tensões diplomáticas entre o Brasil e o Suriname, provocados pela questão garimpeira. O primeiro desses momentos aconteceu em setembro de 2005, quando um policial surinamês foi morto no distrito de Brokopondo, no Suriname central, supostamente por garimpeiros brasileiros. Não conseguimos levantar muitos dados confiáveis sobre esse incidente: de fato, nem descobrimos o nome do policial morto. No entanto, a correspondência diplomática brasileira mostra claramente o impacto desse incidente nas relações bilaterais. No dia 16 de setembro, uma semana depois do assassinato (que provavelmente ocorreu no dia 7 de setembro), o embaixador Ricardo Carvalho Nascimento Borges observou que a morte do policial *“gerou uma grita geral da população local.”*<sup>81</sup> Subsequentemente, *“a imprensa alimentou (essa) indignação popular, publicando matérias inflamadas de familiares do policial morto, de membros da oposição (...) e de membros da coalizão governamental.”*<sup>82</sup>

Nas semanas posteriores ao assassinato do policial, as tensões diplomáticas aumentaram. No clima de indignação popular, o Ministério de Justiça anunciou a adoção de uma política de *“tolerância zero”* na questão dos migrantes indocumentados no interior surinamês.<sup>83</sup> A polícia surinamesa subsequentemente prendeu diversos migrantes brasileiros, inclusive quatro mulheres brasileiras que estavam no país em situação regular.<sup>84</sup> O protesto do embaixador Borges com o Ministro da Justiça sobre a apreensão dos migrantes brasileiros foi fortemente criticado pela imprensa surinamesa.<sup>85</sup> Nas semanas posteriores, as tensões gradualmente diminuíram. No entanto, o incidente mostra que, a pesar do progresso diplomático nos anos anteriores, a questão garimpeira continuava sendo *“uma fonte de prováveis problemas entre os dois países.”*<sup>86</sup>

A partir de 2005, dois fenômenos começaram a contribuir ao crescimento das tensões sociais no interior surinamês. O primeiro desses fatores foi o rápido aumento do

---

<sup>81</sup> Telegrama nº 676, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 16 de setembro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Ostensivo.

<sup>82</sup> *Ibid.*

<sup>83</sup> Telegrama nº 723, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 23 de setembro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Reservado.

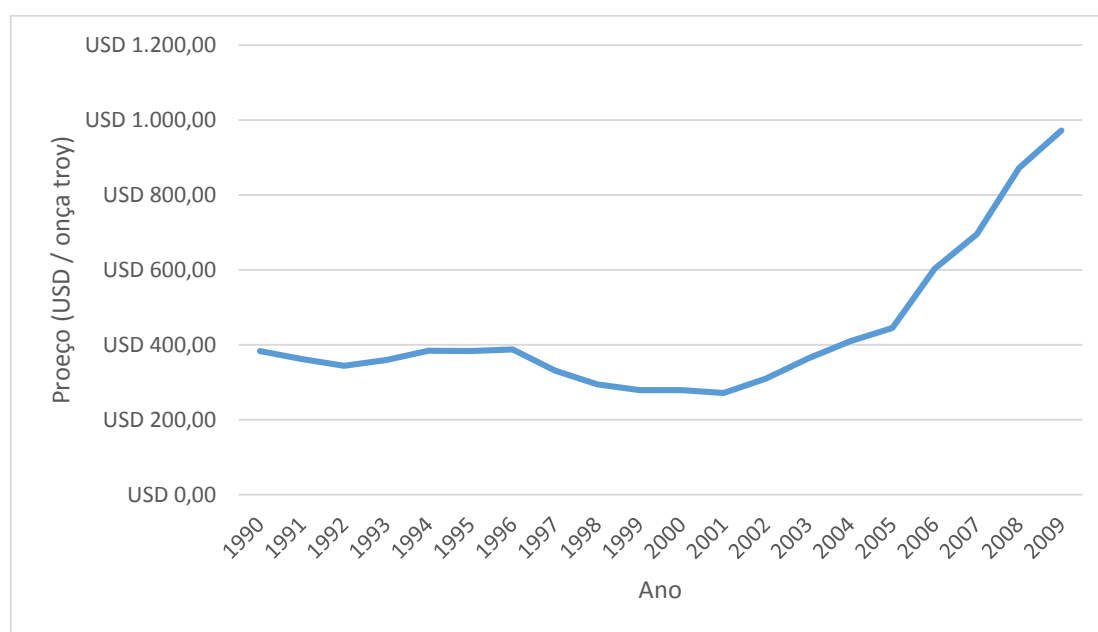
<sup>84</sup> *Ibid.*

<sup>85</sup> Para ver extratos das matérias publicadas na imprensa surinamesa sobre o embaixador Borges, vide: Telegrama nº 756, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 05 de outubro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Reservado.

<sup>86</sup> Telegrama nº 864, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 24 de outubro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Ostensivo.

preço do ouro no mercado internacional (vide gráfico 3). Por causa desse aumento, diversas empresas formais de mineração compraram concessões no interior surinamês. Em muitas dessas concessões, já havia grupos de garimpeiros brasileiros trabalhando na extração de ouro, de modo informal. Assim, surgiram novos conflitos intensos entre garimpeiros brasileiros e empresas de mineração no interior surinamês (OLIVEIRA, 2013).

**GRÁFICO 3** – Preço internacional do ouro no período 1990 – 2009 (USD / onça Troy)



Fonte: Adaptação de uma tabela elaborada por Rafael da Silva Oliveira (2013, p. 232).

O segundo fator que aumentou as tensões na Amazônia surinamesa foi um fenômeno que o embaixador Borges apelidou o “efeito Sarkozy” na Guiana Francesa.<sup>87</sup> Em 2003, o senhor Nicolas Sarkozy, então Ministro de Assuntos Interiores no governo francês, adotou uma nova política de combate à mineração informal de ouro na Guiana Francesa. Entre 2003 e 2008, o Exército francês empregou diversas operações no interior da Guiana Francesa para desarticular a garimpagem de ouro, apreendendo numerosos garimpeiros e destruindo os seus equipamentos. Garimpeiros estrangeiros, inclusive um grande número de migrantes brasileiros, foram subitamente expulsos da Guiana

<sup>87</sup> Telegrama nº 635, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 11 de junho de 2007, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo.

Francesa.<sup>88</sup> Essa política influenciou a situação no Suriname em duas maneiras. Primeiro, as ações militares inspiraram muitos garimpeiros brasileiros na Guiana Francesa a deslocar-se para o Suriname. E segundo, diversos jornalistas e políticos surinameses começaram a pressionar o governo surinamês para adotar uma postura semelhante em relação à mineração informal de ouro na floresta surinamesa.<sup>89</sup>

Em agosto de 2007, as tensões sociais na Amazônia surinamesa resultaram em um novo período de turbulência nas relações brasileiro-surinamesas. No primeiro de agosto desse ano, a revista surinamesa *Parbode* publicou uma grande matéria sobre a destruição ambiental no Parque Nacional *Brownsberg* no Suriname central, causada por grupos de garimpeiros e *porkknockers* operando clandestinamente na reserva.<sup>90</sup> A notícia sobre os grandes danos ecológicos no *Brownsberg* causou uma grande indignação na sociedade surinamesa, provocando uma rápida resposta do governo surinamês: foi lançada uma ação conjunta da polícia e das Forças Armadas surinamesas, designada *Operação Clean Sweep*. Entre agosto e outubro, os policiais e militares prenderam dezenas de garimpeiros e *porkknockers* na reserva natural e confiscaram os seus equipamentos (OLIVEIRA, 2013; THEIJE & HEEMSKERK, 2009).

Nos anos posteriores, a *Operação Clean Sweep* expandiu-se para outras regiões no interior surinamês. Em agosto de 2008, a segunda etapa da operação foi lançada nas áreas de garimpo em torno do Benzdorp, no sudeste do país, onde em torno de 95% dos habitantes são migrantes brasileiros. Segundo notícias recebidas pela embaixada brasileira em Paramaribo, diversos garimpeiros brasileiros foram abusados pela polícia surinamesa durante a operação.<sup>91</sup> Em adição, múltiplos migrantes brasileiros em situação regular foram multados e presos durante as ações policiais.<sup>92</sup> No entanto, nenhum migrante brasileiro registrou um depoimento oficial no setor consular da embaixada brasileira em Paramaribo.<sup>93</sup> Em diversos momentos durante a *Operação Clean Sweep*, o senhor José Luiz Machado e Costa, o então embaixador brasileiro em Paramaribo, reuniu-

---

<sup>88</sup> Pulitzer Center on Crisis Reporting. "French Guiana's Gold Rush: The Big Picture." Por Damon Trabor. Publicado no dia 14 de março de 2010. Link: <http://pulitzercenter.org/blog/untold-stories/french-guianas-gold-rush-big-picture> (acesso em 25 de fevereiro de 2015).

<sup>89</sup> Telegrama nº 635, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 11 de junho de 2007, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo.

<sup>90</sup> *Parbode* (revista surinamesa). "*Het topje van de goudberg*." (O pico da montanha de ouro). Por Frans Voortman. Publicado em 01 de agosto de 2007. Acessível: <http://www.parbode.com/reportage/item/1408-het-topje-van-de-goudberg> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

<sup>91</sup> Telegrama nº 590, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 30 de agosto de 2008, AHMRE – Assuntos Consulares. Ostensivo.

<sup>92</sup> *Ibid.*

<sup>93</sup> *Ibid.*

se com membros do governo surinamês para expressar a preocupação brasileira sobre o tratamento de migrantes brasileiros no Suriname.<sup>94</sup>

No entanto, o episódio mais chocante na história recente da questão garimpeira nas relações brasileiro-surinamesas foi o motim anti-brasileiro que ocorreu no vilarejo de Albina, na fronteira com a Guiana Francesa, na noite de 24 de dezembro de 2009. Na tarde desse dia, um garimpeiro brasileiro matou um homem *maroon* durante uma briga de bar. Em retaliação, uma multidão de aproximadamente trezentos homens quilombolas juntou-se no vilarejo. Ao cair da noite, eles começaram a atacar migrantes brasileiros no vilarejo “*com armas de fogo, fações, paus, pedras e pacas.*” (USHIJIMA, 2012, p. 134). Durante o motim, dezenas de migrantes brasileiros foram feridos e diversas mulheres brasileiras foram estupradas. Nos dias após do motim espalhou-se o rumor que dezenas de garimpeiros brasileiros foram assassinados durante o motim, mas nenhum morto foi oficialmente confirmado (IBID). Porém, pelo menos sete migrantes brasileiros desapareceram durante noite do ataque (IBID). Devido à situação migratória irregular dos migrantes brasileiros envolvidos, “*houve muita dificuldade de apurar devidamente a ocorrência de mortos e desaparecidos*” (OLIVEIRA, 2013, p. 318). Durante o motim, os agressores quilombolas também atacaram numerosos migrantes chineses residentes no vilarejo (IBIB).

O MRE respondeu rapidamente ao incidente em Albina. Nos dias posteriores ao motim, aeronaves das Forças Armadas brasileiras repatriaram trinta-e-três migrantes brasileiros feridos do Suriname. Em adição, diversas equipas de médicos, psicólogos e assistentes sociais chegaram à ex-colônia holandesa entre 24 de dezembro e 4 de janeiro para atender às necessidades das vítimas do ataque. O Governo brasileiro pagou todos os custos das ações de apoio aos migrantes brasileiros, inclusive as despesas dos brasileiros que foram internados em hospitais locais (USHIJIMA, 2015, p. 135).

O motim antibrasileiro da véspera do Natal teve grande impacto na mídia brasileira: nas semanas depois do ataque, a imprensa nacional dedicou dezenas de matérias à questão dos garimpeiros brasileiros, tema que anteriormente recebeu

---

<sup>94</sup> Vide, por exemplo, Telegrama nº 587, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 28 de agosto de 2008, AHMRE – Assuntos Consulares. Ostensivo. Merece a pena mencionar a análise de Oliveira (2013, p. 322 – 328) sobre a linguagem empregada pelos principais jornais surinameses nas suas notícias sobre as diferentes etapas *Operação Clean Sweep*. Ele enfatiza a recorrência de imagens altamente negativas dos migrantes brasileiros na imprensa surinamesa e o uso de expressões agressivas como “varrar”, “expulsar” e “eradicar” para descrever os motivos das ações policiais e militares.

pouquíssima atenção (IBID).<sup>95</sup> No entanto, pelos motivos expostos na introdução da presente dissertação, é ainda muito difícil avaliar o impacto desse incidente no relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname neste trabalho.<sup>96</sup> Todavia, os acontecimentos em Albina mostram claramente que a questão garimpeira é um dos temas mais importantes na agenda política brasileiro-surinamesa.

### **3.4. Conclusões parciais**

No presente capítulo observamos o impacto da migração brasileira para as áreas de garimpo no interior surinamês no relacionamento político-diplomático entre o Brasil e o Suriname no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Com base em documentos levantados AHMRE, identificamos três fases distintas na história da questão garimpeira entre 1992 e 2009. A primeira fase consiste do período entre 1992 e 1994. Nesse período o número de garimpeiros brasileiros na selva surinamesa ainda era bastante pequena, mas no contexto das circunstâncias caóticas depois da guerra civil surinamesa, esse pequeno fluxo migratório causou graves tensões sociais e políticas. Em junho de 1994, essa situação resultou na apreensão de dezenas de migrantes brasileiros, provocando uma forte crise nas relações brasileiro-surinamesas. Depois de dois meses de forte turbulência diplomática, a crise foi resolvida, mas esse episódio estabeleceu a questão garimpeira como um dos temas principais na agenda política bilateral.

A segunda fase na história da questão garimpeira consiste do período entre agosto de 1994 e agosto de 2005. Durante esse período observa-se um paradoxo interessante. Por um lado, o número de migrantes brasileiros no Suriname cresceu rapidamente, sobretudo no período entre 1994 e 1998. No entanto, as tensões sociais e políticas provocadas pela imigração brasileira pareciam diminuir gradualmente. Há vários fatores que explicam essa aparente contradição. Primeiramente, por causa da mão-de-obra brasileira, a indústria aurífera expandiu rapidamente, convertendo-se no maior setor econômico no interior do Suriname. Intimamente relacionado à crescente importância

---

<sup>95</sup> Vide, por exemplo: Folha de S. Paulo. "Suriname prende 22 depois de ataques." Por Denyse Godoy, Felipe Seligman, Ranier Bragon e João Carlos Magalhães. Publicado no dia 28 de janeiro, 2009. Acessível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2812200901.htm> (acesso em 10 de dezembro de 2014); O Globo "Suriname: brasileiros relatam novas agressões." Por Camila Nobrega. Publicado na edição de 4 de janeiro, 2010. Acessível: <http://oglobo.globo.com/politica/suriname-brasileiros-relatam-novas-agressoes-3075064> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

<sup>96</sup> No entanto, merece a pena observar que dois diplomatas brasileiros nos contaram em conversas informais no MRE em Brasília que o Itamaraty considera o motim em Albina um incidente isolado. Ambos os diplomatas pediram para ficar anônimos.



econômica da extração aurífera, desenvolveu-se, no final da década de 1990, uma “convivência pacífica” entre os garimpeiros brasileiros e diversas comunidades *maroons* e indígenas na Amazônia surinamesa (KRUIJT & HOOGBERGEN, 2005, p. 199). No entanto, a degradação social e ambiental provocada pela garimpagem de ouro continuava sendo uma fonte de conflito, sobretudo entre os garimpeiros e os elementos na sociedade surinamesa que não estavam envolvidos na mineração aurífera.

Entre meados de 1994 e o início de 2005, também observa-se diversos avanços diplomáticos entre o Brasil e o Suriname com respeito à questão garimpeira. Por causa das deploráveis circunstâncias de vida e de trabalho dos migrantes brasileiros no interior surinamês, o MRE identificou-os como um grupo altamente vulnerável (MAIA, 2009; FIRMEZA, 2007). Subsequentemente, a proteção dos migrantes brasileiros se tornou uma prioridade na política brasileira para o Suriname. As iniciativas do Itamaraty para proteger esse grupo mostram que, na avaliação da diplomacia brasileira, a legalização do status migratório dos garimpeiros brasileiros era a primeira prioridade. Em dezembro de 2004, depois de vários anos de negociações, um *Acordo de Regularização Migratória* foi assinado em Paramaribo. No entanto, é preciso observar que esse tratado ainda não foi ratificado pela Assembleia Nacional do Suriname.

A terceira fase na história da questão migratória nas relações brasileiro-surinamesas consiste do período entre 2005 e 2009. Em contraste com a fase anterior, esse período é marcado por diversos momentos de graves fricções bilaterais. É difícil determinar exatamente porque as tensões sociais nas áreas de garimpo aumentaram tanto durante esse período. Contudo, dois fatores que certamente contribuíram ao crescimento das tensões na Amazônia surinamesa foram a expansão das atividades das empresas formais de mineração na selva surinamesa e a adoção de uma dura política de combate à garimpagem de ouro na Guiana Francesa.

## Considerações Finais

---

Na introdução da presente dissertação de mestrado, mencionamos o caso do barco *O Novo Brasil*, que transportou quinze garimpeiros brasileiros da Venezuela ao Suriname no mês de abril em 1994. Esses indivíduos estavam na vanguarda de uma verdadeira onda migratória de homens brasileiros para as áreas de garimpo no interior do Suriname durante a década de 1990, um fenômeno que provocou grandes mudanças demográficas, econômicas, sociais e políticas na Amazônia surinamesa. No âmbito do relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname, a migração irregular de garimpeiros brasileiros para o interior surinamês tornou-se uma fonte perpétua de inquietação. Nas palavras do senhor Ricardo Carvalho de Nascimento Borges, ex-embaixador do Brasil em Paramaribo, a questão garimpeira converteu-se em “(uma) verdadeira espada de Dâmocles sobre o relacionamento bilateral”.<sup>97</sup>

A presente dissertação de mestrado apresentou um estudo exploratório da origem e da evolução da questão garimpeira nas relações brasileiro-surinamesas. O trabalho tinha dois objetivos específicos. Em primeiro lugar, identificar os fatores que levaram milhares de migrantes brasileiros, como os quinze homens a bordo de *o Novo Brasil*, para tentar a sorte nos garimpos de ouro na Amazônia surinamesa. Em segundo lugar, descrever os principais impactos desse movimento migratório na história contemporânea do relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname. Nesta seção, juntamos esses dois

---

<sup>97</sup> Telegrama nº 1230, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 19 de setembro de 2006, AHMRE – Assistência Consular. Reservado-Urgentíssimo.

elementos do trabalho e apresentamos as principais conclusões destiladas do estudo da questão garimpeira.

O surgimento do movimento migratório de garimpeiros brasileiros para o Suriname durante a década de 1990 foi o resultado de um conjunto de fatores na região amazônica. Na década de 1980, ocorreu uma grande corrida do ouro na região Norte do Brasil. Entre 1979 e 1989, centenas de milhares de homens, oriundos sobretudo das zonas rurais do Norte e do Nordeste do Brasil, deslocaram-se para os garimpos de ouro localizadas na floresta amazônica brasileira. No auge desse *boom*, em 1989, havia aproximadamente 350 mil pessoas operando como garimpeiros no Norte do Brasil, e mais milhares de indivíduos trabalhando nas zonas de garimpo como pilotos, comerciantes, donos de bares e trabalhadoras de sexo (RODRIGUES *et al*, 1994, p. 62 – 63).

Porém, no final da década de 1980, a expansão da mineração informal de ouro na Amazônia brasileira tornou-se o tema de uma grande controvérsia no Brasil, devido, sobretudo, à degradação social e ambiental provocada pelas incursões garimpeiras em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. O exemplo mais emblemático desses problemas foi a crise humanitária do povo ianomâmi no oeste do Estado de Roraima. Nessa região, a chegada de dezenas de milhares de garimpeiros entre 1988 e 1990 resultou na introdução de doenças infecciosas como malária e febre amarela nas comunidades indígenas, matando milhares de pessoas.

Sob forte pressão interna e externa para atuar na defesa dos ianomâmis e de diversos outros povos indígenas na Amazônia brasileira, o governo do presidente Fernando Collor de Melo, lançou, em março de 1990, uma série de operações da Polícia Federal para expulsar os garimpeiros das terras indígenas na região Norte do Brasil. Em adição, o governo Collor comprometeu-se à demarcação oficial das terras indígenas: em 1991 e 1992, os territórios de dezenas de povos indígenas foram regularizados, assim facilitando o combate à mineração informal de ouro na Amazônia brasileira. A atuação do governo Collor, em combinação com diversos outros fatores, como a queda do preço do ouro no mercado interno e os sinais de esgotamento dos depósitos de ouro nas principais províncias auríferas brasileiras, provocou um movimento emigratório de garimpeiros brasileiros para os países vizinhos amazônicos, em busca de melhores condições de trabalho. Argemiro Procópio (2011) chama esse fenômeno de “*a diáspora garimpeira*.”

Inicialmente, a maioria dos emigrantes brasileiros deslocou-se para as áreas de garimpo na Venezuela e Guiana. Desde meados da década de 1980, haviam grupos de

garimpeiros brasileiros operando nesses dois países. No entanto, os governos da Venezuela e Guiana rapidamente lançaram operações policiais e militares para apreender e deportar os imigrantes irregulares brasileiros. Em alguns momentos, as ações policiais contra a imigração brasileira resultaram em confrontos violentos, com registros de mortes. Consequentemente, muitos imigrantes brasileiros começaram a procurar oportunidades de emprego em áreas de garimpo menos violentas. Por este motivo, as áreas de garimpo no interior surinamês tornaram-se uma destinação popular para migrantes brasileiros no decorrer da década de 1990.

Entre 1986 e 1992, o Suriname passou por um conflito armado interno entre o regime militar do coronel Désiré Delano Bouterse e o Comando da Selva, um movimento guerrilheiro de origem *maroon*. Durante essa guerra civil, os guerrilheiros quilombolas controlavam uma grande área no interior leste do país, onde encontra-se a grande maioria dos depósitos do ouro no país. O Comando da Selva estimulava a garimpagem de ouro para poder comprar armas e suprimentos necessários para continuar a guerra contra as Forças Armadas surinamesas. Ao longo do conflito, o ouro converteu-se na moeda corrente na economia no Suriname oriental, apresentando forte estímulo à extração aurífera. Em 1992, quando a guerra chegou ao fim, a mineração de ouro começou a atrair investimentos das elites econômicas nas zonas urbanas surinamesas, assim estimulando ainda mais a expansão desse setor econômico.

Ainda durante a guerra civil surinamesa, algumas dezenas de garimpeiros brasileiros deslocaram-se para as áreas de garimpo no interior do leste surinamês. No entanto, a verdadeira onda migratória surgiu depois do fim do conflito armado: entre 1994 e 1998, mais de quinze mil garimpeiros brasileiros chegaram à Amazônia surinamesa.<sup>98</sup> Desde o final da década de 1990, migrantes brasileiros constituem em torno de 70% da força de trabalho nas áreas de garimpo no Suriname (THEIJE & HEEMSKERK, 2009, p. 8). Em algumas zonas no interior surinamês, mais de 95% dos habitantes são migrantes brasileiros.<sup>99</sup>

A grande maioria dos garimpeiros brasileiros no Suriname são homens do Norte e do Nordeste do Brasil, geralmente de baixa escolaridade. No entanto, por causa da sua experiência de trabalho nas províncias auríferas na Amazônia brasileira, eles dominam

---

<sup>98</sup> Telegrama nº 243, de Jorge Saltarelli Junior, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 30 de abril de 1998, AHMRE – Assistência Consular. Reservado-Urgente.

<sup>99</sup> Telegrama nº 274, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 27 de março de 2009, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo.

técnicas de garimpagem pouco conhecidas no Suriname. Por este motivo, os migrantes brasileiros eram, e ainda são, muito valorizados nas áreas de garimpo. Devido à mão-de-obra brasileira, a mineração informal de ouro converteu-se no maior setor econômico no interior surinamês ao longo das décadas de 1990 e 2000 (CREMERS & THEIJE, 2013). No entanto, por causa da grande participação brasileira na garimpagem de ouro, eles recebem também grande parte da culpa pelos graves problemas sociais e ambientais nas zonas de garimpo. Os migrantes brasileiros são malvistas por um segmento substancial da sociedade surinamesa. Essa situação é exacerbada pelo fato de que a grande maioria dos garimpeiros brasileiros no Suriname vive e trabalha no país vizinho de modo irregular, ou seja, sem possuir a documentação exigida.

A partir de 1992, observa-se tensões sociais na Amazônia surinamesa, provocadas pela crescente presença de garimpeiros brasileiros na selva. Em junho de 1994, essas tensões resultaram em uma forte crise diplomática, quando as autoridades surinamesas, ajudadas por ex-integrantes do Comando da Selva, subitamente apreenderam dezenas de migrantes brasileiros, tanto nas áreas de garimpo no interior surinamês quanto em Paramaribo. Por quase dois meses, o tratamento dos brasileiros presos foi uma fonte de conflito entre o governo surinamês e a diplomacia brasileira. Apenas no final de julho, a situação foi resolvida com a deportação de todos os migrantes brasileiros presos, paga pelo Itamaraty. Devido à essa crise diplomática, a questão garimpeira entrou na agenda política bilateral como um tema de grande importância.<sup>100</sup>

Nos anos posteriores à crise diplomática de 1994, as tensões sociais na Amazônia surinamesa diminuíram, apesar do crescimento rápido do número de garimpeiros brasileiros no Suriname. Intimamente relacionado à crescente importância econômica da extração aurífera, desenvolveu-se, no final da década de 1990, uma “*convivência pacífica*” entre os garimpeiros brasileiros e diversas comunidades *maroons* e indígenas na Amazônia surinamesa (KRUIJT & HOOGBERGEN, 2005, p. 199). No mesmo período, o Brasil entrou em negociações com o Suriname sobre um *Acordo de Regularização Migratória*, com o objetivo de legalizar a situação migratória dos garimpeiros brasileiros no interior surinamês. Esse acordo foi concluído em Paramaribo em dezembro de 2004. No entanto, até os dias de hoje, o tratado ainda não foi ratificado pela Assembléia Nacional surinamesa.

---

<sup>100</sup> Encontra-se um diagrama causal simplificada do surgimento da questão garimpeira nas relações bilaterais entre o Brasil e o Suriname no anexo 2 da presente dissertação (p. 90).

Entre meados de 2005 e o final de 2009, o último período observado nesse trabalho, a questão garimpeira causou diversos momentos de tensões político-diplomáticas entre o Brasil e o Suriname. Em setembro de 2005, a morte de um policial surinamês no interior do país, supostamente por um garimpeiro brasileiro, causou grande indignação na sociedade surinamesa. Em 2007 e 2008, o lançamento de ações policiais e militares contra a mineração informal de ouro no interior do Suriname resultou no maltrato de diversos migrantes brasileiros e no aumento das tensões nas relações brasileiro-surinamesas. Finalmente, na noite de 24 de dezembro de 2009, dezenas de brasileiros foram feridos e diversas mulheres brasileiras foram estupradas durante um motim anti-brasileiro no vilarejo de Albina. Esses incidentes mostram que a situação dos migrantes brasileiros no Suriname, e sobretudo dos que vivem e trabalham nas zonas de garimpo no interior do país, continua sendo precária.

Para finalizar o presente trabalho, há três observações que queremos oferecer ao leitor antes de fechar esta dissertação. Esperamos que estas observações possam inspirar novos pesquisadores no campo de estudo das Relações Internacionais a interessar-se no tema da migração de garimpeiros brasileiros para os países vizinhos amazônicos e a influência desse fenômeno nas relações exteriores do Brasil.

Em primeiro lugar, ressaltamos o fato de que a migração brasileira para os garimpos surinameses faz parte de um grande movimento migratório de garimpeiros brasileiros para países como a Colômbia, a Venezuela, a Guiana e a Guiana Francesa. A presente dissertação focou-se no impacto desse movimento migratório no relacionamento diplomático entre o Brasil e o Suriname. Contudo, estudos recentes de pesquisadores como Argemiro Procópio (e.g. 2011a, 2001b), Erick Linhares (2013, 2011) e Linoberg Barbosa de Almeida (2012) confirmam que esse fenômeno também afeta às relações diplomáticas entre o Brasil e os outros países vizinhos na região amazônica. Por este motivo, gostaríamos de pleitear ao desenvolvimento de um programa de pesquisa que observe o impacto político-diplomático da onda migratória garimpeira no nível regional.

Em adição, lembramos que o assunto da garimpagem é um tema que afeta o Brasil, tanto no nível interno quanto no nível externo. Na presente dissertação, observamos que as medidas tomadas pelo governo Collor, no início da década de 1990, para combater os problemas sociais e ambientais nas áreas de garimpo na Amazônia brasileira tiveram uma contribuição importante no surgimento do fluxo migratório dos garimpeiros brasileiros para os países vizinhos amazônicos, inclusive o Suriname. De fato, observa-se uma certa discrepância entre a política interna e a política externa do Brasil em relação ao tema do

garimpo. Analisar os encontros e desencontros entre a política interna e a política externa, a respeito do tema da garimpagem, pode gerar novas *insights* sobre o papel do Estado brasileiro na expansão da mineração informal de ouro na região amazônica.

Finalmente, é importante enfatizar que a questão garimpeira está intimamente ligada a vários outros problemas político-sociais na região amazônica, como o tráfico de mulheres, a propagação de doenças infecciosas, a invasão de terras indígenas e a degradação ambiental. Isso significa que pesquisas futuras sobre a diáspora garimpeira no Suriname e nos outros países vizinhos amazônicos são de grande importância para entender os numerosos problemas sociais e ecológicos que afetam a vida de dezenas de milhares de pessoas na região amazônica.

# Referências Bibliográficas

---

## 1. Fontes primárias

### 1.1. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE):

- 1.1.1. Telegramas recebidos da Embaixada do Brasil em Paramaribo (ostensivos) – de 1992 a 2009
- 1.1.2. Telegramas recebidos da Embaixada do Brasil em Paramaribo (confidenciais e secretos) – de 1992 a 2000
- 1.1.3. Despachos telegráficos do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Paramaribo (ostensivos) – de 1992 a 2009
- 1.1.4. Despachos telegráficos do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada do Brasil em Paramaribo (confidencias e secretos) – de 1992 a 2000

### 1.2. Lista de telegramas citados no texto

Telegrama nº 452, de Sérgio de Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 18 de agosto de 1992, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo.

Telegrama nº 531, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 25 de setembro de 1992, AHMRE – Passaportes. Ostensivo.



Telegrama nº 649, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 28 de novembro de 1992, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo.

Telegrama nº 79, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 1 de fevereiro de 1994, AHMRE – Política de Defesa. Confidencial.

Telegrama nº 111, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 10 de fevereiro de 1994, AHMRE: Política de Defesa. Ostensivo-Urgente.

Telegrama nº 200, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 22 de março de 1994, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo-Urgente.

Telegrama nº 254, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 13 de abril de 1994, AHMRE – Política Exterior. Ostensivo.

Telegrama nº 282, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 25 de abril de 1994, AHMRE: Política Externa. Ostensivo.

Telegrama nº 369, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 31 de maio de 1994, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo.

Telegrama nº 375, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 1 de junho de 1994, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

Telegrama nº 380 de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 04 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo.

Telegrama nº 383, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 7 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

Telegrama nº 392, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 10 de junho de 1994, AHMRE – Política Internacional. Confidencial.

Telegrama nº 405, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 15 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo.

Telegrama nº 449, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 10 de junho de 1994, AHMRE: Política Internacional. Ostensivo-Urgente.

Telegrama nº 503, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 27 de julho de 1994, AHMRE: Assistência Consular. Confidencial-Urgente.

Telegrama nº 580, de Sergio da Veiga Watson, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo 3 de setembro de 1994, AHMRE: Assistência Consular. Ostensivo-Urgente.

Telegrama nº 53, de Flávio Cardone, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 22 de janeiro de 1997, AHMRE – Assistência Consular. Confidencial-Urgentíssimo.

Telegrama nº 69, de Flávio Cardone, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 28 de janeiro de 1997, AHMRE – Assistência Consular. Confidencial-Urgentíssimo.

Telegrama nº 122, de Jorge Saltarelli Junior, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 5 de março de 1998, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo-Urgentíssimo.

Telegrama nº 243, de Jorge Saltarelli Junior, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 30 de abril de 1998, AHMRE – Assistência Consular. Reservado-Urgente.

Telegrama nº 676, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 16 de setembro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Ostensivo.

Telegrama nº 722, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 23 de setembro de 2005, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo-Urgente.

Telegrama nº 723, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 23 de setembro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Reservado.

Telegrama nº 756, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 05 de outubro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Reservado.

Telegrama nº 864, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 24 de outubro de 2005, AHMRE – Política Exterior. Ostensivo.

Telegrama nº 1230, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 19 de setembro de 2006, AHMRE – Assistência Consular. Reservado-Urgentíssimo.

Telegrama nº 635, de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 11 de junho de 2007, AHMRE – Política Internacional. Ostensivo.

Telegrama nº 587, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 28 de agosto de 2008, AHMRE – Assuntos Consulares. Ostensivo.

Telegrama nº 590, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 30 de agosto de 2008, AHMRE – Assuntos Consulares. Ostensivo.

Telegrama nº 274, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 27 de março de 2009, AHMRE – Assistência Consular. Ostensivo.

Telegrama nº 562, de José Luiz Machado e Costa, Embaixada em Paramaribo, para Exteriores, Paramaribo, 15 de outubro de 2009, AHMRE – ETEC. Ostensivo.

### 1.3. Relatórios

AÇÃO PELA CIDADANIA. *Roraima: o aviso da morte: relatório sobre a viagem da Comissão da Ação pela Cidadania ao Estado de Roraima, entre 9 e 12 de junho de 1989.* São Paulo: Comissão pela Criação do Parque Yanomami, 1989.

DNPM. *Levantamento Nacional dos Garimpeiros: Relatório Analítico 1993.* Brasília: DNPM, 1993.

### 1.4. Jornais e Revistas

Folha de S. Paulo. “Garimpeiros serão deportados do Suriname”. Por Abnor Gondim. Publicado no dia 26 de julho, 1994. Acessível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/26/brasil/18.html> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

Folha de S. Paulo. “Suriname prende 22 depois de ataques.” Por Denyse Godoy, Felipe Seligman, Ranier Bragon e João Carlos Magalhães. Publicado no dia 28 de janeiro, 2009. Acessível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2812200901.htm> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

NRC Handelsblad (jornal holandês). “*Brazilië: Beschermd en vogelvrij*” (“Brasil: protegido e sem defesa). Por Hans Steketee. Publicado em 24 de agosto de 1993. Acessível: <http://www.nrc.nl/handelsblad/van/1993/augustus/24/brazilie-beschermd-en-vogelvrij-7193476> (acesso em 25 de fevereiro de 2015).

NRC Handelsblad (jornal holandês) “*Surinaamse politie gaat hard optreden tegen goudzoekers*” (A polícia surinamesa vai atuar fortemente contra os garimpeiros). Publicado em 15 de junho de 1994. Acessível: <http://www.nrc.nl/handelsblad/van/1994/juni/15/surinaamse-politie-gaat-hard-optreden-gegen-goudzoekers-7228366> (acesso em 25 de fevereiro de 2015).

O Globo “Suriname: brasileiros relatam novas agressões.” Por Camila Nobrega. Publicado na edição de 4 de janeiro, 2010. Acessível: <http://oglobo.globo.com/politica/suriname-brasileiros-relatam-novas-agressoes-3075064> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

Parbode (revista surinamesa). "Het topje van de goudberg." (O pico da montanha de ouro). Por Frans Voortman. Publicado em 01 de agosto de 2007. Acessível: <http://www.parbode.com/reportage/item/1408-het-topje-van-de-goudberg> (acesso em 10 de dezembro de 2014).

Pulitzer Center on Crisis Reporting. "French Guiana's Gold Rush: The Big Picture." Por Damon Trabor. Publicado no dia 14 de março de 2010. Link: <http://pulitzercenter.org/blog/untold-stories/french-guianas-gold-rush-big-picture> (acesso em 25 de fevereiro de 2015).

## 2. Fontes secundárias

### 2.1. Livros, capítulos e artigos

ALY, S., *et. al.* "Giftig Goud: Kwikvervuiling in Suriname" (Ouro Tóxico: Poluição de mercúrio no Suriname). *Geografie*, v. 1, 2014, p. 28 – 29.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. "Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da missão Venturini ao Suriname (1983)". *Revista Brasileira de Política Internacional* 54 (1), 2011, p. 7 – 28.

\_\_\_\_\_. "Em defesa da democracia e do interesse nacional: O Brasil diante do interregno Kraag no Suriname (1991)". *Textos e Debates: Revista de Ciências Humanas na Universidade Federal de Roraima*, v. 1, n. 14, 2008, p. 41 – 66.

BREEVELD, Florence J.V., VREDEN, Stephen G.S. & GROBUSCH, Martin P. "History of malaria research and its contribution to the malaria control success in Suriname: a review." *Malaria Journal*, 11:95, 2012.

CREMERS, Leontien & THEIJE, Marjo de. "Small-scale gold mining in the Amazon: Introduction". **In:** *Small-Scale Gold Mining in the Amazon: The cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname*. Org. CREMERS, Leontien, KOLEN, Judith & THEIJE, Marjo de. Amsterdam: CEDLA, 2013, p. 1 – 16.

CLEARY, David. *Anatomy of the Amazon Gold Rush*, Iowa City: University of Iowa Press, 1990.

EGGER, Jerome. "An overview of Suriname's economy in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> century". *Diplomacia, Estratégia, Política*, 10: 2009, p. 190 – 204.

FIRMEZA, George Torquato. *Brasileiros no Exterior*. Brasília: FUNAG, 2007.

HAZEU, Marcel & SILVA, Lucia Isabel. "Mulheres em movimento na Pan-Amazônia." **In:** *Tráfico de pessoas: Reflexões para a compreensão do trabalho escravo contemporâneo*. Org. NOGUEIRA, Christiane V., NOVAES, Marina & BIGNAMI, Renato. São Paulo: Paulinas, 2014, p. 157 – 184.

HEALY, Christopher & HEEMSKERK, Marieke. *Situation Analysis of the Small-Scale Gold Mining in Suriname: reforming the sub-sector to promote sound management*. Paramaribo: World Wildlife Fund, Guianas Regional Program, 2005.

HEEMSKERK, Marieke. *Kleinschalige goudwinning in Suriname: een overzicht van sociaaleconomische, politieke en milieu-aspecten* (Mineração aurífera em pequena escala no Suriname: um panorama dos aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais). Amsterdam: Centro de Estudos e Documentação Latino-Americano, 2009.

\_\_\_\_\_. "Scenarios in Anthropology: reflections on possible futures of the Suriname Maroons". *Futures*, v. 35, n. 9 (special edition: Futures of Indigenous Peoples), 2003, p. 931 – 949.

\_\_\_\_\_. *Driving forces of small-scale gold mining among the Ndyuka maroons: a cross-scale socioeconomic analysis of participation in gold mining in Suriname*. Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade de Florida, Miami, Estados Unidos, 2000.

\_\_\_\_\_. & DUIJVES, Celine. "Small-scale gold mining and conflict in Suriname". **In:** *Small-Scale Gold Mining in the Amazon: The cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname*. Org. CREMERS, Leontien, KOLEN, Judith & THEIJE, Marjo de. Amsterdam: Centro de Estudos e Documentação Latino-Americana, 2013, p. 87 – 101.

\_\_\_\_\_. & DUIJVES, Celine. "Looking for gold, finding malaria": assessment of changes in malaria-related knowledge, attitudes and practices resulting from the Ministry of Health malaria program in small-scale gold mining areas in Suriname. Paramaribo: Social Solutions, 2012.

\_\_\_\_\_. & KOOYE, Rachael van der. "Challenges to sustainable small-scale mine development in Suriname." **In:** *The socio-economic impact of artisanal and small-scale mining in developing countries*. Org. HILSON, Gavin M. Lisse: A.A. Balkema Publishers, 2003, p. 633 – 649.

HÖFS, Carolina, Carret. "O barco vai se levando: retrato de uma imigrante brasileira em Paramaribo, Suriname". *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano XV, n. 29, 2007, p. 57.

\_\_\_\_\_. *Yu Kan Vertrouw Mi: Você pode confiar*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

HEMMING, John. *Roraima: Brazil's Northernmost Frontier*. Londres: Institute of Latin American Studies, University of London, 1990.

HOOGBERGEN, Wim & KRUIJT, Dirk. "Gold, *Garimpeiros* and Maroons: Brazilian migrants and ethnic relationships in post-war Suriname". *Caribbean Studies*, v. 32, n. 2, 2004, p. 3 – 44.

JANSSEN, Roger. *In search of a path: An analysis of the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991*. Leiden: Royal Netherlands Institute of Southeast Asian and Caribbean Studies, 2011.

KOLEN, Judith, THEIJE, Marjo de & MATHIS, Armin. "Formalized Small-Scale Gold Mining in the Brazilian Amazon: An Activity surrounded by Informality". **In:** *Small-*

*Scale Gold Mining in the Amazon: The cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname*. Org. CREMERS, Leontien, KOLEN, Judith & THEIJE, Marjo de. Amsterdam: Centro de Estudos e Documentação Latino-Americana, 2013, p. 31 – 45.

KRUIJT, Dirk. "Relaciones de Surinam con Brasil". **In:** *La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos: tomo 1: América Latina*. Org. HOFMEISTER, Wilhelm, ROJAS, Francisco & SOLÍS, Luis Guillermo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007, p. 317 – 338.

\_\_\_\_\_. & HOOGBERGEN, Wim, "Peaceful Relations in a Stateless Region: the post-war Maroni river borders in the Guianas". *Tijdschrift voor de economische en sociale geografie*, ("Revista para a geografia económica e social"), v. 96, n. 2, 2005, p. 199 – 208.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Fronteiras Amazônicas do Brasil: Saúde e História Social*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 2000.

LINHARES, Erick Cavalcanti Lima. *A Política Externa da Terra dos Seis Povos: A República Cooperativa da Guiana*. Curitiba: Editora Juruá, 2013.

\_\_\_\_\_. *Política Externa do Vizinho Distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

MAIA, Oto Agripino. "Brasileiros no Mundo". **In:** *O Brasil no mundo que vem aí: IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Discurso lido na IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 3 e 4 de dezembro de 2009. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, p. 73 – 79.

MASCHHAUPT, Reineke. *Desi Bouterse: Van autoritair-populistisch leider naar charismatisch-populistisch leider* ("Desi Bouterse: De líder autoritário populista a líder carismático populista"). Dissertação de Mestrado em História – Universidade de Leiden, Leiden, Países Baixos, 2013.

MATHIS, Armin, BRITO, Daniel Chaves & BRÜSEKE, Franz Josef. *Riqueza volátil: A mineração de ouro na Amazônia*. Belém: Editora Cejup, 1997.

MENDIBLE, Alejandro Z. *Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil: Desde el Tratado de Tordesillas hasta la incursión de los garimpeiros*. Caracas: Fundación Bicentenario de Simón Bolívar, 1993.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Mobilidades Transgressoras, Geografias Ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname*. Tese de Doutorado em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

\_\_\_\_\_. "Dos fluxos de esperança à precária realidade da migração brasileira para as áreas de garimpo na Guiana e no Suriname." **In:** *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. Org. SILVA, Sidney Antonio da. São Paulo: Hucitec Editora, 2012a, p. 189 – 220.

\_\_\_\_\_. "Imagens estereotipadas em pauta: o discurso dos jornais surinameses sobre os imigrantes brasileiros (2007 – 2010)". *Espaço e Geografia*, v. 15, n. 2, 2012b, p. 443 – 474.

PENNA FILHO, Pio. "A pesquisa histórica no Itamaraty". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42 (2): 1999, p. 117 – 144.

PINTO, José Armando. "Garimpagem: contribuições ao desbravamento e à ocupação da Amazônia". **In:** *Conseqüências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia*. Org. MATHIS, Armin & REHAAG, Regine. Belém: Buntstift e.v., 1993, p. 27 – 35.

PROCÓPIO, Argemiro. *Subdesenvolvimento Sustentável*. 5ª edição. Curitiba: Editora Juruá, 2011a.

\_\_\_\_\_. "Movimentos migratórios na Amazônia Setentrional." **In:** MARTINS, Estevão C. de Rezende, e MOREIRA, Felipe Kern (orgs.). *As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil: Coletânea de Estudos*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011b, p. 111 – 129.

RAMOS, Alcida Rita. "A Tale of Gold and Tears: The El Dorado of the Yanomami". *Indiana* 27 (2010), p. 125 – 139.

RODRIGUES, Rita Maria, *et al.* *Estudo dos impactos ambientais decorrentes do extrativismo mineral e poluição mercurial no Tapajós: pré-diagnóstico*. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral & Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1994.

SALOMÃO, Elmer Prata. "Garimpo e mineração no Brasil". **In:** *Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil*. Org. ROCHA, Gerônimo Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984, p. 35 – 86.

SALGADO, Sebastião. *La mine d'or de Serra Pelada*. Paris: Galerie Debret, 1994.

SANTOS, Joaquim F. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978 (1ª Edição em 1868, Rio de Janeiro: Tipografia Americana)

SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles H. *Contested Frontiers in Amazonia*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

THEIJE, Marjo de. "Insegurança próspera: As vidas dos migrantes brasileiros no Suriname". *ANTHROPOLOGICAS*, v. 18 (1), 2007, p. 71 – 93.

\_\_\_\_\_. "Transnationalism in Surinam: Brazilian Migrants in Paramaribo." **In:** *Caribbean Transnationalism: Migration, Socialization, and Social Cohesion*. Org. GOWRICHARN, Ruben. Lanham: Lexington Books, 2006.

\_\_\_\_\_. & HEEMSKERK, Marieke. "Moving Frontiers in the Amazon: Brazilian Small-Scale Gold Miners in Suriname." *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 87: 2009, p. 5 – 25.

USHIJIMA, Fernanda Reis. *A Política Externa Brasileira para os Emigrantes e seus Descendentes*. São Paulo: Editora UNESP Cultura Acadêmica.

VAN LIER, R. A. J. *Sociedade de Fronteira: uma análise social da história do Suriname*. Título original: "Frontier Society: a Social History of the History of Suriname." Tradução: May Amazonas Leite de Barros. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

VEIGA, Marcello M. *Relatório: Artisanal Gold Mining Activities in Suriname*. Vancouver: UNIDO, 1998.

URT, João Nackle. "A lógica da construção da confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985". *Revista Brasileira de Política Internacional* 53 (2), 2010, p. 70 – 84.

## 2.2. Websites

AHMRE (Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores). *Serviços*. Link: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5354:servicos&catid=2&Itemid=443&lang=pt-BR#pesquisaarq](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5354:servicos&catid=2&Itemid=443&lang=pt-BR#pesquisaarq) (acesso em 12-07-2015).

ABS (Departamento Geral de Estatística do Suriname – *Algemeen Bureau voor de Statistiek*). "Censuskantoor" ("Escritório do censo"). Link: <<http://www.statistics-suriname.org/index.php/censuskantoor>> (acesso em 24-03-2015).

CBS (Departamento Central de Estatística dos Países Baixos – *Centraal Bureau voor de Statistiek*). "Bevolking: generatie, geslacht, leeftijd en herkomstgroepering" ("População: geração, gênero, idade e grupo de origem"). Link: <<http://statline.cbs.nl/StatWeb/publication/?DM=SLNL&PA=37325&D1=0&D2=a&D3=0&D4=0&D5=a&D6=1&HDR=G2,G3&STB=G1,G5,T,G4&VW=T>> (acesso em 26-03-2015).



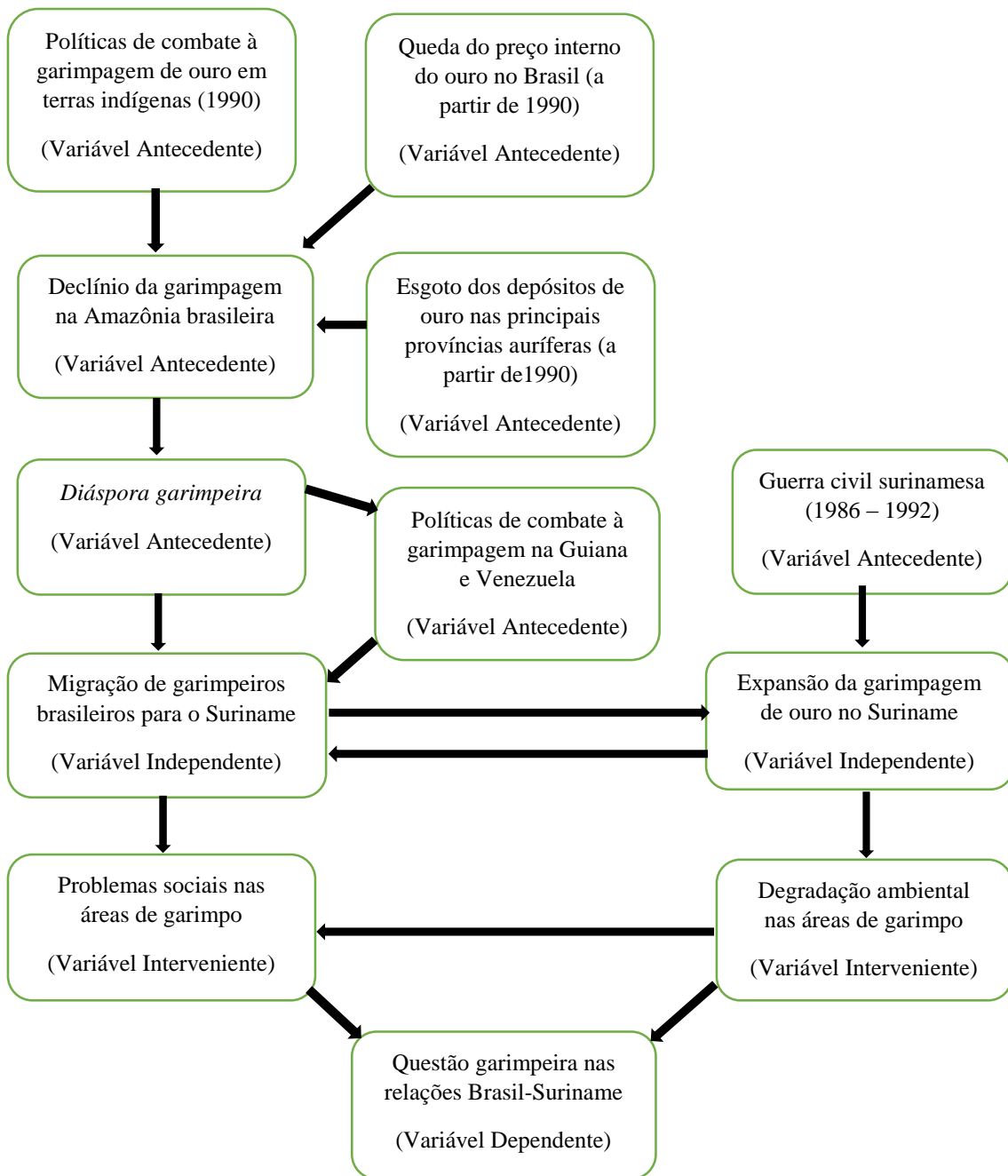
## ANEXO

**ANEXO 1** - Número de telegramas recebidos da Embaixada brasileira em Paramaribo classificados CASC (Assuntos Consulares) no período 1990 – 2009

Ano	Telegramas CASC	Telegramas total	Porcentagem CASC
1990	3	388	0,77%
1991	7	648	1,08%
1992	8	707	1,13%
1993	22	748	2,94%
1994	27	761	3,55%
1995	20	577	3,47%
1996	28	777	3,60%
1997	77	709	10,86%
1998	72	694	10,37%
1999	45	524	8,59%
2000	57	525	10,86%
2001	54	523	10,33%
2002	58	533	10,88%
2003	42	508	8,27%
2004	65	721	9,02%
2005	62	1197	5,18%
2006	94	1659	5,67%
2007	56	1209	4,63%
2008	97	944	10,28%
2009	155	1245	12,45%

Fonte: Elaboração própria, com base em pesquisa no AHMRE.

**ANEXO 2** – Diagrama causal simplificada da origem da questão garimpeira no relacionamento bilateral entre o Brasil e o Suriname (a partir de 1992)



Fonte: Elaboração própria